

PARTILHAR O SABER: FORMAR O LEITOR

conversas entre a escrita,
a história,
narrativas
e leituras,
na perspectiva da cultura

Universidade Federal da Grande Dourados

COED:

Editora UFGD

Coordenador Editorial : Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora Visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial - 2009/2010

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Guilherme Augusto Biscaro

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Diagramação:

Marco Antônio Brochini Martins

Ereni dos Santos Benvenuti

Revisão de textos e normatização:

Jorge Luiz de Paula

Impressão: Central Indústria Gráfica | Juiz de Fora | MG

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

372.4
P436p

Pereira, Valéria.

Partilhar o saber : formar o leitor : conversas entre a escrita, a história, narrativas e leituras, na perspectiva da cultura / Valéria Pereira ; Nilton Ponciano – Dourados : Ed. UFGD, 2012.

197 p.

Possui referências.

Apresentação de Eliana Yunes.

ISBN 978-85-8147-017-7

1. Leitura – Crítica. 2. Formação de leitores. I. Ponciano, Nilton. I. Título.

PARTILHAR O SABER: FORMAR O LEITOR

conversas entre a escrita,
a história,
narrativas
e leituras,
na perspectiva da cultura

VALÉRIA PEREIRA
NILTON PONCIANO



2012

Agradecimentos

Aos profissionais das Faculdades Integradas de Fátima do Sul/MS, que, nos anos de 2003 e 2004, contribuíram efetivamente para o andamento dos projetos que anteciparam este livro, especialmente as professoras Gicelma Chacarosqui, Maria Cecília de M. Silva e o professor Sérgio Gracia.

Aos participantes do “círculo de leitura”: Adriana Amâncio Rodrigues, Alessandra Lopes Cajaíba, Alessandra Lopes de Souza, Aline Nunes Girandeli, Celi Silva dos Santos, Claudinei Menezes (egresso do curso de Pedagogia), Claudineth Roseli Zacarias de Souza, Denise Garcia de Matos, Diana Sayuri Ianagui, Elaine de Souza Uzan, Elizângela Souza da Silva, Gerulina Rios dos Santos, Ivete Garcia, Izângela Cândida de Alencar, Jacobetes Gomes da Silva Gonçalves, José Roberto Nascimento de Castro, Josiane Alves da Silva, Jozieli dos Santos Araújo, Keila Aparecida Brito da Silva, Leila Ferreira Oliveira Gonçalves, Marcos Mariano de Aguiar, Maria Lúcia Fernandes, Marineide Ferreira Baptista, Rosângela Aparecida Galindo, Suely Moreira Silveira da Silva, Tatiany de Araújo Teixeira.

A toda a comunidade de Fátima do Sul/MS e a de todo o estado do Mato Grosso do Sul, que, entrelaçadas, estão neste livro.

Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do Passado antes que o Tempo passe tudo a raso.

Cora Coralina

Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes.

Paulo Freire

[...] quem somos nós senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis.

Ítalo Calvino

Sumário

Apresentação

Eliana Yunes, 9

I - Partilhar o saber

Nilton Ponciano e Valéria Pereira, 13

II - Narrativas primeiras

Nilton Ponciano, 35

III - Narrativas terceiras/ outras/ mesmas:

o “círculo de leitura” de Fátima do Sul

Valéria Pereira, 105

IV - Fontes e referências utilizadas e consultadas, 185

Apresentação

Notas em torno de um tema permanente.

As pesquisas dos últimos vinte anos aceleraram a discussão em torno da formação de leitores, que deixou a órbita da mera alfabetização – em crise efetiva e generalizada que compromete toda a escolarização dos jovens – para se constituir uma área de estudos relevante, complexa no sentido proposto por Morin, além de efetivamente interdisciplinar. Seus efeitos se prolongam muito além da vida escolar e repercutem com impacto sobre a sociedade em perspectiva renovada de cidadania na qualificação da vida pessoal, no horizonte da criatividade, no campo do trabalho.

Sem leitura como uma experiência constitutiva da (inter) subjetividade, diante da avassaladora quantidade de informação nivelada acriticamente, fragmentária, desvinculada muitas vezes do contexto em que precisa funcionar, o indivíduo se torna presa fácil das contradições que o aprisionam tanto nas afetividades epidérmicas quanto na ausência de reflexão para o discernimento.

A leitura tem-se revelado condição inalienável para o domínio da palavra oral e escrita no mundo contemporâneo, propiciadora de oportunidades para o autoconhecimento, para um acercamento mais efetivo das realidades que envolvem a vida e as relações sociais, para a análise e a expressão crítica de pontos de vista diferenciados, em linguagens múltiplas, artísticas ou não. A leitura consolida um hábito reflexivo que fortalece um proceder atento às sutilezas dos discursos. A leitura azeita o pensamento, concebida deste lugar, em que os sentidos e a interpretação não são meras concessões, mas construções permanentemente ligadas à vida e ao repertório dos sujeitos, tornando-os partícipes da história, ainda que pequena, construída pelos homens.

A obra de Valéria Pereira e Nilton Ponciano é, de fato, uma longa conversa sobre as interfaces da leitura sob o foco da cultura: há que falar da narrativa, da escrita, da história, da oralidade, das linguagens que constituem redes sistêmicas em que se movem os sujeitos; o contexto histórico, social e político das práticas e a decorrente reflexão teórica que embasa e que se delinea a partir do acompanhamento crítico das ações. A prática leva a uma teorização se descobre na base do agir, permitindo a correção de pressupostos e a avaliação das atividades.

O trabalho aqui apresentado tem a seriedade de começar pela apresentação ao leitor da obra, a realidade, tomada de forma analítica, no recorte de uma cidade e sua história em Fátima do Sul (MS). O processo se inicia pela partilha do enfoque, dos conceitos, do poder criador que a palavra humana dispõe desde que, Gênesis, tomou-se a palavra como criadora de mundos. Com rigor, sem pedantismo acadêmico, com uma linguagem acessível a pesquisadores iniciantes, as narrativas primeiras apresentam os fundamentos deste périplo teórico-metodológico, garantindo um enquadramento do olhar de quem busca, nas narrativas terceiras, um caminho para pensar a formação de leitores e os seus obstáculos neste contexto.

A pesquisa assim localizada não perde o valor mais universal que possa ter para leitores mais distantes deste contexto geográfico, contudo próximo na vertente antropológica, cultural e social.

A leitura do relatório-pesquisa se faz como a de um ensaio estabelecido sobre a vivência efetiva das situações que vão sendo apresentadas ao longo dos capítulos; estes, tematicamente, aproximam-se dos problemas que afligem o campo das leituras verbal e não-verbal, num universo multicultural, em que convivem, em oferta, níveis diversos de apropriação da cultura.

O trabalho não se fecha, mas amarra algumas questões, fios de uma rede que se vai tecendo à medida que a reflexão avança criticamente. As práticas avaliadas, retomadas, revistas, dão ao leitor deste livro a segurança

de caminhar acompanhado em suas dúvidas, obstáculos, possibilidades. O exercício proposto dos círculos de leitura para a formação de leitores universitários, muitas vezes desprovidos de sua própria herança cultural, entrelaçada às modernas mídias, oferece uma contribuição substantiva e uma metodologia revisada, além de amparada teoricamente, à condução de “resgate” da experiência leitora de jovens analfabetos funcionais.

A narrativa de fundo, uma narrativa segunda, do pensamento dos autores-pesquisadores, também se oferece como *modus operandi* do exercício de fazer e pensar.

Eliana Yunes

I – Partilhar o saber...

O terreno da interdisciplinaridade, ainda que seja, em teoria, conhecido por muitos, encontra-se em tímida exploração, quando pensamos ações voltadas e desenvolvidas, simultaneamente, para/por diferentes campos disciplinares. Não poderíamos, mesmo com o desejo da clareza, precisar as causas plausíveis das resistências emperradoras de tais processos, já que, sob o ponto de vista da teoria e da pesquisa publicadas nos últimos vinte anos, pelo menos, o trabalho interdisciplinar aponta para um superdimensionamento dos ganhos relacionados, em especial, à educação e ao ensino.

A quem interessa que toda a máquina, usando um termo foucaultiano, funcione enferrujada, é assunto para também pensarmos, mas não é a tônica deste livro. Ele, ao contrário, já venceu a ferrugem, empreende um esforço no sentido de busca pelo diálogo entre os campos do saber, neste caso, o das ciências sociais, mais fortemente representado pela História, e o da Teoria da Literatura, representado, com mais ênfase, pelas ideias do campo da formação de leitores, sem, no entanto, prescindir de outras âncoras como as da filosofia, especialmente a desconstrutivista, relendo Marx nesta perspectiva. Todo o diálogo, na verdade, não prescinde de teóricos necessários às discussões que se apresentam conforme o leitor poderá constatar. Ao invés de afunilar, a conversa pretende mais ampliar os enfoques.

Indo além, desejamos não instaurar discussões sobre a validade dos diálogos, visto que sua validade está, para nós, instaurada, mas pontuar os eixos de encontro do pensamento norteadores de nossa visão sobre o campo interdisciplinar, procurando, com isso, alcançar o terreno da cultura mais próximo de um sujeito de carne e osso. Tal esforço implica fazer um percurso de discussões que partam de um campo “in abstracto” com

o objetivo de alcançar sujeitos e contextos reais, a fim de a pesquisa acadêmica, desprovida do ranço que a torna estéril, cumprir sua verdadeira função e contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento e para a qualidade da educação em nosso país.

Antes de prosseguirmos, porém, é preciso explicar que esta conversa não foi pensada para uma posterior publicação como a presente, todavia, depois de escritos, cada um em seu tempo e espaço, os textos revelaram fecundidade para o diálogo, tamanha a gama de confluências apresentada. Assim, mesmo com trajetórias iniciais particulares, nossos estudos, neste momento, buscam lançar outras luzes sobre o campo interdisciplinar e permitir as conversas, como percebemos, impulsionadas pelo objeto de estudo: o contexto de muitas vozes numa cidade do Mato Grosso do Sul.

Tratemos primeiro da História.

A escrita da história das primeiras décadas do século XX construiu um conjunto de argumentos contra a história historicizante do século XIX, procurando colocar abaixo os postulados de uma história narrativa/política/acontecimento.

A crítica defendida pelos fundadores da *Revista dos Annales* era à história política elaborada por Lavissee, Langlois, Seignobos – herdeiros da história metódica alemã –, de Savigni, Lieburh e Ranke, como uma escrita que dava ênfase ao acontecimento e que não possibilitava, em função das suas preocupações de método, serem alcançadas as bases mais profundas da explicação histórica centrada nas esferas econômica, social e mental¹.

É noção comum entre os historiadores que a história historicizante do século XIX estava sustentada em uma narrativa que privilegiava a biografia dos grandes estadistas, a história política e militar, a história do Estado, procurando construir uma história linear, evolutiva, factual, não-

¹ A esse respeito ver as obras “*A escola dos Annales 1292-1989*” (1991), de Peter Burke, e “*A apologia da história ou o ofício de historiador*” (2001), de Marc Bloch.

-conflitiva e, acima de tudo, uma história que servisse como modelo de civismo – uma história-nação.

Esta escrita da história, denominada história narrativa, por ser baseada nos princípios expostos, serviu-se dos postulados de uma história/ciência construída no século XIX, tendo como princípio desenvolver uma escrita da história que eliminava qualquer tipo de intervenção subjetivista, sustentando-se na preocupação da neutralidade, da objetividade, da análise crítica dos documentos, na perspectiva de que os documentos falam por si e de que o passado deve ser visto pelo passado². A história narrativa da escola metódica do século XIX desenvolvia sua escrita a partir de uma busca da origem, de forma cronológica, privilegiando os “grandes acontecimentos”, a qual construísse um sentido histórico pautado nas ideias de progresso, de civilização, de evolução.

Contudo, com o avanço das outras ciências sociais, como a sociologia, a psicologia, a economia, a antropologia e a linguística, no final do século XIX e no início do seguinte, a história narrativa de Ernest Lavisse, de Gabriel Monod, centrada nos acontecimentos políticos, não respondia mais às questões levantadas pelas disciplinas vizinhas à História em relação à compreensão do ser humano no tempo. Além do mais, a história efetiva, com conflitos de ordem econômica, racial e bélica apresentava aspectos que a história narrativa da escola metódica não conseguia absorver em suas argumentações.

Este conjunto de fatores levou jovens historiadores da primeira metade do século XX a repensarem a escrita da história a partir de aspectos a que até então a história metódica não tinha colocado luz.

Historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre, entre outros, começaram a escrever uma história mais preocupada com as análises das

² José Carlos dos Reis explora a questão da escrita da história metódica na obra “*História entre a filosofia e a ciência*” (1999), bem como na obra “*História e teoria*” (2003).

estruturas sociais, bem à moda da sociologia de Émile Durkheim, com seu fato social total; da sociologia de Maurice Halbwachs, e sua memória coletiva; entre outros pensadores decisivos para a reescrita da história, no início do século XX, como Vidal de La Blache, no campo da geografia, permitindo se passar de uma história narrativa para uma história comparativa. Esta, mais lenta, mais densa, redefine o olhar do historiador sobre vários aspectos da história tradicional.

Um dos aspectos discutidos pelos historiadores do início do século XX diz respeito à questão da neutralidade do trabalho histórico – aspecto que não é exclusividade do conhecimento histórico: a antropologia igualmente se interroga sobre seu futuro, seus postulados e seu campo de pesquisa³. Para os historiadores dos *Annales*, seu trabalho acadêmico não é neutro no sentido do conceito de neutralidade concebido pelas ciências naturais. Eles argumentavam que não há trabalho histórico neutro, pois o historiador não é capaz de analisar suas fontes apenas do exterior, como se fosse um ser não-sensível, como se fosse possível analisar um documento do passado e não deixar as questões do presente interferirem na análise de tal documento⁴.

Juntamente a essa observação, outra questão não menos importante é trazida à tona pelos historiadores: a relação entre passado e presente. Segundo Marc Bloch, contestador agudo da escrita da história metódica, não é possível escrever uma história baseado apenas no passado, já que o historiador vai ao passado a partir das preocupações do presente. A maneira como indagar os documentos, as preocupações para as quais o historiador tentará encontrar respostas, sempre estará permeada pelo presente.

³ A esse respeito ver a obra “*Aprender antropologia*” (1987), de François Laplantine, especificamente o capítulo intitulado “O campo e a abordagem antropológicos”.

⁴ A obra “*A pesquisa histórica: teoria e método*” (2006), do historiador espanhol Julio Aróstegui, é uma boa referência para se compreender a discussão da objetividade do trabalho do historiador.

Não há método histórico neutro que anulará a presença do historiador, quando ele analisar suas fontes de pesquisa. Assim, Bloch observa que a história deverá ser reescrita a cada nova geração, sempre com novas preocupações levantadas a partir do presente⁵.

Dois preocupações estavam em pauta para os historiadores do início do século XX: reescrever a história superando a história historicizante do século XIX, sem perder de vista seu estatuto científico, e construir uma escrita que valorizasse as estruturas sociais, uma história mais lenta, comparada, que registrasse as continuidades e as mudanças na apresentação do social.

A superação da história narrativa estava relacionada a fazer uma história não-política, não-linear, não-evolutiva, procurando centrar suas pesquisas em outras fontes – não apenas os documentos escritos oficiais. Esta história econômica e social, que encontra na *Revista dos Annales* sua porta-voz, preocupa-se, cada vez mais intensamente, com as estruturas econômica, social e mental da sociedade, valorizando as massas, a longa duração, a problematização, a totalização do fato social, na tentativa de escapar das armadilhas do acontecimento, então considerado como a apreensão mais tênue do real, mais superficial, ou, como observou Fernand Braudel, a “espuma das ondas do mar”.

A partir dos anos 1950, a escrita da história ganha uma forma mais “dura”, uma preocupação com as esferas mais profundas da sociedade, e a geografia, a economia, a demografia serão as disciplinas que auxiliarão os historiadores a realizar uma leitura geohistórica do real, ou uma história econômica, ou uma história demográfica, em suma, a escrita da história procura, entre os anos 1950 e 1970, aprofundar-se no ritmo mais lento da história, a longa duração de Braudel passa a ser referência à historiografia

⁵ Sobre a questão entre passado e presente na escrita da história, além da obra “*A apologia da história ou o ofício de historiador*” (2001), de Marc Bloch, já referida neste texto, há o excelente trabalho “*História e memória*”, de Jacques Le Goff.

mundial, com algumas exceções, e a questão central da narrativa histórica serão as estruturas sociais.

A escrita da história passou a ser considerada como uma história-estrutural – a história se preocupará com a demografia, com a economia – e a metodologia vai ao encontro da quantificação e da estatística, na tentativa de produzir uma escrita da história que revelasse as causas da ação humana. As profundas e “verdadeiras” ações humanas seriam reveladas pelas instituições sociais nos sistemas econômicos e no meio-ambiente a partir de uma história de longa duração.

Nesse período, Fernand Braudel assume a direção da *Revista dos Annales* – no final dos anos 1940 – e torna-se um dos historiadores mais lido e respeitado no mundo ocidental, colocando duas preocupações para o ofício de historiador: a história total e a história global.

Assim, nota-se que a escrita da história se preocupará com a globalidade dos fenômenos humanos para a necessidade de perceber em um espaço e em um tempo a totalidade do social. Aos olhos de Braudel, a história deveria ser capaz de alcançar a totalidade da ação humana com o auxílio das outras ciências sociais⁶. Para tanto, Braudel procura “eliminar” as fronteiras entre a história e as outras ciências sociais. A história braudeliiana defende uma concepção de História que se apresenta como um magma, como se tudo influísse sobre tudo e reciprocamente.

A possibilidade de trabalhar com a história total de Braudel se centra na perspectiva da longa duração, que alcança as estruturas mais lentas do social, as mais difíceis de sofrerem mudanças.

Na segunda geração da *Revista dos Annales*, além das preocupações com a longa duração, com a totalidade dos fatos sociais, com a perspectiva de uma história global, outros métodos da escrita da história ganharam

⁶ Sobre a questão da longa duração, da interdisciplinaridade e da história global, ver a obra “*Escrita sobre a história*” (2007), de Fernand Braudel.

visibilidade. Labrousse e Chaunu são dois historiadores franceses que vão apresentar a história quantitativa com uma metodologia baseada na estatística. Nesse período, a escrita da história volta-se para a história baseada em gráficos, quadros, dados estatísticos, apresentados em séries sob a história da longa duração.

A escrita da história estrutural/ quantitativista/ serial será um modelo seguido por muitos historiadores, tanto na França quanto em outras regiões do mundo, como a América Latina.

Contudo, alguns historiadores franceses iniciaram uma “contra-ofensiva” à escrita da história estrutural, levantando a impossibilidade de se fazer uma história total. Além do mais, Braudel deixa a direção da *Revista dos Annales* em 1969 e, logo em seguida, a direção da *VI Seção da École des hautes études*.

Os novos historiadores como Jacques Le Goff, Jacques Revel, Pierre Nora, George Duby, Philippe Ariès, Le Roy Ladurie e Roger Chartier⁷, junto com cientistas sociais como Michel de Certeau e Pierre Bourdier e com filósofos como Michel Foucault, reiniciam um diálogo mais acentuado com a antropologia e com a linguística e interrogam os postulados dominantes da escrita da história dos anos 1950 a 1970.

Segundo Peter Burke, usando uma expressão consagrada por Michel Vovelle e Maurice Aguilhon, esse é o período em que a *Revista dos Annales* vai “do porão ao sótão”, ou seja, a escrita da história, a partir do final dos anos 1970, começa a valorizar a cultura como objeto de análise numa perspectiva antropológica⁸. Assim, a cultura não será mais interpretada do ponto de vista tradicional, restrito, mas do ponto de vista amplo, permitindo uma abertura à escrita da história nunca antes alcançada.

⁷ Esses pensadores ocupavam os cargos de direção da *Revista dos Annales*, da *VI Seção*, além de um espaço cada vez maior na mídia.

⁸ Ver sobre o assunto a obra “*O que é história cultural?*” (2005), de Peter Burke, bem como a obra “*Para uma história cultural*” (1989), organizada por Rioux e Sirineli.

Tal abertura trouxe questões epistemológicas caras à escrita da história, principalmente em relação ao tipo de narrativa que o historiador estava produzindo.

Para alguns historiadores não franceses, como Hayden White e Dominick La Capra, a história não poderia mais aferir o cunho de cientificidade, pois estava revelado o caráter “romanesco” de sua escrita a partir de estudos da “virada linguística”. Para White, a história era um enredo construído pelo historiador, tão ficcional quanto as obras literárias, e o que difere um trabalho do outro é o fato de a escrita da história – ofício de historiador – buscar a verdade, o real, e ser sustentada em testemunhos, documentos, vestígios; porém, isso não traz a segurança de uma escrita científica⁹.

Entretanto, passada a euforia da obra *Meta-história*, de Hayden White, e todo o barulho por ela provocado, a escrita da história descartou – pelo menos por boa parte de historiadores comprometidos seriamente com a disciplina de História como Julio Aróstegui e Ciro Flamarion, entre outros – a possibilidade de ser uma escrita ficcional, elucidando alguns pontos sobre a fronteira da escrita da história e apresentando argumentos substanciais a respeito das preocupações que o historiador deve ter ao desenvolver seu ofício. Até um “alienígena”¹⁰, como se autodefine Luis Costa Lima, faz sérias restrições à escrita da história, à maneira de Hayden White, e observa que a narrativa histórica se diferencia da narrativa ficcional por diversos fatores; dentre eles, o que se destaca é o fato de esse tipo de escrita estar relacionado a vários aspectos da epistemologia científica, como a preocupação com a ética, como a busca do real, como a veracidade dos fatos.

⁹ Ver a esse respeito a obra “*História. Ficção. Literatura*” (2006), de Luis Costa Lima.

¹⁰ É com tal expressão que Luiz Costa Lima se refere a si mesmo quando escreve sobre a narrativa histórica em sua obra referida.

Porém, é Francois Hartog¹¹ que nos convida a pensar as preocupações da escrita da história nesse final de século com argumentações sólidas. Hartog, baseando-se no filósofo Paul Ricouer, lembra que, para discutir a narrativa histórica, devemos, primeiramente, conceituar narrativa, para, posteriormente, procurar definir tipos de narrativas. Como exemplo, o historiador observa a escrita da história no século XIX e chama a atenção para a história rankeana como uma história no singular, uma “história conhecimento de si mesma”, e lembra, também, que a história social dos *Annales*, antes de criticar a noção de narrativa daquela, critica a noção de acontecimento. Logo, o que os *Annales* fizeram, na visão do Hartog, foi criticar um tipo de narrativa histórica dominante nos meios acadêmicos no final do século XIX e na primeira metade do século XX, qual seja: aquela narrativa histórica que, a partir da acumulação e da organização dos fatos levantados pelo historiador nos arquivos, seria capaz de oferecer as “leis da História”, para observar, em seguida, que a obra *O Mediterrâneo*, de Fernand Braudel, não escapou da narrativa, porém ficou demonstrada, com este trabalho, a existência de outro tipo de narrativa que a conjuga em três temporalidades: a curta duração do acontecimento, a longa duração conjuntural e a longuíssima duração do meio ambiente. Contudo, observa Hartog que esta obra prejudica a noção de acontecimento ao transformá-lo em algo limitado a uma visão superficial de história e questiona colocá-lo à condição de superficial não significar fazê-lo desaparecer, bem como superar a narrativa. O que aconteceu com a publicação de *O Mediterrâneo* e com o surgimento da história social, seja ela annalista ou marxista, foi o aparecimento da narrativa histórica de formas diversas.

Francois Hartog faz essas e outras observações para concluir que a narrativa histórica, principalmente a partir dos anos 1950, abandona a no-

¹¹ Hartog apresenta o texto “A arte da narrativa histórica”, que faz parte da obra “*Passados recompostos*” (1998), organizada por Jean Boutier e Dominique Julia.

ção de história acontecimento, baseada em Ranke, e interroga-se acerca do que é a narrativa para defender a ideia de a história não poder ser reduzida a um texto, argumentando: “para que surja a questão da narrativa, basta o historiador acabar por se fazer esta simples pergunta soprada por Michel de Certeau: o que estou fazendo quando faço história?”¹².

Acreditamos ser essa indagação a ponte que nos leva a pensar em reafiançar a história cultural. Vejamos por quê.

Em primeiro lugar, porque, se a discussão acerca da narrativa histórica foi latente durante boa parte do século XX, o campo da história cultural não se esquivou de um exame minucioso, ora levantando os prós de uma narrativa acontecimento, ora levantando as fraquezas epistemológicas desta, para colocar a possibilidade de que a narrativa acontecimento retornou à história com outro viés, preocupando-se com o sujeito comum – o “sujeito ordinário” de Michel de Certeau é um bom exemplo disso –, na compreensão do sentido de seu mundo, sua vida, sua experiência. Tal assertiva vai ao encontro do pensamento de Burke, para quem

*/.../ o atual interesse histórico pela narrativa é, em parte, um interesse pelas práticas narrativas características de uma cultura em particular. As histórias que as pessoas naquela cultura “contam a si mesmas sobre si mesmas” /.../ Tais “narrativas culturais”, como foram chamadas, oferecem pistas importantes para o mundo em que foram contadas.*¹³

Assim, advogamos a ideia de que a narrativa da história cultural pode contribuir para aproximar a história ciência do sujeito de carne e osso, que é o seu campo de investigação.

Em segundo, há a perspectiva de que a história cultural é cultural e social ou, como diz Burke, é híbrida, e, em nossa modesta opinião, este

¹² HARTOG, Francois. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos**, 1998, p. 201.

¹³ BURKE, Peter. **O que é história cultural?**, 2005, p. 158.

é um ponto de vista importante para elucidar de que história cultural se está falando.

A história, que ora apresenta seus postulados, demonstra não pretender realizar um trabalho baseado em objetos específicos de um estudo setorial sem se preocupar com a perspectiva mais ampla do seu sujeito estudado. Antes de falar de Literatura, de História, fala-se em experiências vividas por homens, mulheres, jovens, velhos, velhas e crianças, personagens de sangue, que registram, em suas memórias, nas suas práticas sociais, nos seus cotidianos, nas suas lembranças, as marcas de seu tempo, as raízes de sua formação.

Logo, desenvolver um estudo cujos enunciados não tenham sustentação em seus contextos ou elaborar uma pesquisa que reduza a capacidade de análise de questões levantadas, *a priori*, do exterior é correr o risco de se deixar levar pela batalha, por vezes míope, de paradigmas historiográficos pouco iniciados no exercício da crítica interna.

Neste sentido, Antoine Prost é autor de um argumento que se revela útil quando desenvolvemos pesquisas no campo da cultura, pois, para ele

/.../ A história cultural já não quer hoje ser uma história entre outras, uma das mercadorias com que se guarneceria uma das gavetas da célebre cômoda de Lucien Febvre: em cima à direita, a política interna, à esquerda a externa. Ela pretende uma explicação mais global. Na verdade, aspira substituir a história total de ontem. Bela ambição, que supõe outras...¹⁴

Se assim é, sigamos com um breve momento de filosofia.

Outra aproximação interessante, como aporte aos estudos aqui tratados, encontra-se no campo da filosofia desconstrutivista, na qual estão inseridos os nomes de Foucault, Deleuze, Guatarri, Marcuse e Derrida, sustentando a ideia comum acerca da “tensão” que permeia a sociedade

¹⁴ PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-Francois (Org). **Para uma história cultural**, 1989, p. 123.

na qual vivemos hoje, embora num terreno demasiadamente abstrato em relação aos sujeitos presentes no estudo. Nesse sentido, a herança de tal pensamento nos interessa justamente atrelada à ideia de forças em tensão da contemporaneidade, as quais nos obrigam, quando buscamos coerência em nossas ações, a admitir que o lugar do intelectual (professor ou pesquisador) é o lugar do desconforto, do movimento constante, do olhar voltado para diferentes epistemes. E ponto de aproximação ainda mais produtivo é o pensamento de Jacques Derrida, pois, através dele, entramos num terreno nebuloso, em que não há o passado, não há o futuro, ou melhor, há os dois, mas, antes, há o presente em forma espectral, o presente fronteiro, de onde não é possível vislumbrar os tempos idos, nem os vindouros, sem a conjuração dos espectros que rondam o hoje. Entretanto, para conjurar os fantasmas do presente, é preciso, ou até inevitável, reclamar heranças, retornar ao passado, levantar da memória os escombros e escavar para encontrar e determinar o que nos pertence.

O pensamento ora exposto está ancorado no texto *Espectros de Marx*, que analisa o problema da herança, do legado transmitido por este pensador aos seus herdeiros intelectuais do final do século XX ou, ainda, como esses herdeiros lidam com tal herança. A ideia do espectro para avaliar a herança do pensamento intelectual mostra-se fértil, porque, a partir dela, podemos vislumbrar os avanços e as limitações das apropriações do pensamento filosófico que foram se comunicando, reformulando-se e desdobrando-se em novos pensamentos. O problema levantado por Derrida com relação à herança intelectual está calcado em um ponto fundamental: decretar a morte absoluta do marxismo significa negar a existência de uma ordem política e econômica através da qual uma hegemonia também se sustenta. Eis a crítica aos herdeiros desconstrutivistas.

Desse modo, o espectro ou fantasma pode ser entendido, então, como algo fantasmático, originado no passado, mas está (i) materializado no presente, como herança de um sujeito que necessita lidar com ele para

permitir o futuro acontecer. Havemos de atentar aos *espectros*, baseados no fato de que as heranças poderão ser positivas ou negativas, segundo o julgamento de quem as herda.

Entretanto, a ideia de conjuração de fantasmas é, para nós, mais interessante à medida que podemos deslocá-la da análise de um pensamento filosófico para nos reportarmos ainda a outro universo, não somente o do herdeiro intelectual da cultura filosófica, mas também o daquele oriundo de outra cultura que se relaciona à memória de gentes e de lugares, porém de onde é possível ver despontar um sujeito de carne e osso. Aqui, nós mesmos podemos sentir a presença de alguns espectros, devendo enfatizar que não são de carne e osso: primeiro o do próprio Marx, que contextualizou o sujeito em um campo histórico, portanto, oriundo de um estar no mundo, numa coletividade; o de Nietzsche, que descortinou a culpa engendrada pelo cristianismo no ocidente; o de Freud, que abriu as portas para o universo obscuro do inconsciente; e o de Foucault, que, contrariando abertamente as leituras essencialistas da teoria marxista, mostrou as formas difusas do poder. Somos herdeiros desta horda, porque vivemos a contemporaneidade, e nossas reflexões mostram-se potentes, inclusive como autoreflexões.

Enfim, assombrados por fantasmas de figuras paternas (sim, porque só os filhos herdam) que habitam e rondam todas as instâncias da vida na terra e, conseqüentemente, plasmam-se aos modos de pensar e de viver, influenciando, assim, os herdeiros de uma cultura, vemos (a ideia) o espectro de Derrida como possibilidade fecunda para analisar as heranças transmitidas com relação à escola e pela escola, enquanto instituição “sistemática” da cultura, e a conjuração desses fantasmas pelos herdeiros da qual fazem parte.

Passemos pela etnografia e pela antropologia.

Por todo o dito até aqui, procuramos avançar mais, percebendo como é relevante trazer para este estudo o pensamento de Clifford

Geertz¹⁵, pois seus conceitos elaborados no campo da antropologia têm sido constantemente aproveitados em pesquisas mais atuais que tentam dar conta de abrir diferentes possibilidades de entendimento acerca das questões culturais.

Segundo Geertz, o conceito de cultura, como tantos outros, encontrou muitas diferentes abordagens, e, do mesmo modo que outros, à medida que as teorias iam surgindo parecia ser possível acreditar na descoberta de algo capaz de resolver os problemas que a prática impunha¹⁶. Mas, como em todas as teorias, o que se vê é o seu desgaste, restando-nos aproveitar os acréscimos e descartar o insignificante para buscarmos novas abordagens.

Assim, Geertz transcreve algumas possibilidades, na verdade onze delas, para o entendimento do conceito de cultura e tenta praticar, neste alargamento, um ajuste, preocupado em não cometer reducionismos. Em face disso, o autor procura substituir o conceito de E. B. Tylor, para quem a cultura é concebida como “o todo mais complexo”¹⁷, por acreditar que, embora possua uma ampla força criadora, Tylor mais confunde do que esclarece. Segundo Geertz, o conceito de cultura a ser defendido é essencialmente semiótico, pois, como Weber, ele acredita ser o homem um animal amarrado a teias de significados tecidas por si mesmo. Então, a cultura serão essas teias, e a sua análise é uma ciência interpretativa em busca de significados.

Logo, para entender a cultura, é preciso olhar o que fazem os praticantes daquela ciência. Neste caso, o que os antropólogos fazem é a etnografia, uma “descrição densa”¹⁸ dos processos nos quais o homem está envolvido, produzindo significados, e estes sendo produzidos por ele, ou

¹⁵ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**, 1989.

¹⁶ Geertz remete à visão exposta na obra por ele citada, “*Philosophy in a new key*”, de Susan Langer, sobre o surgimento de certas ideias que nascem num tremendo ímpeto no panorama intelectual.

¹⁷ Geertz contrapõe o conceito proposto por E. B. Tylor.

¹⁸ Geertz toma essa noção de empréstimo de Gilbert Ryle.

seja, é uma descrição não superficial das teias que envolvem o homem em sociedade.

Explicitando um exemplo de Ryle sobre a “descrição densa” – todas as possibilidades de uma piscadela de olhos – Geertz afirma que, para pensar a cultura, devemos considerar que “as complexidades são possíveis, se não praticamente infundáveis, pelo menos do ponto de vista da lógica”. Desse modo, o objeto da etnografia é uma hierarquia estratificada de estruturas significantes, amarradas umas às outras, que nossa lógica finita não pode abarcar em totalidade – mas pode enxergar-se consciente de tal limitação e evitar assumir abordagens essencialistas, totalizadoras e polarizantes.

Prosseguindo com Geertz, temos que a escrita da etnografia é uma tarefa que se assemelha à escrita da crítica literária, pois, a partir da observação das culturas, o etnógrafo deve, através da escrita, transmitir impressões dos fatos observados, entretanto, nesta escrita, ele faz opções, marca seu estilo, privilegia os dados, enfim, aproxima-se da escrita da crítica da literatura.

Assim sendo, como o crítico, o etnógrafo escolhe entre as estruturas de significação, que são complexas, emaranhadas, amarradas em infinitude.

/.../ uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro/.../ Fazer uma etnografia é como ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho/.../ escrito não com o sinal convencional do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.¹⁹

¹⁹ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**, 1989, p. 7.

Então, pensar a leitura, hoje, não é possível sem o respaldo de uma teoria antropológica que nos abra os olhos para a existência das teias significativas mencionadas por Geertz amarradas aos contextos nos quais se formam os leitores: afinal, o homem lê e escreve e/ou se inscreve com um repertório (ao mesmo tempo em que o devolve ao seu meio), e este vai se formando, não de maneira aleatória, mas contaminando/contaminado os/pelos legados (de toda espécie).

Há pelo menos dois pontos relevantes no pensamento de Geertz que, em muito, podem contribuir para este estudo. O primeiro deles está justamente atrelado às considerações que o autor tece sobre a tarefa do etnógrafo e à aproximação com o trabalho do crítico de literatura, haja vista que, leitores de leitores que somos, vemo-nos impulsionados a caminhar considerando os modos de vida (contextos) desses leitores. O segundo permite verificar a preocupação em produzir uma etnografia dialogando bastante com as ideias do educador Paulo Freire na medida em que verificamos como bastante necessária uma observação minuciosa e paciente dos contextos e dos sujeitos em questão. A chamada realidade do educando pode vir à tona através do olhar atento do observador em espaços diferenciados, estando isso aliado à inserção da atenção aos discursos dos sujeitos observados.

Entretanto, embora pareça óbvia para o pesquisador a necessidade de fazer escolhas entre as estruturas de significação disponíveis no tecido cultural, vemos por bem mencionar que há aspectos positivos de tal descrição para os nossos estudos; porém, há uma limitação que, às vezes, tais escolhas colocam à pesquisa, quando, por exemplo, o pesquisador opta por uma visão sua unidimensionada, restrita ao seu trabalho de observação etnográfica. Sabemos da imensa contribuição que nos dão os estudos antropológicos em diferentes áreas, mas, com relação à leitura, vemos despontar um grande problema, pois a construção de sentido para um texto não se dá mediante somente a prática de um ritual; ela se constrói apoiada,

também, em processos cognitivos muito mais complexos durante a interação texto-leitor.

E, ainda, embora saibamos da importância do contexto para a construção de um sujeito, vemos que considerar como prioridade a influência do contexto sobre o indivíduo não é o mais rentável para pensar a formação do sujeito-leitor no tempo em que vivemos. Ao considerarmos prioritariamente o contexto, voltamos a um velho paradigma do trabalho com a leitura, e, além disso, a adoção de apenas um fator preponderante para pensar a formação do sujeito-leitor pode nos levar a praticar algum tipo de determinismo e/ou exclusão com os setores de baixa renda, por exemplo.

Pensamos que a grande contribuição da antropologia para o presente estudo esteja alicerçada no exercício etnográfico, por ser a descrição que, num primeiro momento, poderá nos fornecer subsídios para conhecer o leitor. A observação dos espaços de inserção dos leitores e de seus comportamentos é, sem dúvida, o primeiro grande passo para pensar sua formação. Mas é somente o primeiro, pois outros precisarão se agregar a ele.

Indo além, acreditamos que pensar a formação do leitor exige, por consequência, pensar categorias flutuantes e pensar os contextos e os sujeitos, não de forma separada, mas, concomitantemente, em contextos-sujeitos, como partes agrupadas na mesma unidade, o que revela a impossibilidade de existência de uma sem a outra. De todo modo, as teias são de fato infinitas; no entanto, mesmo diante da exigência de um caminho para esta pesquisa, mesmo com a tesoura do recorte, os estudos pretendem avançar para uma visão mais ampla acerca do sujeito-leitor.

Então, voltemos à história – mas a história cultural – e às práticas da leitura.

No âmbito da formação de leitores, alcançamos, assim, a história cultural e o pensamento do historiador Roger Chartier fortemente absorvido pelos estudiosos brasileiros em diferentes áreas, especialmente aque-

las relacionadas a estudos ligados à cultura e à leitura, a partir dos anos 80. Estes estudos importam-nos de maneira simultânea, pois, conforme é perceptível na crença do próprio pesquisador, os temas são intimamente relacionados, já que a leitura é concebida por ele como uma prática cultural.

Refletir sobre o pensamento de Roger Chartier implica fazer emergir três categorias fundamentais que atuam imbricadas horizontalmente no campo da cultura e implica ainda tentar perceber como estas podem ser aproveitadas para o entendimento da construção de um sujeito quando este concretiza o ato de ler, sendo elas: as práticas, as representações e as apropriações. A primeira – as práticas – nós podemos entender como todo um conjunto de elementos de formas, simbólicas ou não, que constituem as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço. Já a segunda – as representações – podemos elaborar a partir do registro dos modos de um sujeito se situar em determinadas comunidades histórica e socialmente variáveis. A terceira categoria – as apropriações – nós podemos entender como as maneiras distintas pelas quais um sujeito se apossa dos usos e das diferenciações de significados, ou seja, as maneiras de produzir ressignificações. É importante ressaltar que, no tocante à questão da apropriação, como a reconhece Chartier, nós poderíamos pensar, em um primeiro instante, estar sob uma espécie de determinismo, mas precisamos estar atentos ao fato de que se trata de um processo em constante “refazer-se”.

Logo, vamos perceber que a proposta do pesquisador, no que se refere à história cultural, não pode apresentar uma definição fechada, e sim o olhar sempre voltado para as práticas e para as representações, significando uma constante observação do universo da cultura no qual tais práticas estão inseridas e, por consequência, o que elas representam, lembrando que as categorias citadas operam em constante tensão.

Como vemos, não é possível conceber uma definição de história cultural a não ser, paradoxalmente, como uma definição aberta, na me-

dida em que ela é, por si mesma, uma prática ancorada na observação das práticas e das relações sociais. Dessa forma, atua dinamicamente na percepção dos processos culturais, e, portanto, impulsiona o trabalho na perspectiva da amplitude sem poder provocar reducionismos, utilizando-se, para tanto, de pontos de confluência entre diferentes disciplinas, como a psicanálise, a antropologia, a sociologia, a linguística, a semiótica, a hermenêutica, entre outras. Conforme Chartier: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal ‘objecto’ identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”²⁰.

Enfim, a história cultural é importante para pensar a leitura, porque, da forma como Chartier a apresenta, podemos estabelecer uma ponte que nos leva à compreensão de um sujeito que constrói sua leitura através de um ato concreto, envolvido em práticas e em representações culturais. Isso considerado, nós chegamos, então, ao sujeito de carne e osso, e não a uma entidade teórica. Assim, também, o texto não é algo tão abstrato com uma recepção passível de ser controlada, como entendiam uns, ou, ainda, que a intenção do autor poderia ser a chave de qualquer leitura.

A leitura, assim entendida, leva-nos a um mar em que as categorias de percepção dos atos de ler somente podem ser aplicadas em superfícies flutuantes, as quais sofrem deslocamentos a partir das posições ocupadas pelos sujeitos que concretizam tais atos e tornam-se produtores de outros discursos.

Pensar a leitura é, pois, um empreendimento que só pode ser impulsionado a partir do centro do local da cultura, ancorado, simultaneamente, em reflexões teóricas. Isso supondo um constante diálogo entre uma e outra, porque, afinal, conforme acredita Chartier, “as inteligências não são desencarnadas”.

²⁰ CHARTIER, Roger. **A história cultural**, 1989, p. 17.

Para além de duas importantes contribuições em relação à valorização da figura do leitor – nos campos da Estética da Recepção, de Jaus; e da Fenomenologia e da Hermenêutica, de Ricoeur – o historiador avança para universos mais particulares em direção a práticas sociais de sujeitos encarnados. Assim,

/.../para Rojas, os contrastes na recepção do texto que ele propôs ao público têm que ver, em primeiro lugar, com os próprios leitores, cujos juízos contraditórios devem ser inscritos na diversidade de caracteres e dos humores (“tantas y tan diferentes condiciones”) e também na pluralidade de aptidões e expectativas/.../.²¹

A leitura, compreendida deste modo, abre uma perspectiva para verificarmos o quanto insuficientes são as teorias que consideram o ato de ler como algo tranquilo e transparente na relação entre o texto e o leitor. Ao contrário, o ato da leitura é, forçosamente, alguma coisa que se concretiza em meio a processos engendrados por forças tensionadas e sobre as quais o leitor tem apenas “um certo” controle: daí a razão pela qual, muitas vezes, um texto que não possui conotação política, por exemplo, tornar-se gerador de alterações nas posições do leitor numa determinada realidade social. Então,

Considerar a leitura como um acto concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática de ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais/.../.²²

Vislumbrando, então, o sujeito-leitor envolvido nas suas práticas de leitura, é possível entender que, numa dada situação, um panfleto con-

²¹ CHARTIER, Roger. **A história cultural**, 1989, p. 122.

²² *Ibid.*, p. 17.

tra (ou a favor de) certo regime político possa causar efeito contrário em determinado leitor e levá-lo a rasgar o impresso em vez de difundir o conteúdo da mensagem veiculada. Para que texto e leitor possam “fechar” uma ideia em comum, é necessária a disposição de quem lê. O fato é: precisamos encarar o ato de ler como estando dotado de uma mobilidade que não aceita teorias reducionistas nem fundamentalistas.

No entanto, para Roger Chartier, não é possível ler as práticas culturais da realidade apoiando-nos na perspectiva de dois pólos, pois eles, na verdade, operam nos entrecruzamentos, e nossa visão dicotomizada só existe num mundo criado pela herança intelectual.

A relação desse modo instaurada – entre a cultura da elite e aquilo que não o é – diz respeito tanto às formas quanto aos conteúdos, tanto aos códigos de expressão quanto aos sistemas de representações – logo, ao conjunto do campo reconhecido à história intelectual. Tais cruzamentos não devem ser entendidos como relações de exterioridade entre dois conjuntos estabelecidos de antemão e sobrepostos (um letrado; o outro popular), mas como produtores de “ligas” culturais, ou intelectuais, cujos elementos se encontram incorporados uns nos outros de forma tão sólida como nas ligas metálicas²³.

Somos todos, então, parte dos elementos incorporados uns aos outros, citados por Chartier. Há, portanto, que se fazer um esforço para redimensionar nossa leitura de mundo, do texto e do contexto, trazendo elementos historicizáveis, oriundos tanto das práticas da oralidade, quanto das fontes escritas, ou seja, cabem aqui mais leitores e escritores da história do que aqueles que foram catalogados em compêndios do cânone.

Cabe, por fim, mencionar, que fizemos, neste texto inicial, um percurso teórico, partindo do discurso da tradição, para trazemos, ao diálogo, teóricos de linhas mais contemporâneas, os quais não praticam a lingua-

²³ CHARTIER, Roger. **A história cultural**, 1989, p. 56-57.

gem do obscurantismo, com relação ao papel de sujeitos de carne e osso e de sua participação na formação das identidades históricas, individuais e coletivas. E, se assim o fizemos, é porque, também, nós pretendemos, através do emaranhado tecido cultural, que repercute nas histórias de leitura dos sujeitos, mostrar, ou permitir que o leitor encontre, ele mesmo, os imbricamentos entre estes campos, conforme se verá no estender do livro.

Assim acreditando e dialogando com os pensamentos expostos até aqui, alcançamos, precisamente neste ponto, o local da cultura e dos sujeitos que engendraram nossos estudos: oeste do Brasil, estado do Mato Grosso do Sul, cidade de Fátima do Sul.

Nilton Ponciano e Valéria Pereira

II – Narrativas primeiras

Ângela de Castro Gomes chama a atenção, em seu texto “História e Historiadores”²⁴, para o fato de que todo trabalho tem sua história. Este não é diferente. Ele nasceu das discussões sobre o papel da cultura no processo de constituição da sociedade contemporânea com colegas pesquisadoras da área de Literatura, em especial a professora Valéria Pereira, autora com quem dialogo no presente livro. Nasceu também da leitura da tese de doutoramento desta mesma professora sobre a formação do leitor numa perspectiva cultural, além da própria ligação que tenho com o tema pesquisado: as observações de pessoa simples que, estudando, procurou compreender, vertical e cientificamente, a sociedade que a envolve, que a formou, e que a constitui ao mesmo tempo em que lhe devolve tais aspectos.

O sul-mato-grossense é adepto de contar histórias. Histórias de Silvino Jacques e Laquicho²⁵, personagens que fazem parte do imaginário da região, Marechal Rondon, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, entre outras personalidades presentes no imaginário das pessoas “comuns”, assim como as suas próprias histórias de vida. No contar e recontar dos “causos”, das lendas, das histórias políticas e dos conflitos, sob uma árvore frondosa, com sua cuia de tereré, nas longas tardes de verão, encontra-se presente, também, a vivência dessa gente, suas dificuldades de gente simples, suas dores, em suma, seu processo de formação enquanto sujeito historicamente datado.

Nesse lembrar e relembrar da memória, homens e mulheres sul-mato-grossenses concebem sua história, e percebe-se que os autores/

²⁴ GOMES, A.C. **História e historiadores**, 1996.

²⁵ BIASOTTO, Wilson Valentin. **Até aqui o Laquicho vai bem**: os causos de Liberato Leite de Farias. Campo Grande: UFMS, 1988.

narradores não delimitam uma fronteira entre a história dos “grandes homens” e a história da “gente simples”. Nota-se, nas narrativas, uma linearidade textual que abarca, em um único processo, a ação do estadista, do bandoleiro ou do moribundo à ação dos seres humanos que vivem de forma comum, que agem socialmente de forma comum, ou, como diria Drummond, o poeta, de homens e mulheres que levam “uma vida besta”.

Dois aspectos são dignos de nota nas histórias: primeiro, a necessidade de demonstrar que a História é construída, também, no dia a dia dos homens e das mulheres que caminham na multidão, que trabalham, que sonham, que votam, que se frustram; segundo, que há, nessas narrativas, um fluxo contínuo, sem recortes, que ilustra sua história a partir da experiência de vida do sujeito-narrador, interpretando o passado como algo do qual este sujeito é o centro, registrando as marcas de suas experiências de vida.

Eis aqui uma questão para os historiadores à procura de analisar a cultura como um fator importante nas relações das estruturas sociais, uma vez que a disciplina de História, como qualquer área de conhecimento a investigar a ação social do ser humano, opera por descontinuidade, elaborando um processo de seleção dos acontecimentos, das conjunturas, das estruturas, dos modos de viver, na tentativa de explicar como era a vida dos seres humanos no passado. Se, como observa Verena Alberti²⁶, a narração dos sujeitos que fazem história por meio de sua ação é capaz de restabelecer um contínuo do passado, é porque, em tal narrativa, o entrevistado experimenta a possibilidade de reviver o passado dando um sentido ao presente. Entretanto, também registra Alberti não haver, na História, a possibilidade de restabelecer o vivido. É possível aos historiadores elaborar uma reconstrução da História a partir de fragmentos do passado contidos nas narrativas dos sujeitos ordenada pelo discurso do entrevistado de modo a possibilitar um sentido.

²⁶ ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral, 2004.

Assim sendo, pode-se pensar a História como uma rede de interações cujo centro está em toda parte por não haver nela um centro, um “motor”, como sugere Agnes Heller²⁷. Então, o centro da História está no lugar onde o historiador o localizar, já que ele trabalha com o todo, ao contrário, por exemplo, das ciências físicas, que trabalham com alguns aspectos de determinado fenômeno necessários para explicá-lo²⁸.

Observo, ainda, que o trabalho histórico prende-se a todo o processo de construção de um fenômeno na perspectiva de reconstruí-lo, levando em consideração sua prática não seccionar os acontecimentos, mas conceituá-los a partir de uma lógica conjuntural.

Contudo, acredito não ser possível explicar uma mobilidade social como um fenômeno geral que impõe sua lógica aos comportamentos dos indivíduos ou grupos de todas as esferas sociais e, a partir desta lógica, constituir historicamente a sociedade em estudo. Além do mais, a formação de uma classe, de um grupo social, de uma coletividade, só pode ser compreendida se forem levadas em consideração suas trajetórias e suas experiências individuais e sociais²⁹.

Com base nessas considerações, o tópico seguinte pretende discutir a hipótese de que a cidade de Fátima do Sul se desenvolveu na integração entre Igreja e Estado ocorrida durante o primeiro governo Vargas. O papel da Igreja Católica parece ter sido preponderante no processo de formação da cidade, visto que, como se vê nos depoimentos dos antigos colonos ou dos sujeitos do círculo de leitura, ela participou na formação do imaginário social de Fátima do Sul.

²⁷ HELLER, A. **O cotidiano e a história**, 2004.

²⁸ VEYNE, P. **Como se escreve a história**, 1995.

²⁹ REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**, 1998.

2.1 Fátima do Sul hoje: uma leitura em números

Fátima do Sul, também conhecida como “cidade favo de mel”, situa-se na região Centro-Oeste do país, estado de Mato Grosso do Sul. Convém explicar, antes de prosseguir pelos números, que a cidade é assim conhecida, por ser originária do projeto de reforma agrária arquitetado pelo então Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, no ano de 1943. Neste período foi criada na região do sul de Mato Grosso a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), como se verá adiante, com uma área de 360.000 hectares a ser distribuída para a população brasileira carente. Partindo do planejamento topográfico dos administradores e continuando tão somente com a experiência do colono candidato a proprietário, a área destinada à CAND ficou recortada em lotes de 30 hectares, transformando-se em um desenho geométrico que lembrava uma colméia. Deste desenho surgiu o símbolo da “cidade favo de mel”.

Esclarecida a origem da expressão, pode-se acrescentar que a cidade possui um índice populacional, segundo o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 19.024 habitantes, sendo 16.956 na zona urbana e 2.068 na zona rural. É, atualmente, um dos menores municípios do estado com extensão territorial em uma área de 315,24 km², representando 0,09% do estado³⁰.

O município faz parte da microrregião Campos de Vacaria e Mata de Dourados, região sul do estado de Mato Grosso do Sul, situado a 352 m acima do nível do mar – latitude 22°-22'-75" S e longitude 54°-30'-50" W. Seus limites e confrontações são os seguintes: Norte, município

³⁰ Aqui cabe uma observação importante: Fátima do Sul, até a década de 1980, tinha uma extensão territorial maior, ou seja, uma área de 462.000 quilômetros quadrados e compreendia os atuais municípios de Fátima do Sul e Vicentina; sua população total era de 33.313 habitantes (SEPLAN, 1984).

de Dourados; Sul, município de Vicentina; Leste, municípios de Glória de Dourados e Deodápolis; Oeste, municípios de Caarapó e Dourados. Seu relevo é dividido em duas unidades: a Oeste, as sub-bacias meridionais com ondulações e topos tabulares; e, nas demais áreas, o Planalto de Dourados. Sua vegetação é composta de culturas cíclicas e permanentes, cerrados e campos limpos para pastagem. O clima é tropical. E a bacia hidrográfica à qual pertence o município é a Bacia Hidrográfica do Paraná. O principal curso d'água de Fátima do Sul é o rio Dourados com alguns córregos como o Picada, o córrego do Engano, Água Limpa, São Francisco, córrego das Moças e o Tapei. O município possui atualmente um distrito (Culturama) e um povoado (Novo Planalto).

Ainda segundo o IBGE, a lavoura permanente de maior expressão em Fátima do Sul é a uva, com dezoito toneladas de quantidade produzida. Já a lavoura temporária é composta dos seguintes produtos: milho, com 1.620 toneladas de quantidade produzida; soja, com 5.400 toneladas produzidas; arroz, com 3.300 toneladas; mandioca, com 5.400 toneladas; feijão, com 135 toneladas; tomate, com 120 toneladas e cana de açúcar, com 29.970 toneladas de quantidade produzidas. A pecuária é composta de 1.204.692 cabeças, divididas entre bovinos, suínos, equinos, muares, ovinos, aves (galos, galinhas, frangos, frangas e pintos) e caprinos.

Em relação à educação básica, compreendendo o ensino fundamental e o ensino médio, Fátima do Sul possui um total de oito escolas do ensino fundamental, sendo quatro escolas públicas estaduais, duas escolas públicas municipais e duas escolas privadas. As escolas do ensino médio são cinco, quatro públicas estaduais e uma privada. Essas escolas pertencem à zona urbana. Há, ainda, no ensino superior, uma faculdade privada.

Quanto ao aspecto religioso, ainda embasado pelo IBGE, observa-se que, dos 19.024 habitantes residentes em Fátima do Sul, a sua grande maioria são católicos; em seguida, estão os evangélicos, as religiões orientais e outras religiões não especificadas. Há, também, 917 habitantes que

se declararam sem religião ou que não determinaram qual a sua crença. Chama a atenção o fato de a maioria dos habitantes fatimassulenses pertencerem à religião Católica Apostólica Romana.

Outra constatação significativa é não haver praticantes da religião espírita, da umbanda/candomblé e da judaica; entretanto, empiricamente, sabe-se da existência de terreiros de candomblé na periferia da cidade e de um centro espírita originário dos anos 1950, o que sugere terem preferido os praticantes se dizer pertencentes a outras religiões a assumir o espiritismo ou a umbanda/candomblé.

Também de acordo com IBGE, Fátima do Sul possui: três instituições bancárias (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Bradesco) e 504 empresas atuantes. Sua receita orçamentária realizada em 2008 é de R\$21.432.965,31.

2.2 Narrativas: e a cidade nasce...

“Quem passava por ali via, senão dinheiro e progresso, ao menos, barulho da manhã à noite.”
(Livro Tombo da Igreja Católica de Fátima do Sul).

A “radiografia” da cidade de Fátima do Sul aqui apresentada é a “comissão de frente” de um estudo com interesse maior em demonstrar de que modo, historicamente, homens e mulheres desta cidade contribuíram para a formação da sociedade a partir da sua ação cotidiana.

Disso, podemos inferir, tendo por base as observações do antropólogo Robert Erza Park, em seu artigo *“A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”* que “[...] a cidade é o habitat natural do homem civilizado. Por esta razão, ela é uma área cultural caracterizada pelo próprio tipo cultural peculiar”³¹. O pesquisador argumenta que o

³¹ PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org). **O fenômeno urbano**, 1979, p. 27.

“homem civilizado é um campo de investigação complexo e instigante, uma vez que ele é mais acessível à observação e ao estudo do que os povos não citadinos, e sua cultura e seu modo de vida são mais variados, sutis e complicados”³².

Levando em consideração tal assertiva, acredito que a análise sobre a cidade do século XX se torna pertinente, pois o estereótipo de homens e de mulheres ocidentais do referido período se baseia em uma concepção de ser humano citadino com um modo de vida urbano.

Assim, torna-se necessário analisar os aspectos determinantes para a formação de uma cidade, visto que estes são peculiares, únicos, e isso desperta interesse particular por compreender o processo de formação de Fátima do Sul, a partir da articulação de dados de sua organização sócio-espacial.

No entanto, de maneira geral, devemos pensar a categoria “cidade” como algo mais que um amontoado de homens, mulheres, crianças, estruturas sociais e físicas, ruas, casas, carros, tribunais, escolas, etc. Cidade é também um estado de espírito, de atitude, de sentimentos, de costumes e tradições³³.

Sugerimos que cidade pode ser compreendida como um corpo físico, construção artificial, porém envolvida na cultura de um conjunto de pessoas que falam a mesma língua, têm costumes e interesses semelhantes, história e tradição comuns. Assim, a cidade tem sua cultura, e esta permeia sua geografia, ecologia, economia, comunicação e política. Isso nos leva a perceber que a cidade está enraizada nos hábitos e nos costumes das pessoas que a habitam, e sua organização física interage com sua organização moral, formada por instituições religiosas, caritativas, escolares e políticas, entre outras.

³² PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**, 1979, p. 28.

³³ *Ibid., passim.*

Pode ser que a primeira impressão de uma cidade seja sua estrutura física, mas devemos lembrar que ela é a própria história de seus habitantes, como demonstra Park quando observa: “É a estrutura da cidade que primeiro nos impressiona por sua vastidão e complexidade visíveis. Mas, não obstante, essa estrutura tem suas bases na natureza humana, de que é uma expressão”³⁴.

Coaduna-se com essas reflexões outro estudioso da categoria “cidade”, Lewis Mumford. Em seus estudos, ele observa que a cidade é uma unidade formada pelas condições de vida específicas do ser humano; entretanto, esta foi constituída a partir da junção em um único espaço da evolução tecnológica e da formação moral.

Comenta ainda o pesquisador que apenas o aumento numérico de habitantes das aldeias não seria capaz de transformá-las em cidades. Para alcançar tal mudança, foi necessário surgir uma “nova configuração”³⁵, uma transformação no todo que alterasse suas propriedades inerentes.

Os antigos componentes da aldeia foram incorporados a uma nova unidade urbana, “graças à ação de novos fatores, foram eles recompostos num padrão mais complexo e instável que o da aldeia – e, apesar disso, de uma forma que promoveu ulteriores transformações e desenvolvimentos”³⁶. Assim, a composição humana na unidade urbana ficou mais complexa, incorporando aos hábitos do caçador, do camponês e do pastor, outros tipos primitivos, tais como o mineiro, o lenhador, o pescador. Em outra origem primitiva, acrescenta Mumford, surgiram também o barqueiro e o marinheiro, o que contribuiu ainda para o desenvolvimento de outros grupos como o mercador e o sacerdote, os quais criaram uma unidade superior denominada cidade.

³⁴ PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O G. (Org.). **O fenômeno urbano**, 1979, p. 79.

³⁵ MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas, 1991, p. 37.

³⁶ *Ibid.*, p. 37.

Essa complexidade social própria da unidade urbana expandiu a capacidade humana, uma vez que

A cidade efetuou uma mobilização de potencial humano, um domínio sobre os transportes entre lugares distantes, uma intensificação da comunicação por longas distâncias no espaço e no tempo, uma explosão de inventividade, a partir de um desenvolvimento em grande escala da engenharia civil, e, o que não é menos importante, promoveu uma nova e tremenda elevação da produtividade agrícola.³⁷

Mumford observa que a mudança ocasionada pela unidade urbana nos meios de sobrevivência foi acompanhada também pelo “inconsciente coletivo”, quiçá precedido/da por este³⁸. Nas cidades, os deuses familiares foram substituídos pelos deuses celestiais, “identificados pelo sol, pela água, pela lua”³⁹. O chefe local passou a exercer o poder dominante, valendo-se de atributos divinos ou quase divinos. Houve, ainda, alterações nos hábitos e costumes, e a sabedoria dos anciãos não mais representava a autoridade. Na nova unidade urbana, a audácia da juventude e a sua vocação contavam mais que as ligações de famílias para caracterizar o novo tempo.

Assim, para este pensador, a civilização urbana “pode ter sua origem na combinação de criatividade e controle, de expressão e repressão, de tensão e libertação, cuja manifestação exterior foi a cidade histórica”⁴⁰. E ele observa que

/.../ a cidade pode ser descrita como uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e su-

³⁷ MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas, 1991, p. 38.

³⁸ *Ibid.*, p. 38.

³⁹ *Ibid.*, p. 38.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 38.

ficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis e às formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada.⁴¹

Mumford procura mostrar a transformação proporcionada pela cidade ao homem não podendo ser vista como uma revolução, uma vez que a ascensão da cidade não significa necessariamente o declínio abrupto de culturas antigas. Para o autor, ocorre o contrário: a ascensão contribuiu para juntar e para aumentar a eficácia e o alcance de antigos elementos culturais, próprios das sociedades não citadinas; desse modo, serviu, também, para organizar, em uma área restrita, algumas funções sociais que eram fortuitas e dispersas em sociedades aldeãs, ou seja, a cidade consegue manter em estado de tensão e interação todos os componentes culturais que se constituíam isoladamente em sociedades não citadinas.

No contexto maior proporcionado pela cidade, devemos pensar a técnica, a política e a religião. Lembra Mumford que principalmente a religião deve ser analisada no contexto citadino por ser esta a primeira a manifestar sua condição de prioridade. O autor justifica sua hipótese ao analisar as projeções coletivas e o imaginário social que dominava a realidade ao comentar “Monumentos e documentos sobreviventes mostram que essa ampliação geral do poder [religioso] foi acompanhada por imagens igualmente exorbitantes, que brotavam do inconsciente [coletivo urbano e eram transpostas nas formas ‘eternas’ da arte”⁴².

Nesse sentido, é importante ressaltar que a cidade não é uma formação social exclusiva do modo de vida moderno e, portanto, não foi somente a partir do século XVI que ela adquiriu status de imprescindível para a

⁴¹ MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas, 1991, p. 38.

⁴² *Ibid.*, p. 38.

compreensão da história dos seres humanos. Ela se fez presente, também, nas sociedades anteriores, conforme chama a atenção Penalva Santos:

As cidades não são uma categoria típica do capitalismo. Na Antigüidade, por exemplo, existiram muitas e importantes cidades – centros de controle político e militar – cujo papel era eminentemente político, a partir das quais se estabeleceram impérios, como é o caso notável do Império Romano. Na Idade Média, apesar da descentralização política e econômica, muitas cidades se destacaram como centros de comércio, a exemplo de Brugges, na Bélgica, e de tantas outras na Europa, cujo sítio geográfico sempre incluía um rio, quando não se localizavam na costa marítima.⁴³

Dessa forma, vê-se que chama a atenção em relação à categoria “cidade” na sociedade moderna sua função histórica, ou seja, neste período, sob a égide do capitalismo, o papel dessa categoria é peculiar.

Lembra Mumford que há uma distância considerável entre as primeiras cidades construídas antes da era cristã e as cidades da modernidade. Segundo ele, nas modernas, verificam-se avanços tecnológicos voltados apenas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

/.../ vivemos num explosivo universo de invenções mecânicas e eletrônicas, cujas partes se movem num ritmo rápido, distanciando-se cada vez mais do seu centro humano e de quaisquer finalidades humanas racionais e autônomas. Essa explosão tecnológica produziu uma explosão semelhante na própria cidade: a cidade [moderna] arreventou-se e se espalhou, em órgãos e organizações complexas, por toda a paisagem.⁴⁴

Entretanto, reconhecemos existirem características distintas entre o século XIX e o século XX que explicam o surgimento das cidades. No século XIX, a população era essencialmente rural, e as cidades foram sur-

⁴³ SANTOS, A. M. S. P. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**, 2003, p. 25.

⁴⁴ MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**, 1991, p. 42.

gindo em função do crescimento da industrialização, a qual alimentava a dinâmica da economia urbana e atendia suas necessidades internas, típicas das cidades europeias principalmente⁴⁵. E, durante aquele século, aquelas que não estavam integradas em tal conjuntura tinham importância ínfima no contexto supranacional, já que eram controladas por cidades externas, que ficavam nas metrópoles, *locus* do controle político, econômico, religioso e militar. No século XX, o processo de urbanização em países de industrialização tardia, como o Brasil, apresentou um crescimento urbano incontestável se comparado ao número de habitantes residentes na zona rural até as primeiras décadas desse século.

Observando-se a tabela do IBGE, em relação à urbanização do Brasil durante o século passado, nota-se um deslocamento populacional substancial do campo para a cidade, ocorrido essencialmente a partir da década de 1960.

Segundo as estatísticas, entre 1960 e 1996, o aumento da população urbana brasileira ganhou proporções irrestritas. Em 1940, de um total de 41.236.315 habitantes, apenas 12.880.182 residiam na cidade, ou seja, pouco mais de 30% residiam na zona urbana e aproximadamente 70% residiam no campo

⁴⁵ SANTOS, A. M. S. P. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**, 2003, p. 25.

DADOS DOS CENSOS DO IBGE
POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO E POR SEXO 1940-1996

	TOTAL		URBANA		RURAL	
1940	20.614.088	20.622.473	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	15.120.390	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	25.227.825	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	39.228.040	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991	72.485.122	53.854.256	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
1996	77.442.865	59.360.442	63.360.442	17.726.476	17.726.476	16.266.856
1996	77.442.865	59.360.442	63.360.442	17.726.476	17.726.476	16.266.856

Nos anos 1960, o número de habitantes entre a zona urbana e a zona rural no país quase se equiparou, contudo, havia ainda uma leve tendência para um maior número de habitantes residentes no campo. Veja-se que, de um total de 70.070.457 habitantes, residiam na zona urbana 31.303.034 e 38.767.423 residiam na zona rural. Nos anos 1970, aconteceu a primeira inversão nos números entre os habitantes residentes na zona urbana e os habitantes residentes na zona rural.

De um total de 93.139.037 habitantes do país, 52.084.984 já residiam na zona urbana ao passo que a zona rural contava com uma população de 41.054.053 habitantes. E, segundo os dados do Censo de 1996, a inversão do número de habitantes residentes na zona urbana em relação à zona rural, se comparado ao Censo de 1940, é inquestionável, demonstrando que, no final do século XX, o Brasil passou a ser um país com alta taxa de urbanização, pois, de um total de 157.070.163 habitantes, 123.076.831 residem na zona urbana, enquanto apenas 33.993.332 residem na zona rural. Isso equivale a dizer que, no final do século XX, 80% dos habitantes brasileiros estão nas cidades e 20% no campo.

Partindo desta conjuntura histórica e fixando o olhar nos anos 1960 e 1970, período em que se processam algumas mudanças na ordem social brasileira, como a multiplicação de cidades de pequeno porte, é oportuno observar que há um fenômeno de crescimento do número de cidades em regiões até então com pouca densidade populacional, tais como as regiões Centro-Oeste e Norte.

Segundo o geógrafo Milton Santos⁴⁶, esse fenômeno ocorreu devido à necessidade de incorporar à economia nacional regiões inexploradas economicamente pelo capitalismo detentoras de excelentes recursos naturais, bem como devido à necessidade que o Estado tinha de marcar presença no interior do território brasileiro. Assim, durante as décadas de quarenta a setenta do século XX, no Brasil, nota-se um crescimento da urbanização a partir das migrações do campo para a cidade, o que contribuiu de forma considerável para o aumento do número de cidades de pequeno porte por todo o interior brasileiro.

É conveniente aqui uma ressalva por considerarmos que esse movimento migratório campo/cidade não deve ser pensado a partir de uma única via – migrantes do campo procurando se estabelecer nos grandes centros urbanos do centro-sul do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, entre outras metrópoles. Se este é um movimento predominante em âmbito nacional, há um grande número de cidades de pequeno porte surgindo no interior do Brasil, oriundas, sobretudo, da política de ocupação dos “espaços vazios” organizada pelo Estado Novo e denominada “Marcha para Oeste”.

Tal constatação pode ser subsidiada pela tabela seguinte que apresenta a criação de 14 municípios somente entre os meses de novembro e dezembro do ano 1963, em sua maioria no sul do estado de Mato Grosso, área que, segundo Vargas, deveria ser ocupada pelos brasileiros, conforme observou a política de colonização dirigida do Estado Novo.

⁴⁶ SANTOS, M. **A urbanização brasileira**, 1996.

DADOS HISTÓRICOS DO INSTITUTO MEMÓRIA
CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DE MATO GROSSO
ENTRE OS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1963

Número da Lei	Data da publicação no Diário Oficial	Autor	Emenda
1.940	20.11.1963	Dep. Valdon Varjão	Cria o município de Luciara
1.941	11.11.1963	Dep. Weimar Gonçalves	Cria o município de Glória de Dourados
1.943	27.11.1963	Dep. Valdon Varjão	Cria o município de Nobres
1.944	22.11.1963	Dep. Weimar Gonçalves Torres	Cria o município de Naviraí
1.945	22.11.1963	Deps. Agapito Boeira e Walderson Coelho	Cria o município de Porto dos Gaúchos
1.946	22.11.1963	Dep. Manoel José de Arruda	Cria o município de Araguainha
1.948	22.11.1963	Dep. Wilson Loureiro	Cria o município de Anaurilândia
1.949	25.11.1963	Dep. Vivaldo Oliveira e Alves Duarte	Cria o município de Ivinhema
1.950	25.11.1963	Dep. Weimar Gonçalves Torres	Cria o município de Jateí
1.951	25.11.1963	Dep. Alexandrino Marques	Cria o município de Iguatemi
1.967	22.11.1963	Dep. Alves Duarte	Cria o município de Bataiporã
1.971	28.11.1963	Dep. Carlos Medeiros	Cria o município de Caracol
2.051	03.12.1963	Dep. Valdon Varjão	Cria o município de General Carneiro
2.057	13.12.1963	Dep. Weimar Gonçalves Torres	Cria o município de Vila Brasil

Fonte: Dados do Instituto Memória do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, 2005.

Segundo as estatísticas, nove municípios emancipados no final de 1963 faziam parte da região sul do estado de Mato Grosso, são eles: Naviraí, Anaurilândia, Glória de Dourados, Ivinhema, Jateí, Iguatemi,

Bataiporã, Caracol⁴⁷ e Vila Brasil. Assim, mais de 60,0% dos municípios que conquistaram sua autonomia política no Mato Grosso no final de 1963 estão localizados na região sul do estado.

Em específico, direcionando-se o olhar a uma das localidades, o município de Vila Brasil, pode-se sugerir que sua emancipação política ocorrida em onze de dezembro de mil novecentos e sessenta e três foi resultado de lutas endógenas de migrantes nordestinos oriundos, principalmente, do interior do estado de São Paulo a partir do final dos anos 1940.

É sabido que a extensão geográfica da outrora Colônia Agrícola Nacional de Dourados (situada entre os atuais municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis e Angélica), a qualidade de seu solo e a possibilidade de conquista da terra por integrantes de uma parcela da sociedade que vivia à margem do sistema econômico vigente a transformaram em um atrativo para inúmeras famílias vindas de diversas partes do país. Segundo Ponciano⁴⁸, os migrantes eram originários dos estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Piauí, Sergipe, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Bahia, além de um pequeno número de imigrantes estrangeiros japoneses, portugueses e paraguaios.

O movimento desses migrantes para o interior do Brasil durante a maior parte do século XX, considerado por Martins como “o movimento de fuga [dos pobres] das áreas que os grandes proprietários e as grandes empresas vêm ocupando progressivamente”⁴⁹, foi marcado por muitas dificuldades.

⁴⁷ Caracol localiza-se na região sudeste do antigo estado de Mato Grosso.

⁴⁸ PONCIANO, N. P. **Um olhar nos crimes de sedução: a mulher da família de Fátima do Sul (1967/1977)**. 2000. 166 p. Dissertação (Mestrado em História) – UNICENTRO – UNESP/ASSIS. **(Especificamente o primeiro capítulo.)**

⁴⁹ MARTINS, J. S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**, 1998, p. 664.

Acredita-se que um dos aspectos a ser apontado como fator de complicação na fixação de tais migrantes no interior do Brasil, em específico na antiga Colônia Agrícola Nacional de Dourados, na década de 1950, esteve relacionado à mudança macropolítica do Estado.

O primeiro governo Vargas prometeu ajuda aos “novos bandeirantes” para que eles se instalassem em regiões de “espaços vazios” da Amazônia legal. Entretanto, conforme depoimentos de remanescentes daquele período, apenas os primeiros migrantes receberam apoio estatal⁵⁰. Os colonos que chegaram a partir da década 1950 não obtiveram a base de sustentação e se viram desprovidos da assistência do Estado no povoamento da região. Dulce de Oliveira, migrante remanescente daquela década, residindo atualmente na periferia de Fátima do Sul, evidencia a situação em seu depoimento:

Nós chegamo aqui em 51, era mata virgem, essas estradas foi aberta pelo olho do colono, não foi maquinário, foi com o olho do colono. As famílias se juntava e, ali, juntava 20 homem e arrancava uma peroba, e ia prosseguindo a estrada. Foi muito difícil a vida aqui para pessoa pobre, nós sofremo muito, nós era fraco. Vinha aqui comprava um pedaço de terreno e plantava. Muitas pessoas sofreram como a gente. Um tanto dessas pessoas não moram mais aqui, uns morreram e outros mudaram (DULCE DE OLIVEIRA).

Registre-se, também, o que observa o aposentado Belmiro de Oliveira, antigo proprietário de lote, sobre a ajuda do Estado no processo de fixação dos migrantes na Colônia:

Os lotes foi feito aqui, os lotes foi dado aqui [lado esquerdo do rio Dourados]. Aqui era Colônia, era Colônia Federal, que quando veio aqui naquela ocasião a cooperativa, que hoje é a vila São

⁵⁰ O texto de Benícia Couto de Oliveira e Valdeir Justino, intitulado “*Projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontros e desencontros na malha fundiária*”, é esclarecedor em relação à ausência do Estado no processo de fixação dos colonos na CAND.

Pedro, o governo dava, quando começou, um machado, uma foice, uma enxada e fazia a casa, você pode olhar que ainda em casa antiga pregada assim [com tábuas em transversal], pois é, aquela foi dada pelo governo [...], mas então o pessoal veio demais e o pessoal [do governo] já não fez mais. O governo não deu conta, o governo no início ajudava... (BELMIRO DE OLIVEIRA).

Com base nos dois depoimentos, é possível destacar que, a partir do final da década de 1940, intensificou-se a chegada de migrantes para a área do extremo sul de Mato Grosso, destinada pelo Estado Novo à implantação de uma Colônia Agrícola, como observa a pesquisadora Damarci Olivi da Costa em seu artigo “*Colonização, especulação fundiária e terra de índio*”: “[...] a busca pelos ‘espaços vazios’ e por melhor sorte na vida provocou a avalanche de migrantes para a região de Dourados⁵¹”. Por outro lado, argumenta Ponciano em sua dissertação de mestrado, *Um olhar nos crimes de sedução: a mulher da família de Fátima do Sul (1967/1977)*, quando registra: “[...] nos anos 50, quando acontece de forma maciça a migração para esta área [CAND], tais recursos já não existem, a assistência do Estado se torna totalmente inoperante, e os migrantes se vêem sozinhos no processo de povoar os ‘espaços vazios’⁵²”.

As famílias que chegavam eram orientadas a se estabelecer provisoriamente no pátio da administração da Colônia – onde se situa atualmente a vila São Pedro, distrito do município de Dourados, – para preencherem o requerimento de doação do lote e para o administrador se certificar de que tais famílias estavam aptas a serem contempladas. Após alguns dias ali, “[...] só com a roupa do corpo, exposto ao sol, à chuva, ao frio, sem

⁵¹ COSTA, D. O. *Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Aldeia Panambi*. In: *Fronteiras – Revista de História*, p. 38, 1999.

⁵² PONCIANO, N. P. *Um olhar nos crimes de sedução: a mulher da família de Fátima do Sul (1967/1977)*. 2000. 166 p. Dissertação (Mestrado em História) – UNICENTRO – UNESP/ASSIS, p. 40.

qualquer recurso”⁵³, os migrantes começavam, por iniciativa própria, sua caminhada para o interior da CAND.

Assim, deslocavam-se para o sudeste da Colônia, terminando por se concentrar à margem esquerda do rio Dourados, lugar denominado de Porto Ubatuba. Convém registrar que o referido rio serviu como linha demarcatória para se estabelecerem as áreas destinadas à primeira Zona e à segunda Zona no interior da Colônia, sendo, respectivamente, o lado esquerdo e o lado direito do mesmo.

As notas registradas pelo padre Amadeu Amadori no Livro Tombo da Igreja Católica são esclarecedoras no tocante ao surgimento deste povoado:

Vila Brasil teve início nos primórdios de 1950, quando, tomados todos os lotes da margem esquerda do Rio Dourados, os migrantes que vinham em massa de todos os recantos do Brasil, começaram a embrenhar-se nas matas virgens à margem direita do mesmo rio. Devido à difícil passagem do rio (só canoas) e por causa do sertão bruto, as numerosas famílias que vinham chegando acampavam temporariamente na barranca do rio, enquanto fosse aberta uma clareira nos lotes. Assim começaram aparecer barracos e ranchos de sapé. Em poucas semanas a rancharia marginava uma longa rua lado a lado. De um dia para outro apareciam botequins, pousos, casinhas de comércio. **Quem passava por aí via, senão dinheiro e progresso, ao menos, barulho da manhã à noite”**.⁵⁴

Neste período, os primeiros administradores da Colônia haviam mapeado e dividido a primeira zona em lotes rurais de 30 hectares aproximadamente, no entanto, a área demarcada era pequena frente ao número de famílias que se desalojavam diariamente no pátio da administração, e estas desciam por iniciativa própria até a margem do rio Dourados à procura de seu lote rural, esperando a administração cortar a segunda Zona

⁵³ INFORMATIVO REGIONAL SUL, Fátima do Sul, 09 de julho de 1999, p. 7.

⁵⁴ LIVRO TOMBO..., 1963, p. 4, grifo nosso.

da Colônia. Entretanto, desta área, os agentes do governo procederam somente à reserva de dois lotes, contíguos ao rio, correspondendo a 60 hectares aproximadamente, localizados do lado contrário ao local que ficaria conhecido como Porto Ubatuba.

Assim, os migrantes terminaram por se concentrar junto à margem esquerda do Porto Ubatuba na expectativa de que fossem iniciadas a abertura e a demarcação da segunda Zona da Colônia com a conseqüente distribuição da terra. No entanto, como o processo foi sendo postergado pelos administradores da Colônia, por volta do início dos anos 1950, era considerável o número de famílias de migrantes reunidas naquele local.

Este aspecto histórico justifica dois fatores importantes no processo de colonização da região: primeiro, proporcionou a ocupação das terras localizadas na segunda Zona da Colônia pela iniciativa dos próprios colonos ante a letargia do governo; segundo, favoreceu a concentração de famílias à margem do Porto Ubatuba, constituindo a gênese de um povoado que inicialmente era denominado Porto Ubatuba, em seguida Vila Brasil e, por fim, em 1965, Fátima do Sul.

Sobre o processo de ocupação das terras do lado direito do rio Dourados pelos colonos, o próprio relatório do governo federal faz o seguinte registro:

Transcorridos 13 (treze) anos [da criação da CAND], muitos agricultores e homens sem terra, atraídos pela vertiginosa valorização da terra na região da Grande Dourados, começaram a pressionar o governo do estado para que lhes fosse destinado aquele excedente. Sem qualquer critério, em desrespeito ao próprio Instrumento Estadual de Doação, e antes mesmo de serem encerrados os trabalhos de medição, ante aquela avalanche de pedidos de concessões, atingindo aproximadamente 1.000 requerimentos protocolados, o estado concedeu mais de 130.000 (hectares) prejudicando, à época, o projeto de loteamento e colonização em curso. (INCRA, CR16, 1984).

A transcrição supracitada vem corroborar com a ideia de que os migrantes começaram a transpor o rio para proceder, por si mesmos, à

demarcação e à ocupação dos lotes da segunda Zona da Colônia em total descumprimento à ordem estatal.

Como já observado, normalmente o tamanho dos lotes era de cerca de 30 hectares. Assim, conforme depoimentos, para facilitar a demarcação, os migrantes mediam 250 metros de frente e 1.250 metros de comprimento, e faziam a marcação de sua propriedade, respeitando apenas a área reservada de sessenta hectares, que correspondia aos dois primeiros lotes do lado direito do rio Dourados. Pode-se atestar o fato pelo depoimento do padre católico Amadeu Amadori:

/.../ o povo foi chegando, chegando, naquela época tinha tanta gente que vinha aos borbotões. A colonização não conseguiu instituir o corte. O agrimensor, o engenheiro não conseguiu dar conta /.../ vinha gente para a Terceira Linha, Vicentina, para a banda de São José, Quarta Linha, Glória de Dourados e foi avançando, eles iam à frente do agrimensor, não tinha marcação. Mediam de cipó mais ou menos e ia embora. Depois que veio o agrimensor e aí deu aquela briga, porque ele mudava o lugar da linha naturalmente. Pensa que na mata é fácil tirar uma linha reta? Ia mais ou menos, quando um tirava até ali, outro continuava, de repente, sabe lá? Mudava de rumo, tinha que cortar um pedaço, a estrada não passava mais aqui, às vezes ficava no fundo, no meio do lote. Bem, mas o povo vinha chegando /.../ (AMADEU AMADORI).

É perfeitamente plausível, partindo-se dessas citações, argumentar que o planejamento do governo para a ocupação do interior do Brasil durante meados do século XX sofreu alterações após a queda do Estado Novo e, sobretudo, após a eleição de Juscelino Kubitschek à presidência do país. Além do mais, como observa argutamente a professora Cláudia Capilé: “[...] seduzidos pela oportunidade, os migrantes desmontavam todo o sistema de planejamento da administração do Núcleo”⁵⁵. Assim, sugere-se que dois aspectos impulsionaram os migrantes a ocupa-

⁵⁵ CAPILÉ, C. C. **História de Fátima do Sul**, 2000, p. 14.

rem aquele espaço por iniciativa própria: primeiro, a mudança no rumo da macro-política brasileira no início dos anos 1950, que os deixou sem os recursos prometidos pelo Decreto-Lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941; segundo, o desejo do migrante de ser proprietário rural e alcançar o sonho feliz de ser “o dono de sua terra”.

Dessa forma, à medida que aumentava o número de famílias oriundas de várias partes do país adentrando ao interior da Colônia Federal na busca de sua propriedade, formava-se uma aglomeração de migrantes, à margem do Porto Ubatuba, a qual deu origem a um autêntico povoado.

Este povoado, bem como a ocupação livre da segunda Zona da referida Colônia, contrariava todo o projeto de colonização do governo Vargas. Segundo Lenharo⁵⁶, o projeto oficial previa, na área da Colônia, a formação de um núcleo urbano em local situado a aproximadamente 30 quilômetros da margem direita do rio Dourados. O historiador comenta que a perspectiva do projeto original de Vargas para a CAND era a construção de um centro urbano no meio da Colônia Federal, vejamos: “o centro do núcleo era riscado com preocupação urbanística, de modo a prever uma bela cidade [...] Em volta do núcleo, as glebas iriam sendo demarcadas progressivamente, das maiores às menores”⁵⁷.

Porém, acredita-se que o rio Dourados representou um obstáculo de difícil transposição na movimentação das famílias, assim, enquanto os homens atravessavam com embarcações individuais para demarcar suas terras, suas famílias permaneciam junto ao Porto Ubatuba.

A dificuldade de locomoção de uma margem à outra do rio é logo percebida não só pelos migrantes como também pelo próprio administrador da Colônia, que, em cooperação com os moradores do povoado, pensou em organizar um meio de transporte mais ágil para realizar a travessia.

⁵⁶ LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**, 1986.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 48.

Destarte, a construção de uma embarcação maior que facilitasse o trânsito dos colonos solucionava dois problemas: por parte dos colonos, o “ir e vir” não representaria mais obstáculo, possibilitando a ida de famílias inteiras aos lotes conquistados; por parte dos administradores, a balsa seria a solução para diminuir o número de famílias que “teimavam” em se aglomerar em um canto do núcleo.

Contudo, a vida útil da balsa foi curta. O intenso trânsito na travessia do rio provocou um naufrágio alguns dias depois da inauguração. Vejamos o que comenta sobre o acontecimento o colono e comerciante Antonio Vicente Rodrigues, de origem portuguesa, que veio trabalhar inicialmente na serraria da Colônia Federal e ajudou na construção da balsa:

/.../ aquilo a balsa quando chegava no meio do rio tinha assim: Tim! Tim! Tim! E eu falei: vai estourar este cabo. Não deu outra. Durou quinze dias a embarcação. A primeira enchente que deu estourou o cabo e despejou todo o pessoal dentro da água. Morreram 14 pessoas. (ANTONIO VICENTE RODRIGUES).

Segundo jornal local dos anos 1990, o *Informativo Regional Sul*, que também faz referência ao ocorrido em matéria sobre a história do município, o naufrágio se deu em função da quantidade excessiva de carga que a balsa carregava. Descreve o noticiário em questão:

De certa vez, quando muitas das marcações dos lotes já estavam abertas e com ranchos construídos, prontos para receberem seus primeiros habitantes, Evaristo, o balseiro, colocou carga demasiada sobre a balsa, tanto de pessoas como de sacarias, animais, etc., que o cabo não resistiu, quebrando-se, virando a balsa e matando, de uma só vez, mais de 15 pessoas entre adultos e crianças.⁵⁸

Porém, o acontecimento em nada arrefeceu o ânimo dos colonos, e o povoado continuou crescendo, levando o espaço com características ur-

⁵⁸ INFORMATIVO REGIONAL SUL, Fátima do Sul, 09 de julho de 1999, p. 7.

banísticas, denominado Porto Ubatuba, a se tornar insuficiente em apenas alguns anos para abrigar todos os colonos que chegavam. O depoimento de uma moradora da época, Sra. Josefa Ferreira de Oliveira, hoje sexagenária de fala lenta e com um olhar contemplativo, registra a seguinte observação sobre o inchaço populacional nos primeiros anos naquele povoado:

Lá já estava tudo localizado [margem esquerda do rio Dourados], cheio de gente. Lá na época até crescia mais que Dourados, e também era baixada, era varjão, na época quando chovia alagava tudo, enquanto na margem oposta já era subida, então a tendência da cidade foi vir para cá [lado direito do rio Dourados]. (JOSEFA FERREIRA DE OLIVEIRA).

Ante a maciça aglomeração de famílias à margem esquerda do Porto Ubatuba nos primeiros anos de 1950, mais uma vez os próprios colonos tomaram a iniciativa de ocupar o lado direito do rio, justamente a área de 60 hectares reservada à Colônia.

Acredita-se que essa expansão foi fator preponderante no processo de formação de Fátima do Sul. De fato, como já exposto, a administração da CAND não havia definido fundar um centro urbano em Porto Ubatuba – o plano era construir uma cidade no centro da Colônia. No entanto, frente aos obstáculos encontrados pelos migrantes no processo de fixação dos lotes, eles decidiram “invadir” o lado direito do Rio Dourados por iniciativa própria, ocupando a área de reserva até então intocada.

A ação ocorreu no dia 09 de julho de 1954, e, segundo depoimentos, a ocupação aconteceu no período noturno de forma organizada. Os colonos ocuparam a margem direita, dividiram a reserva em lotes urbanos (datas, segundo o termo regional) e fixaram prazo para a construção de residências. Belmiro de Oliveira, ao comentar sobre a ocupação, diz: “os colonos foi fazendo as casas de tábuas, falavam assim: eu quero fazer uma casa aqui, fazia” e acrescenta: “[...] de noite é que se fazia a casa porque o pessoal [administrador da CAND] não deixava; o fiscal não deixava” (BELMIRO DE OLIVEIRA).

Os colonos prepararam-se também para resistir à ação repressiva da administração que se insurgiu contra a ocupação daquele espaço e convocou a ação da polícia, na tentativa de impedir a fixação dos colonos na área. O folhetim *Informativo Regional Sul* detalha a estratégia de resistência dos colonos:

Quando chegasse ao local, alguém para impedir aquela invasão, Orlando Preto, fingindo estar roçando o pé de uma canafístula oca, batia no tronco da mesma com um machado e, todos quantos estivessem ali por perto, ao ouvirem aquele som característico, fugiam para o interior da mata para não entrarem em choque com a polícia. Quando os policiais regressavam, eles continuavam com a marcação, roçada e derrubada da mata, para a abertura das primeiras datas e a construção imediata de casas de tábuas.⁵⁹

Sabe-se que a disputa não durou muito, e, mais uma vez, a iniciativa dos colonos modificou não só a paisagem da CAND como ainda alterou os planos de colonização da política estatal para a região.

Não obstante, também este espaço urbano se tornou pequeno frente ao crescimento da população que chegava em busca de seu pedaço de terra, o que deu margem a mais um episódio de confronto entre os colonos e a administração. Os colonos que possuíam lotes rurais na periferia da cidade os dividiram em lotes urbanos e passaram a vendê-los. E, mais uma vez, a administração da CAND incomodou-se, pois havia uma lei que impedia os colonos de dividir ou vender suas propriedades a terceiros. Basta lembrar que nenhum colono tinha o título definitivo da terra: o núcleo colonial só outorgaria a propriedade da terra para o colono depois de dez anos de trabalho na mesma, ou seja, depois de uma década de posse de fato da terra.

Mas, se esse era o problema, uma solução foi encontrada pelos migrantes: os contratos particulares de compromisso, de uso comum no interior do Brasil. Eles funcionavam como documento de compra e venda,

⁵⁹ INFORMATIVO REGIONAL SUL, Fátima do Sul, 09 de julho de 1999, p. 8.

ficando convencido que o primeiro proprietário passaria o título definitivo da terra ao comprador ao consegui-lo. Assim, a compra e a venda de “datas” foi uma constante no povoado naquele período, ainda mais se considerando que o mesmo não parava de crescer e, juntamente com ele, o comércio agrícola, o comércio varejista, as festas comunitárias, as religiões. Vejamos o que comenta a Sra. Josefa: “o comércio foi crescendo, um fez uma casa, outro fazia outra, um bolichinho ali. Aí começou uns caminhões vim de São Paulo para pegar feijão, arroz, milho, o que se plantava naquela época dava. Meu Jesus dava tudo, arroz, feijão, milho, algodão” (JOSEFA FERREIRA DE OLIVEIRA).

De fato, os anos 1950 foram de crescimento e de otimismo para os moradores do povoado: houve a construção de uma ponte de madeira sobre o rio Dourados; uma feira livre próspera movimentava o centro do povoado uma vez por semana; foi instalada a empresa de Correios e Telégrafos; o povoado chegou à elevação de Vila logo nos primeiros anos e, em seguida, de distrito do município de Dourados; foram instalados o cartório de paz, a subprefeitura, a subdelegacia e a exatoria estadual; e, nos anos 1950, a sua área territorial abrangia os atuais municípios de Fátima do Sul, Vicentina, Jateí e Glória de Dourados⁶⁰.

Registre-se, ainda, que o anseio de alcançar a liberdade política daquela cidade em formação foi sendo construído durante a década de 1950, mas, segundo se observou, foi no início dos anos 1960 que tal projeto tomou corpo, conforme abaixo assinado de alguns moradores do distrito, encaminhado ao deputado estadual Weimar Gonçalves Torres – o autor da Lei 2.057 –, enaltecendo as vantagens da Vila.

Apesar de extenso, cabe transcrever a exposição de motivos elencados no abaixo-assinado, pois ela identifica a dimensão que em pouco tempo, menos de uma década, havia tomado aquele povoado.

⁶⁰ CAPILÉ, C. C. **História de Fátima do Sul**, 2000, p. 35.

VILA BRASIL [antigo Porto Ubatuba] é, indiscutivelmente, a capital política, moral e econômica de toda uma vasta região agrícola; VILA BRASIL, desbravada, fundada e habitada por descendentes daqueles heróis que fizeram com que a Linha de Tordezilhas [sic] não ficasse além de um risco num grande mapa, de homens que em si trazem o mais vivo, o mais sacrossanto amor a pátria, na terra deixando o suor e dela tirando o necessário para viver altivamente; VILA BRASIL, por sua privilegiada situação geográfica tornou-se centro comercial de uma laboriosa população, habitantes de sua região agrícola, VILA BRASIL é ligada por uma rústica rodovia ao Porto Caiuá, no rio Paraná, essa estrada não foi construída pelo erário público, sim pelo esforço e tenacidade de um povo que quer ver agigantar-se a região, o Estado e a Pátria; VILA BRASIL, num futuro próximo será ligada a Naviraí, pelos esforços que nesse sentido estão sendo feito por ambas as populações; VILA BRASIL, sem favor algum, está colocada entre as maiores populações do Estado, seu crescimento é vertiginoso e mesmo impressionante, constatados pelos dados estatísticos seguintes: Renda da Coletoria Estadual no ano de 1.961.....Cr\$19.987.174,30. Renda da Coletoria Estadual no ano de 1.962.....Cr\$52.306.211,40. Número de inscrições comerciais no Distrito.....744. Número de agências bancárias no distrito.....3. Número de veículos a motor emplacados na sede do Distrito.....120. Número de charretes de praça da sede do distrito.....22. Número de carroças emplacadas no Distrito.....332. Número de bicicletas emplacadas no Distrito.....683. Número de alunos do Ginásio D. Pedro II [escola católica].....203. Número de alunos do Ginásio Batista [escola protestante].....42. Número de alunos do Grupo Escolar Isabel Mesquita.....250. Número de alunos na Escola paroquial.....860. Número de escolas da sede do Distrito...3. Número de escolas particulares na sede do Distrito.....5. Número de escolas públicas do Distrito.....16. População do perímetro urbano do Distrito.....3.545. População do interior do Distrito.....21.447. População estimada do Distrito.....79.000. Número de prédios da sede do Distrito...1142. Temos ainda: 14 máquinas de beneficiar arroz, 2 máquinas de beneficiar café, 2 hospitais, 1 cinema, 16 templos religiosos, 9 farmácias, 10 olarias, 1 cerâmica, 1 fábrica de ladrilhos, 4 oficinas mecânicas, 4 postos de gasolina, 8 marcenárias, 1 alambique para beneficiar essência, 5 padarias, 1 torrefação de café e finalmente UM PRÉ-

DIO DE ALVENARIA PARA A INSTALAÇÃO DA MUNICIPALIDADE. Pelos dados acima, muitos dos quais já ultrapassados numa porcentagem assustadora, principalmente no que se refere à população, este Distrito merece e precisa ser elevado à categoria de MUNICÍPIO E COMARCA.

Essa transcrição apresenta informações importantes, principalmente em relação à população, pois, se no Brasil a tendência era de crescimento da população urbana, neste município havia apenas 3.545 habitantes urbanos nos anos de 1960. Assim, na década, ainda é a zona rural que sustentava as inúmeras atividades desenvolvidas no comércio local, as diversas fábricas e máquinas de beneficiamento, bem como a renda da coletoria estadual. Por outro lado, o excesso da população na estimativa apresentada, claramente vê-se como um exagero digno de texto de cunho político e, além do mais, não se deve esquecer que o abaixo assinado tinha clara intenção ideológica, ou seja, alcançar a autonomia político-administrativa do distrito.

Segundo os dados registrados, observou-se que, com o crescimento do povoado em todas as esferas, o interesse de seus moradores passou a ser o da emancipação política. Levados pelo seu crescimento populacional, econômico e social, também pela distância do município sede (Dourados), começaram a fomentar a necessidade de lutar pela autonomia política da cidade. Então, uma comissão foi organizada em meados de 1963 para ir à capital, Cuiabá, falar com os representantes da Assembleia Legislativa do estado. Munidos de dados estatísticos que fundamentavam sua reivindicação⁶¹ e em audiência com o secretário do interior e justiça do estado de Mato Grosso, os membros da comissão marcaram uma audiência com

⁶¹ O documento que embasava o pedido de emancipação política de Vila Brasil foi o abaixo-assinado supratranscrito cientificado por várias pessoas envolvidas na política local da época, tais como: Antonio Ruiz Cabello, Lazaro Berto Gonçalves, Claudionor Albuquerque, Lucas Mamédio do Nascimento e Domingos Nunes Pacheco, entre outros.

o governador, Fernando Corrêa da Costa, no Palácio Alencastro. Na audiência, conseguiram apoio do chefe do executivo para que os deputados votassem a Lei de Emancipação do Distrito. E, no Diário Oficial de 13 de dezembro de 1963, foi publicada a Lei n. 2.057, que criava o município de Vila Brasil, conforme seu artigo 1º: “fica criado o município de Vila Brasil, desmembrado do de Dourados, tendo como sede a localidade do mesmo nome que passa a ter foros de cidade”⁶².

Não obstante, as lutas endógenas no processo de formação de Fátima do Sul aconteceram também em outras instâncias além do campo político em que a presença da religiosidade é marcante desde o final da década de 1940. A religião católica, especificamente por intermédio de seus agentes pastorais (padres), era uma constante no povoado que se formava à margem do Porto Ubatuba no início da década seguinte. Vejamos como foi sua ação e suas repercussões.

2.3 A cidade em formação: religiosidade e catolicismo

“Então o padre ia ali celebrar a missa [...], porque onde existe um começo nunca tem fim a Igreja Católica.” (Lair Nunes de Araújo)

A presença da religião na Colônia Agrícola Nacional de Dourados aconteceu desde o seu surgimento. Essa presença pode ser constatada em diversas matérias publicadas no jornal O Progresso, bem como nos diversos depoimentos de colonos que ainda residem na cidade. Segundo o Sr. Ivo de Araújo e a Sra. Lair Nunes de Araújo, casal sexagenário, o interior da CAND

[...] era tudo rancho mesmo, dessas condições [coberto de coqueiro ou sapê], onde o povo que vinha chegando ia abrindo e ficando ali

⁶² CAPILÉ, C. C. **História de Fátima do Sul**, 2000, p. 33.

sabe? **Então o padre ia ali celebrar a missa [...], porque onde existe um começo nunca tem fim a Igreja Católica** (LAIR NUNES DE ARAÚJO).

O padre Amadeu Amadori, que chegou à área em meados dos anos 1950 e trabalhou em comunidades do interior da Colônia por mais de 50 anos, fez a seguinte observação em depoimento concedido em 2002:

Eu fundei a primeira escola chamada Vicente Pallotti, depois eu fundei o ginásio, depois o técnico. Primeiro começou com o ginásio, depois veio o técnico em contabilidade, depois para formar o professor veio o normal e depois vieram outras como o corte e costura, datilografia [...]. Sempre a Igreja que formava a cidade, sem saber. (AMADEU AMADORI).

Mas, se por um lado, a presença da religião católica é incontestável desde os primórdios da colonização desta região, por outro, há que se observar que o catolicismo não estava sozinho nesta conquista. Outras religiões também estão presentes desde o início da Colônia. O jornal *O Progresso* do dia 17 de fevereiro de 1952 registrou em suas páginas a presença da Igreja Batista na região, quando publicou a seguinte matéria: “Estatuto da Primeira Igreja Evangélica Batista da Colônia Federal de Dourados”. Outros registros também aparecem em depoimentos colhidos durante o trabalho de campo, vejamos o que comenta a Sra. Josefa:

A minha religião é a Batista. Lá onde nós ficamos sete meses [linha do barreirão, primeira zona] tinha a Igreja [...] aí veio para a barranca do rio [Porto Ubatuba], para a casa de um senhor que é falecido hoje, Jofre Damasceno, ali começou a congregação. De congregação passou para a Igreja, mas já do outro lado [lado direito do rio Dourados], organizou a igreja porque já tinha cento e tantos crentes [...], quem começou aqui foi a Assembléia de Deus e a Batista (JOSEFA FERREIRA DE OLIVEIRA).

Contudo, vale observar que este trabalho delimita como objeto de estudo a Igreja Católica e a sua participação no processo de formação de

Fátima do Sul, considerando outras religiões apenas quando houve conflitos políticos entre católicos e protestantes. Interessante destacar, aqui, os desdobramentos presentes e insistentes no imaginário dos sujeitos, gerados pela formação religiosa, conforme veremos, no capítulo 3, pelo viés da formação do leitor, nos estudos da professora Valéria.

Proseguindo, a religião católica está presente no sul de Mato Grosso de forma esparsa e fragmentada, desde o século XIX, e a sua intensificação ocorre após o primeiro quartel do século XX, quando acontece o incremento populacional da região, sobretudo decorrente dos projetos colonizadores oriundos da iniciativa privada ou estatal⁶³.

Cabe destacar que, até meados dos anos 1930, toda a região que compreende atualmente os municípios de Ponta Porã, Dourados, Rio Brillante, Maracaju, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados, Campo Grande, Coxim, Santana do Parnaíba, entre outros, fazia parte da diocese de Corumbá⁶⁴, e, ainda no início dos anos 1950, esta abrangia a imensa área de 360.000 km² conforme sugere padre Ládio Girardi,

[...] convém lembrar que naquele tempo (1953) a diocese de Corumbá englobava todo o sul do Mato Grosso, com as cidades de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Coxim e outras, numa área de 360.000 quilômetros quadrados, portanto, maior que toda a Itália.⁶⁵

Dessa forma, acredita-se que, procurando intensificar a presença do catolicismo no interior do estado de Mato Grosso, em meados dos anos 1930, o bispo da diocese de Corumbá, D. Vicente B. M. Priante, instituiu a

⁶³ MARIN, J. R. **O acontecer e 'desacontecer' da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia**. 2000. 566 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis.

⁶⁴ *Ibid.*, *passim*.

⁶⁵ GIRARDI, L. L. No princípio era a selva: 25 anos de missões palotinas no Mato Grosso. In: **Revista Rainha** – suplemento, p. 4, 1979.

criação da Paróquia Imaculada Conceição de Dourados, desvinculando-a da Paróquia São José de Ponta Porã, e a confiou aos freis franciscanos.

Segundo Jerry Marin⁶⁶, os padres da ordem franciscana oriundos da Alemanha estavam atuando na diocese de Santa Cruz de Corumbá naquele período devido à perseguição religiosa ocorrida em seu país natal. E, mesmo interrompido o fluxo migratório no período da Segunda Grande Guerra, ele continuou após 1945. Comenta Marin que

A expansão dos Franciscanos foi rápida, seja em recursos humanos, como no apostolado. Na diocese de Corumbá, assumiram as paróquias de Entre Rios [Rio Brilhante], Maracaju e Dourados, em 1938; Herculânea (atual Coxim) e Ladário, em 1939; Porto Murtinho e Santana do Parnaíba, em 1940; Aparecida do Taboado (1941); Campo Grande (1942), Itaporã, Cassilândia e Terenos, em 1956.⁶⁷

Note-se que, em 1938, os franciscanos receberam de D. Vicente Priante não somente a paróquia de Dourados como também as paróquias de Entre Rios e Maracaju. E somente a paróquia de Dourados correspondia a uma área de 20.000 quilômetros, abrangendo grande parte da futura Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

No final da década seguinte, com a CAND já criada e delimitada a sua extensão, os migrantes começaram a chegar à região em quantidade considerável, como já indicado anteriormente, e a presença da religião passou a ser não apenas uma necessidade deles, mas da própria Igreja, que tinha como missão levar a fé a territórios ainda “selvagens”.

Neste período, os padres Palotinos estavam se dirigindo para o interior brasileiro na tentativa de expandir seu campo de atuação. O objetivo

⁶⁶ MARIN, J. R. **O acontecer e ‘desacontecer’ da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia.** 2000. 566 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, p. 348.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 348.

da ordem Sociedade do Apostolado Católico (SAC)⁶⁸ era trabalhar com a catequização dos índios.

Em tal contexto dois fatores se complementavam: a expansão da fronteira agrícola do país, que levou à ocupação do interior brasileiro; e a expansão da ordem Sociedade do Apostolado Católico, que estava procurando novas áreas para atuação.

Segundo registros⁶⁹, consta que, no início dos anos 1950, os padres palotinos estavam pregando missão no oeste do Paraná, quando souberam dos projetos de colonização acontecendo tanto naquele estado quanto em Mato Grosso. Assim, padre José Daniel se deslocou até Campo Grande na tentativa de ir a Diamantino, pois queria “trabalhar com índios”⁷⁰.

Em Campo Grande, Pe. José Daniel encontrou o bispo da diocese de Corumbá, D. Orlando Chaves. Em seu encontro ficou “apalavrado” que os padres palotinos expandiriam sua missão para o interior do sul de Mato Grosso, como observa Ademar L. Fighera:

Diante do propósito obstinado de Pe. Daniel de trabalhar com os índios. Dom Orlando o deteve dizendo-lhe que não precisava ir tão longe porque lhe daria duas grandes regiões com índios: Amambai, no sul do estado [Mato Grosso] e Colônia Federal, na região de Dourados [...] em meados de fevereiro de 1954, Pe. Casimiro Tronco e Pe. José Daniel visitaram a região e acertaram com o bispo

⁶⁸ Os padres da ordem da Sociedade do Apostolado Católico são conhecidos popularmente como palotinos, em razão de seu fundador ser São Vicente Pallotti. Esta ordem surgiu na Itália em 1846 e em 1886 chegou ao Brasil, acompanhando os imigrantes italianos que se instalavam no sul do país. Conforme o padre Ademar Luiz Fighera, o objetivo último da SAC é “[...] pela glória de Deus e salvação dos homens. É a força motriz de todo esse apostolado endereçado e reavivar a fé e a caridade na dúplici dimensão, espiritual e temporal” (50 ANOS DOS PALOTINOS... 2004, p. 5).

⁶⁹ A esse respeito ver os escritos dos padres palotinos na revista *Rainha*, especialmente nos dois suplementos especiais lançados em comemoração aos 25 e 50 anos de presença dos palotinos no Mato Grosso respectivamente.

⁷⁰ FIGHERA, A. L. Os palotinos no Brasil. In: **Revista Rainha**, Editora Pallotti, p. 6, 2004, (suplemento especial - 50 anos dos palotinos no Mato Grosso do Sul).

Dom Orlando Chaves o atendimento de duas paróquias: Amambaí e Colônia Federal.⁷¹

Em maio de 1954, chegaram a Ponta Porã os padres José Daniel e Luis Augustino Vandrúsculo e, de lá, eles se deslocaram para as suas áreas de atuação. Inicialmente, a SAC destacou dois padres para atender as paróquias da Colônia Federal e Amambaí, sendo que José Daniel permaneceu em Amambaí alguns meses e depois se instalou na capela da Vila São Pedro, local da fundação da sede da administração da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. No ano seguinte, chegaram mais três padres para fazer companhia a José Daniel e Luiz Vandrúsculo, foram eles: Amadeu Amadori, José Stefanello e Genésio Trevisan.

Segundo consta em um suplemento especial da Revista Rainha, o objetivo dos palotinos não era se estabelecer na Vila São Pedro, mas chegar ao local destinado para ser a cidade que se localizaria no centro da CAND, Glória de Dourados, que ficaria a aproximadamente 100 quilômetros da referida vila. Portanto, logo que chegaram, os padres se colocaram a caminho, juntamente com os migrantes, na tentativa de alcançar seu objetivo. Pe. Ládio Girardi corrobora com esta assertiva ao comentar que

Os palotinos penetraram nesta área, acompanhando os primeiros desbravadores. No projeto [da administração da CAND] fora prevista apenas uma cidade: Glória de Dourados – 180 quilômetros de Dourados – [sic] na qual seria instalada a sede. Como esta paróquia se destinava aos palotinos, Pe. Daniel só aguardava a abertura do caminho e a demarcação dos lotes para lá se estabelecer.⁷²

Assim, da “arte de fazer o cotidiano”, nota-se que a religião está em consonância com o Estado, pois, como já observado anteriormente,

⁷¹ FIGHERA, A. L. Os palotinos no Brasil. In: **Revista Rainha**, Editora Pallotti, p. 6-7, 2004, (suplemento especial - 50 anos dos palotinos no Mato Grosso do Sul).

⁷² GIRARDI, L. L. No princípio era a selva. In: **Revista Rainha**, Editora Pallotti, p. 6-7, 1979, (suplemento especial - 25 anos de missões palotinas em MS).

a capela da Vila São Pedro, local provisório da primeira instalação dos palotinos, foi construída pelo Estado, além do que o projeto missionário dos padres – catequizar as famílias e educá-las na fé cristã católica – acompanhava a marcha dos trabalhadores na busca da terra prometida, o centro da Colônia, local que estava previamente destinado para a ordem da SAC.

Assim, a SAC participou diretamente como ordem religiosa no processo de formação dos diversos núcleos urbanos que iam se criando no interior da CAND devido a dois aspectos: o primeiro tem relação com sua missão de expandir a fé cristã romana para o interior do Brasil; o segundo, que surge em decorrência do primeiro, acontece em função de esta ordem estar presente no cotidiano dos primeiros migrantes, servindo como auxílio espiritual e modelo organizacional, já que os migrantes chegavam de forma desordenada, sem planejamento, e os padres palotinos, que haviam traçado um plano de ação bem delineado a partir das vivências missionárias do sul do país, chegavam com a experiência de trabalhar com projetos de colonização, além de procurarem desenvolver sua política institucional.

As dificuldades em alcançar o centro da Colônia foram muitas, como já mencionado algumas vezes neste estudo, portanto, até atingir o seu objetivo central – chegar a Glória de Dourados ou alcançar seu pedaço de terra na Segunda Zona –, aquela marcha de homens, mulheres e crianças, depois de caminhar 30 quilômetros aproximadamente e atravessar o rio Dourados⁷³, parava para descansar a cerca de 10 quilômetros da margem direita. Assim, o local logo passou a ser considerado a subsede da CAND por ser onde as pessoas paravam para descansar a fim de continuar seu intento. E, nele, foi construída a primeira Igreja Católica do interior da

⁷³ A maioria dos migrantes que chegavam à margem esquerda do rio Dourados entre os anos de 1948 e meados de 1954 deixavam suas famílias ali e atravessavam sozinhos em busca do seu pedaço de terra; posteriormente, quando já haviam cortado seu lote, retornavam e levavam toda a família. Entretanto, uma minoria continuava a marcha com a família, atravessando o rio em canoas ou em pequenas embarcações do gênero.

Colônia, a Igreja de São Vicente Pallotti, cuja padroeira passou a ser Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos.

Contudo, dois anos antes, em 1953, a margem esquerda do rio Dourados havia recebido o nome de Vila Brasil por intervenção direta do frei Frederico Mies, da ordem Franciscana, mas ali ainda não havia igreja construída, pois as construções só acontecerão com a chegada dos padres palotinos. Vale lembrar, também, que ficou designada, a partir dessa data, que a santa protetora de Vila Brasil seria Nossa Senhora Aparecida.

Padre José Daniel, mesmo residindo na subsede (atual Vicentina), fazia atendimento aos moradores de Vila Brasil se deslocando até o ano de 1956. Porém, no final de 1954, ele iniciou a construção da primeira capela de Vila Brasil, ainda do lado esquerdo do rio Dourados, e o primeiro padre a assumir a capela foi Amadeu Amadori, em dezembro de 1956, depois de ficar quase um ano na Vila São Pedro.

Passados três anos, chegou à Vila Brasil o padre José Pascoal Busato, que foi nomeado vigário cooperador em 1963, ano em que Amadeu Amadori foi nomeado primeiro pároco⁷⁴.

Porém, com a ocupação do lado direito da margem do rio Dourados, surgiu a necessidade de se construir outra Igreja do lado direito da cidade, e, em 1957, foi edificada a segunda Igreja Católica de Vila Brasil, próximo à praça central do vilarejo, denominada Nossa Senhora de Fátima, santa que passou a ser padroeira do local⁷⁵.

Com a ocupação do lado direito, não apenas foi construída outra capela como a primeira mudou de nome, passando a ser capela Nossa Senhora dos Navegantes. Além disso, houve, também, a mudança da padroeira protetora da Vila. Antes, a padroeira do povoado era Nossa Senhora Aparecida; depois da ocupação do lado direito, passou a ser Nossa Senho-

⁷⁴ LIVRO TOMBO da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil, 1963, p. 3.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 3.

ra de Fátima. A igreja definitiva da cidade teve suas obras iniciadas somente em 1964 a algumas quadras da praça no lugar mais no alto da cidade.

Entretanto, antes da construção definitiva da igreja, foi criada a Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil por Dom Calos Schmitt, bispo de Dourados, conforme seu decreto de 31 de agosto de 1963:

Tendo em vista a densidade crescente da população desta Diocese, na sua zona rural, atendendo ao proveito espiritual maior de uma porção do querido rebanho confiado à nossa fraternal solicitude e desejando que os fieis vivam uma vida paroquial intensa de acordo com as diretrizes emanadas da Santa Sé, depois de ouvir os pareceres favoráveis dos respectivos vigários e seus superiores religiosos, por esse Nosso Desejo e usando da Nossa Jurisdição Ordinária, seguindo os cânones 1.427 e 1428 do Código de Direito Canônico, havemos por bem criar, como de fato criamos, em território das paróquias de Nossa Senhora da Glória e São Pedro Apóstolo do Núcleo Colonial de Dourados, a paróquia de Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil.⁷⁶

As condições geográficas de operacionalização dos vigários no interior da CAND estavam dadas no início dos anos 1960. Todo o processo de instalação da instituição Igreja Católica estava consolidada neste período, havendo as paróquias Nossa Senhora da Glória de Glória de Dourados, São Vicente Pallotti de Vicentina e Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil. Contudo, a ação da Igreja junto aos migrantes não começa após a sua instalação. O trabalho de catequizar e de educar a sociedade ocorre concomitantemente com o seu processo de fixação, o que ressalta o papel organizador da instituição.

Assim, o importante nesta caminhada histórica é perceber que a esfera religiosa da sociedade em formação nos anos 1950, no interior do Brasil Central, especificamente no sul de Mato Grosso, construiu, por

⁷⁶ DECRETO de criação da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil. In: **LIVRO TOMBO...**, 1963, p. 1.

meio de sua interação com a esfera social, traços próprios que habilitam a visão religiosa de mundo ser condição *sine qua non* para a construção da sociedade em estudo. Alguns fatores que ancoram a leitura desta proposição podem ser percebidos claramente, ainda mais quando se constrói a compreensão do religioso por meio da relação com os outros campos sociais.

Acredito que dois fatores são preponderantes para esclarecer o papel da religião católica no processo de formação da cidade em estudo: o primeiro deles diz respeito aos instrumentos de integração social utilizados pela Igreja Católica, que acabaram por construir um **programa de ações** que determinava o modo de ser católico na sociedade; o segundo tem relação direta com o primeiro e faz referência à **atuação do padre** no cotidiano da cidade e procura destacar como a sua ação no interior da CAND foi crucial na relação entre prática religiosa e esfera social.

A análise dos dois fatores é um caminho propício para se entender o papel da Igreja Católica no processo de organização sócioespacial de Fátima do Sul, por acreditarmos ser no interior das relações sociais construídas a partir das experiências de vida que se revela o grau de envolvimento da esfera religiosa na formação social de determinada sociedade.

Partindo de tal consideração, a discussão dos valores religiosos na formação sócio-espacial de uma cidade pode fazer mais sentido, uma vez que se está fazendo a análise em um contexto específico. No contexto mais amplo, é sabido que o fortalecimento da instituição Igreja Católica na sociedade brasileira foi uma realidade nas primeiras décadas do século XX, pois ela estava mais forte devido à romanização ser uma realidade, bem como à ampliação do número de dioceses em todo o país, ao aumento da quantidade de escolas católicas e ao restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas.

Como observa Ângela Paiva, o fortalecimento da Igreja Católica durante a República Velha e a Era Vargas é uma realidade inquestionável, porém o que deve ser destacado é o objetivo traçado pela Igreja naquele período:

O que existe é um movimento numa direção clara de maior atuação que se traduz por seus esforços em manter, e mesmo ampliar, sua esfera de influência na ordem social brasileira. Os esforços de D. Leme são todos nessa direção, culminando com a reforma educacional de Vargas de 1934, que re-estabelece o ensino religioso nas escolas públicas do país. Por conseguinte, a Igreja se vale de um Estado cada vez mais regulador e centralizador para a manutenção de suas prerrogativas de religião oficial do país.⁷⁷

Assim, a ideia de que a prática católica tinha uma forte tendência assistencialista é uma hipótese não desprezada neste estudo, mesmo porque toda a ação católica se dava no sentido caritativo, mais paternal e amável do que educativo ou transformador. “Nessa visão de mundo, o pobre [da primeira metade do século XX] era visto como objeto de caridade e motivava uma prática assistencialista...”⁷⁸.

No entanto, para desenvolver a prática assistencialista, a Igreja precisava construir uma visão de mundo junto à sociedade na qual estava atuando que se relacionasse com o seu projeto, e isso se daria por meio de instrumentos que reforçassem a integração social.

Dessa forma, procuramos analisar aqui quais foram os elementos utilizados pela Igreja Católica no interior da CAND que contribuíram não só para a integração social, mas, principalmente, para a concepção de mundo desta comunidade.

Sabemos que, para compreendermos o homem religioso, é necessário olhá-lo “de dentro”, como sugere Eliade: “[...] o único meio de compreender um universo mental alheio é situar-se dentro dele, no seu próprio centro, para alcançar, a partir daí, todos os valores que esse universo comanda”⁷⁹.

⁷⁷ PAIVA, A. R. **Católico, protestante, cidadão**: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos, 2003, p. 58.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 66.

⁷⁹ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001, p. 135.

Os valores aos quais Mircea Eliade se refere dizem respeito aos conceitos que os seres humanos adquirem e formam nas vivências do seu dia-a-dia. Por sua vez, essas vivências têm como modelo um programa de ações previamente estabelecido que determina o comportamento coletivo da sociedade, isto é, que acaba por determinar a ação coletiva.

Com olhar específico à atuação da Igreja na CAND, na perspectiva de percebermos como o seu programa de ações contribuiu para a formação do lugar, notamos sua presença em duas frentes: no projeto de sociedade traçado pela instituição e na ação dos padres.

Tal projeto de sociedade da Igreja Católica para a CAND estava claramente definido nas preocupações com a sociedade, ou seja, estava relacionado ao trabalho social desenvolvido pela Igreja Católica na Colônia Federal, tanto na zona rural quanto nos pequenos núcleos urbanos que estavam se formando.

É sabido que a frente de atuação da SAC na CAND estava direcionada às várias esferas sociais, indo do atendimento espiritual, como ensinar o “nome do pai”, batizar e celebrar missa, até aspectos mais corriqueiros do dia-a-dia, como hábitos de higiene pessoal.

A preocupação com o atendimento espiritual é indiscutível em relação a qualquer igreja, e, antes mesmo da chegada dos palotinos, os freis franciscanos passavam esporadicamente no vilarejo para cumprir essa função e celebrar missas e batizados.

Há vários registros no Livro Tombo da Igreja Católica que denotam a preocupação: “A 21/2/1954 Frei João Damasceno celebrou 2ª missa em vila Brasil, administrando 18 batismos. A 2/5/01954 Frei João Damasceno celebrou a 3ª missa, tendo nesta ocasião administrado 19 batizados”⁸⁰.

Passados dez anos, observou-se que esse tipo de atendimento foi intensificado com a chegada e a fixação dos palotinos na Vila. No relató-

⁸⁰ Cf. LIVRO TOMBO..., 1963, p. 5.

rio da paróquia de 1963, registra-se que foram realizados 750 batizados, 92 casamentos, 15.000 confissões, 120 primeiras comunhões, 28 unções, 21 viáticos, além de óbitos, pregações, catequeses, visitas às capelas e crismas.⁸¹

Assim, de maneira geral, acredita-se que o padre é um personagem imprescindível para se pensar a Igreja Católica no Brasil da primeira metade do século XX e a formação da CAND em particular, mesmo considerando-se que o seu papel no interior da Igreja representa hierarquicamente o de um membro que, em geral, possui autonomia limitada em relação às instâncias superiores. Sugere Mainwarring que o quadro se alterou um pouco a partir do fim da década de 1960, quando os movimentos leigos organizados, os agentes pastorais (padres e freiras e laicato) e os institutos eclesiais passaram a assumir importância capital no processo de aproximar a Igreja das camadas populares e de levar até ela um modelo de sociedade.

Destarte, lembrar que a Igreja Católica tinha como uma de suas características “promover uma presença mais marcante na sociedade”⁸² faz-nos refletir, necessariamente, sobre a importância dos agentes pastorais – de forma específica os padres – para a implantação da política teológica pensada para o Brasil na primeira metade do século XX, uma vez que se tinha como missão “[...] cristianizar a sociedade e conquistar maiores espaços dentro das principais instituições imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico”⁸³.

Neste contexto, o clero passa a ser pedra angular na comunicação entre a hierarquia eclesiástica e as diversas camadas da sociedade, pois se preocuparia com o papel de “pastores” que encaminhariam o povo

⁸¹ Cf. LIVRO TOMBO..., 1963, p. 5.

⁸² MAINWARING, S. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**, 2004, p. 42.

⁸³ *Ibid.*, p. 45.

à superação de sua deficiência religiosa⁸⁴, tirando, assim, a sociedade da ignorância e transformando-a.

A proposta da Igreja Católica para a transformação da sociedade em estudo era contribuir para a superação de suas limitações pautada no princípio pedagógico de que o homem comum, o ser humano “ordinário”, nada tinha a ensinar, e o padre, ser superior, tinha que elevar a fé rudimentar ao nível da sua própria. O padre era um verdadeiro pastor.

Sobre a ação pedagógica dos padres segundo a Igreja da Neocris-tandade, comenta Scott Mainwarring: “O processo de aprendizado era tão hierárquico quanto a estrutura da Igreja: o padre concedia o seu saber ao rebanho. O paternalismo estava explícito na linguagem religiosa do período. Os padres assumiam o papel de pastores que iriam guiar o rebanho”⁸⁵.

Assim, é notório que essa profissão era reconhecida e privilegiada naquela sociedade. Segundo Novaes e Mello, na década de 1950, a figura do padre ainda estava entre as melhores profissões na hierarquia social. Comentam que “a alta avaliação do padre reflete a presença ainda decisiva da Igreja e dos valores católicos na constituição da subjetividade e das formas de compreensão do mundo”⁸⁶.

De maneira simétrica, não seria difícil dizer que o panorama amplo apresentado por Novaes e Mello está presente, também, no interior brasileiro, ainda mais se pensarmos que o migrante é, antes de tudo, um ser que tem fé.

⁸⁴ Segundo Scott Mainwarring (2004), o que poderia ser conceituado como deficiência religiosa da sociedade nas primeiras décadas do século XX diz respeito a outras práticas religiosas (protestantismo e espiritismo) que começaram a crescer nesse período no Brasil. Ele observa que começaram a ser desaprovadas práticas religiosas populares desprezadas pela Igreja, embora antes aprovadas por ela, havendo a ideia de que a Igreja precisava lutar contra essa “religião” primitiva e implantar uma fé mais madura.

⁸⁵ MAINWARING, S. *Op. cit.*, p. 51, nota 82.

⁸⁶ MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**, 1998, p. 588.

No entanto, a figura do padre deveria corresponder a um estereótipo: deveria ser um homem simples, mas de personalidade não tacanha, virtuoso, com conduta irreparável, educado e religioso, pois, assim, ao mesmo tempo em que estaria convivendo no cotidiano das pessoas comuns, manteria a distância delas por meio do respeito e da obediência do leigo ao clero, e seria o pastor quem conduziria seu rebanho ao caminho da salvação eterna⁸⁷.

Dessa forma, parte-se da hipótese de que a política pedagógica religiosa da Neocristandade se fez presente no processo de formação de Fátima do Sul tanto por intermédio do programa de ações da Igreja Católica, que conduziu politicamente a cidade, desde a sua origem até a sua emancipação política, quanto na construção de uma ética moral católica na vida familiar de seus moradores, desenvolvida pela atuação dos padres.

Se, como observa Mainwarring⁸⁸, a política da Neocristandade era triunfalista e tinha como missão salvar a sociedade das mazelas que a acometiam, caberia à Igreja, por intermédio de seus pastores, o papel de educar a sociedade e participar da vida política local. Os documentos aqui analisados mostram evidências da aproximação entre Igreja e Estado, procurando mostrar que ambas se constituem, por vezes, em uma única instituição, o que corrobora com a assertiva de que a Igreja assumia o papel do Estado no processo de formação da região ora estudada ante a inoperância deste. Em 13 de maio de 1962, uma matéria veiculada na coluna “Palavras de Vida”⁸⁹ do jornal O Progresso deixa transparecer o

⁸⁷ A preocupação da Igreja da Neocristandade com a salvação do homem frente a outros modos de vida, especificamente o moderno, levou Scott Mainwarring a argumentar que a missão da Igreja da Neocristandade era triunfalista, pois ela queria conquistar o mundo e a missão da ação católica era “restituir a Nosso Senhor Jesus Cristo o mundo moderno”; “ganhar católicos” e competir com outras religiões eram desafios de importância considerável (2004, p. 46).

⁸⁸ MAINWARING, S. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**, 2004, *passim*.

⁸⁹ Esta coluna era destinada às publicações da Igreja Católica que, em sua maioria, eram discursos cristãos direcionados, sobretudo, à família.

conceito de Estado que a Igreja defendia. Partindo da construção de uma imagem que aproxima o exemplo de mãe cristã ao modelo de Estado perfeito, percebe-se que este será alcançado quando estiver sob a doutrina do cristianismo, senão, vejamos:

De certo modo, mais do que qualquer técnica, mais do que o exército, é ela [mãe] quem pari para o Estado os futuros agricultores, artífices, soldados, é também ela o primeiro Mecena dos futuros Orácios [sic] da própria pátria. Grande verdade, portanto, exprime Cícero quando falava: “a família é o seminário dos Estados”. Mas a mãe só se torna educadora maravilhosa quando é mãe cristã. [...] E aqui, os benefícios da mãe cristã ao Estado são óbvios se atentarmos para a prioridade que a pessoa deve ter sobre o Estado: pois terá como consequência lógica a estrutura do Estado como modo daquela.⁹⁰

Entretanto, os discursos da Igreja não estavam reservados somente às questões relativas ao Estado enquanto instituição política. Ao analisarmos as matérias publicadas no já citado jornal, vemos que os assuntos são diversos, mas possuem sempre a mesma preocupação: educar, ensinar, esclarecer e orientar, ou seja, construir um modo de vida. E matérias com títulos como “Juízos temerários”, “A família como sociedade maravilhosa”, “Libertação sexual”, “Mãe, mãe cristã e o Estado” diziam respeito aos aspectos sociais que incomodavam a Igreja em tempos de mudança, além de traçarem diretrizes para as suas ações⁹¹. Assim, assuntos referentes à reforma social, à libertação sexual, aos princípios da família cristã, ao papel da mãe e da mulher na família eram comuns na coluna.

⁹⁰ O PROGRESSO... 1962.

⁹¹ A década de 50 e metade da década seguinte podem ser consideradas como a fase do otimismo, pois várias transformações estavam ocorrendo na economia, na política e na sociabilidade brasileira. Segundo Mello e Novaes (1998, p. 560-61), naquele período, entre 1945 e 1964, vivíamos os momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, exigindo investimentos de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganhavam um ritmo acelerado.

Cabe lembrar que estamos analisando um tempo histórico considerado como um período em que a sociabilidade moderna se implantava no Brasil. Os valores desse modo de vida e, por conseguinte, a dessacralização do mundo são questões de ordem na década de 1950 e 1960, e, neste contexto, o confronto entre o modo de vida do homem religioso e o do homem não religioso é uma realidade, ainda mais se considerarmos que este nega a transcendência e que é, por excelência, homem histórico. Nesse sentido, comenta Eliade que

[...] o homem moderno a-religioso assume uma nova situação existencial: reconhece-se como o único sujeito e agente da História e rejeita todo apelo à transcendência. Em outras palavras, não aceita nenhum modelo de humanidade fora da condição humana tal como ela se revela nas diversas situações históricas. O homem faz-se a si próprio, e só consegue fazer-se completamente na medida em que se dessacraliza e dessacraliza o mundo. O sagrado é o obstáculo por excelência à sua liberdade. O homem só se tornará ele próprio quando estiver radicalmente desmistificado. Só será verdadeiramente livre quando tiver matado o último Deus.⁹²

Os valores do modo de vida moderno sendo implantados no Brasil durante o século XX perpassam o conflito a que Eliade se refere. As pessoas estavam preocupadas com a sua condição social a ser medida pela capacidade de aquisição de bens materiais, pela adoração aos bens terrenos e pelo comportamento individual e anticlerical. A sociedade em formação durante o segundo quartel do século XX no Brasil estava em sintonia com o discurso moderno que a Igreja Católica da Neocristandade procurava combater.

Cabe discutir aqui a necessidade que a Igreja sente, frente à disseminação do modo de vida moderno, de preservar e de divulgar sua doutrina de vida e, conseqüentemente, de expandi-la a partir de um programa de

⁹² ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001, p. 65.

ações a ser desenvolvido junto à comunidade. Para tanto, a Igreja utiliza-se dos meios de comunicação e da participação direta na vida política da sociedade.

A participação da religião na política e no cotidiano dos migrantes que chegavam à CAND é percebida desde o começo do povoado. Note-se no Livro Tombo da Igreja Católica que há inúmeros registros constatando tal presença. Um dos registros diz respeito à visita pastoral do bispo diocesano Carlos Schimitt à matriz de Vila Brasil e suas capelas, cuja finalidade era cristianizar. Vejamos: “/.../ considerando a ignorância religiosa do nosso povo, resolvemos dar à visita um cunho de s. missões **[santas missões]**, com várias pregações. Visitamos as três capelas da paróquia e a matriz, constatamos a boa vontade do nosso povo humilde”⁹³.

Durante essa década, há várias passagens documentadas no Livro Tombo que descrevem a participação da Igreja Católica em obras e em festejos sociais, assim como na construção do hospital e maternidade da cidade, na educação escolarizada, nos esportes e nas festas religiosas. Uma das anotações analisadas, e que vale a transcrição literal, constata que

A 20/07/64 foram reiniciados os trabalhos de construção do hospital e maternidade, que há um ano estava paralisada. Este hospital que passou a ser propriedade do “Movimento Social Palotino” está sendo acabado com numerários que vem de uma benfeitora da suíça, através do padre Baur. A construção está recebendo o telhado, o equipamento será dos Estados Unidos.⁹⁴

Cabe observar nesta nota que a obra foi retomada e assumida pela Igreja. Tal registro torna claro que a Igreja desenvolvia, com certa constância, as funções do Estado na região, angariando fundos mesmo que no exterior.

⁹³ LIVRO TOMBO DA IGREJA CATÓLICA DA PARÓQUIA DE VILA BRASIL, 1963, p. 10. Em negrito, acréscimos nossos.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 10, 12-3.

Já no início da década de 1950, a Igreja Católica e o povoado que nascia no interior da CAND mantinham uma relação de cumplicidade. Note-se que, inicialmente, esse núcleo populacional era chamado de Porto Ubatuba, e as famílias que se dirigiam para o lugar se acomodavam em ranchos de sapé e barracos. E, como já registrado, em 1953, quando um frei franciscano, Frederico Mies, deslocou-se até o povoado para celebrar uma missa, foi indagado pelos ouvintes sobre como deveria se chamar aquele local, ao que respondeu sugerindo o nome Vila Brasil. Assim, o Porto Ubatuba acabara de alterar seu nome com a participação direta da Igreja. Vejamos o que registrou o padre Amadeu Amadori:

O nucleozinho aumentava dia a dia. Aparecia gente de quase todos os estados do Brasil, assim, que pelos fins de 1953, já era um povoado, o maior de todo o Núcleo Colonial. O padre foi convidado para rezar missa. A 8 de novembro de 1953, à quatro horas da tarde, frei Frederico Mies, celebra a 1ª missa neste local, bem na barranca esquerda do rio Dourados, a uns 20 metros acima da atual ponte, em frente do escritório dos agrimensores, feito pela administração da Colônia, sendo então a única casa de tábuas existente. Assistiram a essa 1ª missa local mais de 500 pessoas. Vendo tanto povo simples, mas cheio de fé e devoção, provindo de quase todos os recantos do Brasil, frei Frederico, lançou a idéia de denominar este lugar de “Vila Brasil”. Entre palmas e vivas, o nome foi aprovado por todos os presentes, como uma mensagem do céu.⁹⁵

Igualmente, a obra “História de Fátima do Sul”, da Prof^a. Claudia Capilé, assim como a minha dissertação de mestrado “Um olhar nos crimes de sedução: a mulher da família de Fátima do Sul (1967-1977)”, comungam a ideia de que a primeira troca de nome da cidade aconteceu em função da presença marcante do representante da Igreja Católica que conseguiu aglutinar a favor da sua ideia as famílias presentes naquela tarde de novembro.

⁹⁵ LIVRO TOMBO DA IGREJA CATÓLICA DA PARÓQUIA DE VILA BRASIL, 1963, p. 4-5.

Em 8 de novembro de 1953, aproveitando a presença do Frei Frederico Mies, que aqui viera para rezar uma missa, solicitaram-lhe sugestão para o nome que identificasse adequadamente aquele povoado. Nomes como Barranca, Porto Vitória e Porto Ubatura (como até então era chamado), não satisfaziam os moradores. “Porque não Vila Brasil?” indagou o Frei, lembrando-lhes as suas mais diversas origens. Não houve qualquer contestação. Foi como o se todos já estivessem aguardando este nome. A partir de então, o lugar já tinha sua verdadeira identidade: Vila Brasil.⁹⁶

Uma leitura desses escritos e de outros⁹⁷ reforça o entendimento do papel do projeto colonizador traçado pela Igreja para a região, bem como a importância do padre no processo, uma vez que ele preenchia as lacunas abertas pela não presença do Estado.

Porém, nenhuma outra passagem é tão substantiva em relação à presença do padre no tocante à política local como a segunda troca de nome da cidade em 1965. Além do que o episódio marca indelevelmente uma querela entre católicos e protestantes.

2.4 Nomear e historicizar: a palavra (re) cria o mundo

“Ali município de Vila Brasil. Município e vila. Tinha que mudar o nome. Mas que nome vamos dar? Aí uma briga.” (Pe. Amadeu Amadori)

Desde 1963, quando a cidade alcançou sua autonomia política, o descontentamento da sociedade com o nome de Vila Brasil era claramente percebido. Observa Capilé que

⁹⁶ CAPILÉ, C. C. **História de Fátima do Sul**, 2000, p. 15.

⁹⁷ Há vários textos que descrevem a passagem histórica da troca de nome de Porto Ubatura para Vila Brasil. Dentre eles, podem ser citados o artigo “**Um rio no meio do caminho: aspectos históricos de Fátima do Sul**” e a monografia “**Breve histórico sobre a formação do município de Fátima do Sul (1940 a 1970)**”.

O nome Vila Brasil, que os moradores haviam se acostumado, era um nome já bastante querido pelos habitantes e traduzia o encontro de forasteiros que aqui chegaram de todos os rincões do País [...] Entretanto, aquele nome trazia alguns constrangimentos aos seus moradores quando a ele se referiam em outros lugares. Concebia-se, e até hoje é assim, quer vila é um pequeno lugar vinculado a uma cidade e que não dispunha de autonomia administrativa. Isto trazia alguns prejuízos à imagem de um município que buscava o seu crescimento e reconhecimento. Assim, atendendo ao anseio da maioria da população, principalmente comerciantes, o então prefeito Reinaldo dos Santos Morais, em 17/05/1965, nomeou uma comissão que tinha por finalidade organizar a coleta de diversos nomes sugeridos pela comunidade.⁹⁸

Ressalte-se, aqui, que a obra de Capilé não analisa um aspecto importante nesta conjuntura política, qual seja: a disputa ocorrida entre católicos e protestantes na tentativa de eleger para a cidade um nome relacionado à sua prática religiosa.

O conflito entre católicos e protestantes não é uma especificidade dessa região. O período em estudo apresentou um crescimento vertiginoso de outras religiões no Brasil, o que preocupava sobremaneira o catolicismo. Mainwarring, ao analisar a década de 1940 e a seguinte, comenta que

/.../ a expansão do protestantismo e do espiritismo tornou aparente o que era verdade há algum tempo: a Igreja não estava afetivamente atingindo as massas. Embora uma percentagem esmagadora da população se declarasse católica, somente uma pequena maioria tinha participação ativa na Igreja. Os protestantes, embora constituíssem uma singular minoria da população, aumentavam em número rapidamente. O censo de 1940 registrava pouco mais de um milhão de protestantes, um número que aumentou em 150% em 1964.⁹⁹

⁹⁸ CAPILÉ, C. C. **História de Fátima do Sul**, 2000, p. 21.

⁹⁹ MAINWARING, S. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**, 2004, p. 53.

Assim, partindo-se do pressuposto de que as políticas da Igreja Católica da CAND nos anos 1950 e 1960 foram baseadas na doutrina da Neocristandade, fica evidente que seria uma disputa acirrada entre as religiões para que o futuro nome do município tivesse relação com a sua prática religiosa.

Porém, se o processo de mudança de nome da cidade teve início oficialmente em 17/05/1965, com o prefeito Reinaldo de Moraes nomeando uma comissão com a responsabilidade de organizar um pleito para definir como passaria a se chamar a Vila Brasil, vale lembrar que, na realidade, a luta para eleger um nome que correspondesse à prática religiosa dos moradores da cidade vinha de longa data, uma vez que a eleição seria apenas para tornar velada a disputa entre católicos e protestantes, tendo como pano de fundo uma luta maior que, conseqüentemente, acirrou todo o processo eleitoral. Consta em diversos documentos analisados que nos anos 1950 e 1960 os conflitos entre protestantes e católicos eram abertos, chegando, esporadicamente, a Agressões físicas¹⁰⁰.

A partir da liberação do prefeito Antonio Moraes, algumas pessoas expoentes daquele período formaram a comissão designada para organizar a eleição que, de forma livre e democrática, levaria a população de Vila Brasil a escolher o futuro nome de sua cidade. E, em reunião, vários nomes foram sugeridos, tais como: Porto Mercedes, Novo Planalto, Porto Vitória, Campinas do Sul, Rio Brasil, Brasiporã, Marechal Rondon, Fátima do Sul, Culturama e Novo Brasil¹⁰¹.

Segundo o Pe. Amadeu Amadori, que acompanhou aquele pleito, a escolha dos nomes para a população votar se deu da seguinte maneira:

Depois que criaram em 1963 o município, em 60 o distrito, em 1963 o município, já estava ali, ali município de Vila Brasil. Muni-

¹⁰⁰ LIVRO TOMBO... 1962.

¹⁰¹ CAPILE, C. C. **História de Fátima do Sul**, 2000, p. 22.

cípio e Vila. Tinha que mudar o nome. Mas que nome vamos dar? Aí uma briga. Então foi feita uma reunião com umas dez pessoas mais expoentes: o padre, médico, doutores, professores. Vamos ter que mudar o nome disso aqui. Então começou a vim Porto Vitória, Porto Mercedes, Vila Dourados, Culturama, aí o padre José falou: já que vamos mudar o nome, vamos mudar o nome para a padroeira da cidade, porque não vamos chamar isto aqui de Fátima? Está bom, é isto mesmo. Naquele tempo era um Mato Grosso só, não existia a divisão do estado, isto já foi em 1977. Então lá perto do Norte tinha uma Fátima, eu conheci. Fátima do São Lourenço. Aí, ficar dois municípios com o nome de Fátima: Fátima de lá e Fátima de cá. Então ficou Fátima do Sul, para distinguir. Então, os nomes que forem mais votados aqui vamos escolher. Os nomes mais votados por aquele grupinho foi Culturama e Fátima do Sul (AMADEU AMADORI).

A escolha dos nomes não se dá ao acaso. Se compreendermos que Culturama representava “terra de culto”, o nome passaria a ser defendido pelos protestantes. Por outro lado, o nome Fátima do Sul era uma clara referência à padroeira da cidade, Nossa Senhora de Fátima, e, naturalmente, seria defendido pelos católicos. O depoimento do padre Amadori, que participou do processo, é esclarecedor. Vejamos:

Os nomes mais votados por aquele grupinho foram: Culturama e Fátima do Sul. [...] Culturama era terra da cultura, Culturama terra das palmeiras, Culturama! Ramo é palmeira, palmeira era terra de culto, onde tinha muita palmeira, eles queiram a terra do culto. Então, nos fizemos a campanha para nós, e eles fizeram a campanha para eles [...] (AMADEU AMADORI).

Assim, os dois nomes mais votados – Culturama e Fátima do Sul – foram, então, submetidos a um plebiscito e a campanha em defesa deles foi aberta. Ainda com base no depoimento do padre Amadori, percebemos que a disputa para eleger o nome da cidade foi agressiva:

Aí pegar uma urna e fazer campanha, trazer o pessoal lá, se dormir no ponto Culturama tinha um expoente forte que fazia campanha,

era mais os evangélicos que faziam campanha para eles [...] Então nós fazíamos campanha para nós e eles faziam a campanha para eles. Quase que nós perdemos.

Ganhamos aquele dia com dez ou onze votos só, mas também, ia quem queria, não disputava dinheiro na campanha, nós tivemos que trazer meio na marra e, a maioria dos nossos votos foram ainda perdidos porque escreveram Fátima e não Fátima do Sul. E tinha que escrever, não tinha célula própria, era à mão [...]. Cada um dizia, bota o nome em um pedaquinho de papel que distribuía, então bota o nome: Culturama ou Fátima do Sul. Muitos eram analfabetos, mal desenhavam o nome, então, botavam Fátima e não saia mais nada, aí a maioria dos votos era Fátima, aí perdemos uns sessenta a oitenta votos, perdemos a maioria dos votos. Você sabe, na hora da apuração, se não for o nome certo... O camarada tinha a intenção de botar Fátima do Sul, mas não aparecia, então, o encarregado lá falou: ou é Culturama ou é Fátima do Sul, se aparecer outra coisa, é nulo. Então, com isto, quase perdemos. O nome saiu por causa da Igreja, do padre, Fátima do Sul (AMADEU AMADORI).

Em 09 de junho de 1965, foi realizada a eleição que elegeu o terceiro nome daquele povoado, conforme registrou o Livro Tombo da Igreja Católica,

Em 9/6/65, no prédio da prefeitura Municipal houve eleição democrática para a escolha do novo nome desta cidade e Município de Vila Brasil. Eram 10 os “nomes candidatos”. Os mais votados foram “Fátima do Sul” e “Culturama”. O preferido foi “Fátima do Sul”, que venceu com margem de 10 votos. Deve-se esta vitória aos padres, os quais não mediram esforços em favor da escolha do nome da padroeira da Paróquia.¹⁰²

Em 16 de junho do mesmo ano, a Câmara Municipal, através da Lei n. 6, decretou e promulgou a alteração do nome do município de Vila Brasil para Fátima do Sul conforme seus artigos primeiro e segundo:

¹⁰² LIVRO TOMBO... 1962, p. 27.

Art. 1º - A Câmara Municipal de Vila Brasil, resolve modificar o nome do Município.

Art. 2º - Fica modificado o nome de Vila Brasil para Cidade de Fátima do Sul.

A partir dos documentos escritos e dos depoimentos de pessoas remanescentes daquele período, observamos que a participação da Igreja Católica foi decisiva no processo de formação de Fátima do Sul, o que confirma uma tendência do período estudado, qual seja: a Igreja se projetar como a instituição que planejava a organização sócioespacial das cidades do interior do Brasil, haja vista a ausência de políticas estatais para a consolidação do projeto de colonização dirigida, pensado na época do Estado Novo, bem como o seu papel de educadora da sociedade, traçado pelo modelo de igreja presente no Brasil na primeira metade do século XX. Esta inter-relação entre Igreja e sociedade aconteceu devido a dois fatores aqui discutidos: a Igreja Católica desenvolveu seu projeto de educar a sociedade baseado em um programa de ações previamente traçado; e a atuação dos padres no cotidiano das cidades em formação, que agiam como mentores espirituais, conselheiros e líderes políticos, como pastores que procuravam conduzir seu rebanho sob as luzes da Santa Sé.

Dessa forma, torna-se necessário pensar o projeto de cidade construído pela Igreja Católica a partir de um referencial teórico que analisa como o sagrado interfere na composição e na organização do profano (do terreno), contribuindo para a formação social de uma cidade, ou, como observa a Prof^a. Valéria Pereira, valorizando “os sujeitos de carne e osso” na constituição desta.

Segundo Lewis Mumford¹⁰³, as mudanças ocorridas entre o século XV e o XVIII no campo cultural repercutiram no modo de vida urbano.

¹⁰³ MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas, 1991, p. 48.

O novo tipo de economia, o capitalismo mercantilista, a nova estrutura política, o Estado Nacional, as novas possibilidades de pensar o mundo e a ciência mecanicista demonstraram que ocorreram modificações em todas as esferas da vida humana, constituindo a partir deste processo um novo modelo de cidade que Mumford chamou de barroca. E, segundo ele, para se compreender o plano barroco de cidade, é necessário observar as mudanças ocorridas no conceito de autoridade e de poder entre os séculos XII e XVII.

Este historiador trabalhou com o termo “barroco” por considerar que

O conceito de barroco como tomou forma no século XVII, é particularmente útil, porque contém em si os dois elementos contraditórios da época. Primeiro, os aspectos matemático e abstrato, expresso com perfeição no seu rigoroso plano de ruas, nos seus traçados urbanos formais e nos seus desenhos geometricamente ordenados em jardins e paisagens. E ao mesmo tempo, na pintura e na escultura do período, abrange o lado sensual, o rebelde, o extravagante, o anticlássico, o antimecânico, expresso nas suas roupas e na sua vida sexual, bem como no seu fanatismo religioso e no airado estatismo. Entre os séculos XVI e XIX, esses dois elementos existiram juntos: às vezes, agindo separadamente, às vezes mantidos em tensão dentro de um todo maior (grifo nosso).¹⁰⁴

Em essência, acreditamos que seja qual for a estrutura sócioorganizacional de uma sociedade, os elementos apontados por Mumford estarão presentes e serão fundamentais para exemplificar a disposição geográfica dos habitantes de uma cidade.

No mais, segundo Mircea Eliade¹⁰⁵, para o homem religioso, o espaço não é homogêneo. Existem espaços para o homem religioso, e o espaço

¹⁰⁴ MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas, 1991, p. 382.

¹⁰⁵ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001.

fundamental, imprescindível, é o espaço sagrado; o outro, o não sagrado, é sem estrutura, sem consistência. Para o homem religioso, a diferença entre espaço sagrado e espaço não sagrado é primordial, porque determina qual espaço é real.

A experiência da não homogeneidade do espaço vivida pelo ser humano – que separa o espaço sagrado, definido por Eliade como o espaço que permite obter um “ponto fixo”, um real absoluto, uma orientação, do espaço não sagrado, percebido como caótico e relativo, não permitindo qualquer estabilidade – representa para o ser religioso a “fundação do mundo”¹⁰⁶ por ele considerar que a experiência religiosa primária antecede qualquer reflexão teórica sobre a explicação do mundo e que o epicentro dessa explicação está na quebra do espaço.

Por sua vez, a não homogeneidade do espaço é manifestada por uma hierofania¹⁰⁷ que revela uma realidade absoluta, como observa Eliade:

/.../ quando o sagrado se manifesta por uma hierofania qualquer, não só há rotura na homogeneidade do espaço, como também revelação de uma realidade absoluta, que se opõe à não-realidade da imensa extensão envolvente. A manifestação do sagrado funda ontologicamente do mundo.¹⁰⁸

Assim, o sagrado tem um valor existencial para o homem religioso, porque revela o “ponto fixo”, o qual representará uma orientação prévia, uma realidade absoluta, um centro, e será identificado pelo homem reli-

¹⁰⁶ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001, p. 26.

¹⁰⁷ Hierofania, para Mircea Eliade (2001, p. 17), é a manifestação do sagrado no mundo profano: o homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta ou se mostra como algo absolutamente diferente do profano. A fim de indicarmos o ato da manifestação do sagrado, propusemos o termo “hierofania” por ser cômodo, visto que não implica nenhuma precisão suplementar. A partir da mais elementar hierofania – por exemplo, a manifestação do sagrado num objeto qualquer, uma pedra ou uma árvore – e até a hierofania suprema, que é a encarnação de Deus em Jesus Cristo para um cristão, não existe solução de continuidade.

¹⁰⁸ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001, p. 27.

gioso como a “criação do mundo”, já que a homogeneidade do espaço profano gera o “caos”, a neutralidade, a relatividade.

Entretanto, há diferenças entre o espaço geométrico e o profano, o qual se contrapõe ao espaço sagrado. E o que interessa nesta pesquisa é pensar a experiência do espaço profano e do espaço sagrado a partir das suas inter-relações no processo de formação de Fátima do Sul.

De maneira geral, acredita-se que toda experiência do espaço profano apresenta, sempre, um grau da experiência do espaço religioso. Os seres humanos que vivenciam sua experiência de vida em um mundo des-sacralizado não são capazes de alcançar o estado mais puro da existência profana¹⁰⁹, já que estarão, sempre, permeados culturalmente pelo comportamento religioso. Como observa Mircea Eliade,

/.../ no interior da experiência do espaço profano ainda intervêm valores que, de algum modo, lembram a não-homogeneidade específica da experiência religiosa do espaço. Existem, por exemplo, locais privilegiados, qualitativamente diferentes dos outros: a paisagem natal ou os sítios dos primeiros amores, ou certos lugares na primeira cidade estrangeira visitada na juventude.¹¹⁰

Ao perceber a hierofania como elemento que comunga o sagrado e o profano para demonstrar a inter-relação vivida pelo homem religioso entre os dois campos, Eliade procurou analisar uma igreja em uma cidade moderna. Comenta ainda que a Igreja representa, na cidade moderna, um espaço diferente da rua onde ela se encontra e sua porta significa um limiar entre o sagrado e o profano, entre o real e o “caos”. Para Eliade, a porta passa a representar a fronteira que distingue dois mundos. E conclui argumentando:

A porta que se abre para o interior da igreja significa, de fato, uma solução de continuidade. O limiar que separa os dois espaços in-

¹⁰⁹ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001, p. 27.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 28.

dica ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distinguem e opõem dois mundos – é o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado.¹¹¹

Assim, a Igreja pode ser percebida em uma cidade como o limiar entre o sagrado e o profano, uma vez que representa uma abertura para o alto, para a comunicação com o transcendente e, dessa forma, passa a se tornar fundamental para a vida em sociedade do homem e da mulher religiosa, pois desvela o “ponto fixo”, o real, a experiência do espaço sagrado revelado através da hierofania, isto é, da transformação de um objeto qualquer em objeto sagrado por meio da revelação.

Observo, neste ponto, que a hierofania abre a comunicação entre os dois mundos, o sagrado e o profano, transformando o primeiro em real, em absoluto, como revela Eliade: “o sagrado é o real por excelência, ao mesmo tempo poder, eficiência, fonte de vida, fecundidade”¹¹².

No entanto, a Igreja contribui, ainda, para a construção do cosmos¹¹³. É preciso observar que há o território habitado conhecido como “cosmos” e o espaço desconhecido representado pelo “caos”. O espaço conhecido só se tornou um cosmos, porque foi consagrado pelo homem e está em comunicação com o mundo transcendental. Assim, o mundo – o espaço conhecido – é um universo onde o sagrado se manifestou, portanto, revelou a realidade absoluta, a “fundação do mundo”.

De maneira geral, Eliade sugere que todo território que será ocupado ou que foi ocupado deverá ser ou foi transformado em cosmos pelo homem por meio de símbolos. Toda ocupação acontece também por meio

¹¹¹ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001, p. 29.

¹¹² *Ibid.*, p. 31.

¹¹³ O conceito de cosmos nesta pesquisa parte da interpretação que Mircea Eliade (1992, p. 32) atribui a este termo.

da criação que se revela no sagrado, ou seja, o mundo é criado por meio de ritos que simbolizam a presença do centro, do “ponto fixo”, do real, em última instância, representado pelo sagrado, pois é este que funda a realidade absoluta e que organiza a relatividade, dando-lhe estrutura, forma e norma¹¹⁴.

Para Eliade, justamente aí reside a importância do sagrado para o homem. Segundo o pensador, a existência humana só é possível graças à sua comunicação com o sagrado, porque sem ela não se consegue construir um cosmos.

Quando se operou a hierofania, operou-se também uma abertura, uma comunicação entre os três níveis cósmicos – o alto (céu), o meio (terra) e o baixo (inferno) – por meio da imagem de uma coluna universal que liga a terra ao céu e cuja base está fincada no inferno. Eliade chama a atenção para o fato de que, nas sociedades tradicionais, essa coluna imaginária situa-se no centro do universo, no centro do cosmos, e a sociedade espalha-se no entorno desse centro, criando um “sistema do mundo”. Vejamos:

/.../ temos, pois, de considerar uma seqüência de concepções religiosas e imagens cosmológicas que são solidárias e se articulam num “sistema”, ao qual se pode chamar de “sistema do mundo” das sociedades tradicionais: (a) um lugar sagrado constitui uma ruptura na homogeneidade do espaço; (b) essa ruptura é simbolizada por uma “abertura”, pela qual se tornou possível a passagem de uma região cósmica a outra (do Céu à Terra e vice-versa; da Terra para o mundo inferior); (c) a comunicação com o Céu é expressa indiferentemente por certo número de imagens referentes todas elas ao Axis mundi: pilar [...], escada [...], montanha, árvore, cipós, etc.; (d) em torno desse eixo cósmico estende-se o “Mundo” (“nosso mundo”) – logo, o eixo encontra-se “ao meio”, no “umbigo da terra”, é o Centro do Mundo.¹¹⁵

¹¹⁴ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001, p. 34.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 38.

Eliade chama atenção para o fato de a comunicação entre os mundos cósmicos acontecer por meio do simbolismo religioso centrado no meio do mundo – que tanto pode ser uma árvore quanto um pilar –, por considerar que este simbolismo representa o “centro do mundo” para as sociedades tradicionais, e acredita-se ser este “centro do mundo” que permite compreender o comportamento religioso em relação ao “espaço em que se vive”¹¹⁶, ou seja, o espaço cosmológico.

Nas sociedades tradicionais, o conceito de mundo se encontra sempre a partir do meio, do centro e, mesmo que em escala cada vez menor, ou particularizada, há sempre uma reiteração da imagem do mundo pelo centro, uma representação do centro a partir do templo, do santuário, da igreja, da moradia. Eliade sugere que “O homem religioso desejava viver o mundo mais perto possível do centro do mundo”¹¹⁷.

O centro tornou-se importante para o homem religioso, porque foi o lugar de onde se organizou o espaço, identificando-se, a partir do centro, o espaço sagrado e o não-sagrado e, conseqüentemente, o real e o caos. Assim, toda criação necessita do meio que revela a irrupção do mundo. Parte-se do princípio de que toda criação do mundo, ou todo gesto criador humano tem como referência a cosmogonia, isto é, toda criação humana origina-se de um cosmos que se organiza a partir do centro, de um “umbigo”.

Logo, parte-se da concepção de que as cidades que têm na sua formação aspectos do comportamento religioso apresentarão um centro que organizará a sociedade no seu entorno. Assim, a cidade deve partir de um cruzamento onde se cortam dois caminhos, e, do ponto de intercepção desses dois caminhos, surge o centro, “*imago mundi*”, que será habitado pelo sagrado e onde se construirá a casa cultural. Desse modo, acredita-se

¹¹⁶ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001, p. 39.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 43.

que, a partir de um centro, projeta-se a organização cosmogônica da cidade que sofre influência do religioso no seu processo de formação.

Partindo-se da ideia de que o mundo é um cosmos fundado a partir da imagem do sagrado – sempre do centro –, acredita-se que este mundo está sujeito a se transformar em “caos”, através de ataques do exterior, de adversários considerados os inimigos de Deus, os representantes do “caos”.

Os inimigos do sagrado na cidade serão representados simbolicamente como o amorfo, o desequilíbrio, o descentralizado, o inferno. Segundo Eliade,

[...] notemos que nos nossos dias ainda são utilizadas as mesmas imagens quando se trata de formular os perigos que ameaçam certo tipo de civilização: fala-se do “caos”, de “desordem”, das “trevas” onde “nosso mundo”, se afundará. Todas essas expressões significam a abolição de uma ordem, de um Cosmos, de uma estrutura orgânica, e a reimersão num estado fluido, amorfo, enfim, caótico. Isto prova, ao que parece, que as imagens exemplares sobrevivem ainda na linguagem e nos estribilhos do homem não-religioso. “Algo da concepção religiosa do Mundo prolonga-se ainda no comportamento do homem profano, embora ele nem sempre tenha consciência dessa herança imemorial”.¹¹⁸

Eliade recorre à habitação para demonstrar que a modernidade e o avanço da ciência contribuíram para a dessacralização do cosmos. Comenta que a diferença entre o comportamento do homem religioso e do homem não-religioso apresenta-se na habitação, a qual revela uma concepção de mundo e um comportamento que, mesmo em seu estado profano mais puro, manifesta aspectos do sagrado.

A habitação construída, não importa em que tipo de sociedade (rural, urbana, tradicional), sempre se constituiu como um micro universo,

¹¹⁸ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001, p. 48.

um mundo, um cosmos e “comporta um aspecto sagrado pelo próprio fato de refletir o mundo”¹¹⁹.

Tal característica aproxima a habitação de um simbolismo cósmico próprio da concepção de mundo do homem religioso, mesmo porque a casa, assim como a cidade e o santuário, é santificada por um ritual cosmológico. Isso equivale a dizer que a habitação representa a “criação do mundo”. Assim, lembra Eliade que “A habitação não é um objeto, uma máquina para habitar; é o universo que o homem construiu para si, imitando a Criação exemplar dos Deuses, a cosmogonia”¹²⁰, e complementa dizendo que “Mesmo nas sociedades modernas, tão fortemente dessacralizadas, as festas e os regozijos que acompanham a instalação numa nova morada guardam ainda a reminiscência da exuberância festiva que marcava, outrora, o *incipit vit nova*”¹²¹.

Eliade procura mostrar que toda habitação situa-se no “centro do mundo”, já que o espaço sagrado não se preocupa com questões geométricas, mas com questões existenciais, e trabalha com a possibilidade de possíveis rupturas com a não-homogeneidade do espaço. Isso nos leva a pensar que todos os símbolos referentes à habitação e à cidade derivam, em maior ou em menor grau, do religioso.

Assim sendo, em certo sentido, acreditamos que podemos analisar a formação de Fátima do Sul a partir do trinômio apresentado por Eliade – ordem/moral/centro – por entendermos que tais categorias se fazem presentes no mundo profano, mas têm sua gênese no campo religioso.

É sabido que, desde o final da década de 1940, vinha chegando uma enorme quantidade de famílias para tomar posse de seus lotes rurais no interior da CAND, e, conseqüentemente, a população do povoado de Vila

¹¹⁹ ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões, 2001, p. 51.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 54.

¹²¹ *Ibid.*, p. 54.

Brasil não parava de crescer. Logo, o espaço geográfico no qual se formou um povoado se tornou, em pouco tempo, insuficiente para abrigar aqueles colonos, além de mostrar-se disperso, não-homogêneo e em desequilíbrio. O depoimento de uma senhora chegada nos primeiros anos da década de 1950 demonstra a necessidade de aumentar a área de moradia justamente em função desses fatores: “/.../ lá [lado esquerdo do Porto Ubatuba] já estava tudo localizado, cheio de gente, lá na época até crescia mais que Dourados e também era baixada, era varjão, na época de chuva alagava tudo” (JOSEFA FERREIRA DE OLIVEIRA).

Assim, devemos perceber que a área de brejo no entorno do rio existia e que servia como obstáculo para a ampliação da vila naquele espaço, conseqüentemente, contribuindo para que houvesse uma concentração humana. Então, se essa concentração não foi a causa primeira presente entre os moradores de Vila Brasil, quando atravessaram o rio e ocuparam o lado direito, chama a atenção a necessidade da “ordem moral” nesse aglomerado de pessoas. Destaque-se que o povoado, desde os primeiros tempos, apresentava problemas de organização social, e diversos depoimentos e registros escritos ressaltam esse aspecto. Vejamos o que comenta uma migrante, Senhora Diva, católica praticante e professora naquele período: “tinha muita bagunça de noite, muita mulher, mas de dia era tudo fechado [...] era quase tudo em comum” (DIVA PIRES SOARES). Igualmente, o padre Amadori também comenta a desorganização “moral” do povoado:

Naquela época o forte era os anos de 55, 56, 57, 58, 59 e 60, ali [Vila Brasil] era aquela aluvião de gente, e tudo gente pobre, a foram desgovernados ali. A Colônia não teve nada de controle. O começo sim, depois foi assim como um bando de gato, avançando no interior desse sertão ai, aquela correria, difícil. E assim se formou Fátima do Sul, que era Vila Brasil [...] só tinha o lado de lá, e chamava um banhadal que tinha lá e as pessoas se aglomeravam ali. E domingo então era aquele cheio de botequim, de cachaça [...], e começou a vila lá do outro lado do rio. A rua, fizemos uma capelinha, naquele local que é a Nossa Senhora dos Navegantes.

Não é aquela [construída atualmente, que é de alvenaria], mas nós fizemos uma capela naquele local, era uma capelinha de madeira que tinha para lá, uns 5 metros da única rua, do lado direito. Era uma ruazinha, depois, quando cheguei, ainda tinha aquela capela lá, cheguei no natal de 1956 (AMADEU AMADORI).

Analisando-se as questões manifestadas, e ambos os relatos, é possível aproximar-se da representação de que, nos primeiros anos de formação da cidade, problemas em relação à ordem naquele espaço parecem ser flagrantes. Primeiro, por concentrar-se em um espaço geográfico que impedia sua ampliação com facilidade, haja vista existir um rio que dificultava passar de uma margem à outra ou ampliar a área do lado esquerdo devido à sua insalubridade – brejo, enchentes –; segundo, devido à falta de uma “ética moral”, de um “equilíbrio”.

Convém observar que os habitantes do povoado eram, em sua maioria, migrantes com formação religiosa – homens e mulheres educados sob o cristianismo – e, como demonstra Eliade (2001), necessitavam de uma ordem, de um cosmos. Dessa forma, sugere-se que, além da necessidade de ampliar o espaço geográfico, a ação dos migrantes em ocupar o lado direito do rio Dourados, ocorrida em 09 de julho de 1954, tinha outro interesse, qual seja: construir uma cidade baseada na ordem moral (religiosa), portanto, com um centro. Basta lembrar que no povoado em formação havia uma preocupação dos moradores em relação à organização sócio-espacial por estar “cheio de gente”, “desgovernado” e por ser “quase tudo em comum”.

Um depoimento da época da coleta de dados desta pesquisa é tácito em relação à preocupação com a questão moral daquele lugar:

O padre Amadeu veio celebrar uma missa aqui, foi onde ele fundou aquela escolinha onde é a Igreja da Nossa Senhora dos Navegantes. Ali ele fundou a escolinha. A zona era ali, dali para cá. A zona do meretrício. A zona chegou primeiro que a Igreja [...] Tinha muita bagunça de noite, muita mulher, mas de dia era tudo fechado, parecia que não tinha aquelas mulheres ali, mas as meninas

delas que eram mocinhas também, elas mandavam para a escola [...] Elas vinham matricular as filhas porque têm que dar estudo. As meninas ficaram colegas das outras, quando era na hora do recreio elas em vez de ficar no pátio, elas iam brincar lá, para a casa das colegas (AMADEU AMADORI),

Percebe-se, neste e em outros registros, que no início da formação da cidade de Fátima do Sul não havia uma separação entre o sagrado e o profano, e a “liberdade” era a “lei”, ou melhor, o “caos”, o desequilíbrio, e a descentralização era uma marca do povoado a ser superada por seus moradores.

Assim, o lado direito surgiu como solução para dois problemas sociais: primeiro, para a distribuição e a acomodação das famílias que estavam chegando de várias partes do país; segundo, para a organização da cidade a partir de um centro com uma ética moral religiosa e uma ordem social.

Em relação à distribuição e à acomodação das famílias, acredita-se ser necessário destacar alguns aspectos que evidenciam o papel da religião no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul. O primeiro aspecto diz respeito à ordem geográfica. A cidade que surge do lado direito não pode ser vista como algo que nasce sem orientação, da vontade individual das pessoas que se acomodavam ali por ter pela frente um obstáculo: o rio. A ocupação do lado direito se dá em conjunto e de forma pensada, mesmo que precariamente. Para tanto, havia um conjunto de leis regulando a ocupação daquele lado, quais sejam: construção de casas no prazo de 90 dias, de igrejas em torno da praça central e de escolas. Além do mais, as ruas foram cortadas em linha reta, formando uma cidade como um “tabuleiro de xadrez”. Ruas estreitas com pequenos espaços entre o espaço da rua e o da casa – a separação entre a rua e a casa era mínima e quase não havia jardins. As casas estavam sempre com suas portas voltadas para o público.

Essa tendência pode ser compreendida, haja vista a relação do homem do campo com seus vizinhos e parentes, o “não estranho” na

visão de José de Souza Martins, ser de integração e não de exclusão. O homem e a mulher que ocupam o lado direito do rio Dourados eram oriundos de uma experiência de vida rural. Estes eram, sobretudo, homens e mulheres do campo, com um modo de vida não-citadino, o que se reflete na composição das casas, na construção dos bens públicos, na participação da população nas questões coletivas. Vejamos o que comenta uma migrante:

Lá no sítio nós vendemos. Vendemos lá e compramos aqui [lado direito do rio], e olha que vou dizer uma coisa, aqui em quase tudo eu estava no meio, eu, a Irma, o padre José Daniel, o padre Amadeu Amadori e o povão, o povo ajudava também, o povo ajudava muito (DULCE DE OLIVEIRA).

O segundo aspecto a ser analisado é a ordem cosmológica. Se, como argumenta Eliade, o homem religioso necessita de um cosmos, de um centro, de uma referência que possa fazer a ligação entre o mundo espiritual e o mundo terreno, note-se que uma das preocupações primeiras do povoado quando se ocupou o lado direito foi construir as igrejas no seu centro. Assim, sugere-se que a comunicação entre o mundo transcendental e o mundo terreno se daria a partir do centro da cidade. Tais construções foram: uma praça central e, no seu entorno, as igrejas Católica, Assembléia de Deus e Batista.

Foi a partir deste centro que a cidade se planejou, tanto que os números das casas eram duplos. Havia duas casas com o mesmo número, um do lado direito da praça central e outro do lado esquerdo. Igualmente aconteceu com as ruas que ficaram conhecidas por uma ordem numérica. A primeira rua era a rua principal, a avenida, o centro do comércio, das festas, da escola, das igrejas; depois, havia a segunda rua do lado esquerdo, segunda rua do lado direito, e assim sucessivamente.

O terceiro e último aspecto a ser considerado está relacionado à ordem moral. Como já observado, o lado esquerdo era visto por alguns

moradores e pelo padre da comunidade como um lugar de festas, de aruaças, ou seja, como o lugar da bagunça. Assim, com a ocupação do lado direito, a divisão entre dois campos ficava cada vez mais nítida. Vejamos o que observa um depoimento:

E tinha zona lá [lado esquerdo], mas era separado, não era como hoje que está aí no meio. Ficou separado lá, aí tirou a escolinha de lá. O padre tirou a escola de lá e ficou para lá, tudo para lá e as famílias para cá. E as meninas vinham de lá estudar aqui. Nós fazíamos tudo lá, depois o padre não quis mais, estava crescendo, a mulherada chegando, a escola em cima da... Só tinha uma rua, de lá se enxergava tudo. Então foi retirada assim, aí foi crescendo a cidade, crescendo a cidade (DULCE DE OLIVEIRA).

Note-se que o lado esquerdo, próprio das festas, do *rendez-vous*, ficou marcado como o lugar do profano, do “caos”, e que o lado direito ficou como o lugar da família, do trabalho, do sagrado. No lado direito, concentrava-se o baluarte da ordem moral e sua hierofania, cruz, templos, torres, entre outros; ao passo que, do lado esquerdo, ficava a libertinagem, a falta de regras, o desejo, as casas de prostituição. Convém sublinhar, nesta observação, que a fronteira entre esses mundos era a ponte construída sobre o rio. Passar sobre a ponte tinha um significado importante, especialmente durante a noite. Aos jovens não era aconselhado, mas havia uma atenuante: o fervor da juventude. Aos homens casados, que deveriam prezar pela família, era agravante, já que estavam cometendo uma contra-venção ao código de ética moral. Enquanto que, às mulheres, era a ruína total, visto que não preenchiam mais o estereótipo de mulher construído pela sociedade, qual seja: mulher dócil e preparada para o casamento¹²².

¹²² Sobre essa discussão, a dissertação de Mestrado “*Um olhar nos crimes de sedução: a mulher da família de Fátima do Sul (1967-1977)*” apresenta, em seu terceiro capítulo “*As duas faces de Eva: a bela e a fera*”, uma vasta explanação sobre a imagem da mulher e do homem na sociedade ora em estudo.

Assim, percebemos que a religião permeia todo o tecido social desta cidade, desde a sua origem, no início dos anos 1950, até passar a se chamar Fátima do Sul em 1965. A Igreja Católica teve participação em todos os acontecimentos sociais marcantes, como também na educação escolarizada, na construção dos bens públicos, e, de forma decisiva, na organização sócioespacial da cidade, na constituição de sua identidade.

O capítulo seguinte, ao analisar o processo de formação de leitores de Fátima do Sul, destaca como fator determinante a formação sociocultural dos sujeitos – suas experiências de vida.

Podemos notar, a propósito, que os municípios do interior da CAND, em sua maioria, apresentam a edificação de algumas igrejas no seu eixo central e no seu entorno se desenvolve sua malha urbana. A cidade de Jateí, formada neste período a aproximadamente trinta quilômetros de Fátima do Sul, tem sua Igreja Católica edificada no centro da praça, a qual se localiza no núcleo central da cidade; Vicentina, localizada também no interior da CAND e distante nove quilômetros de Fátima do Sul, começou sua formação a partir da Igreja Católica, que fica estrategicamente na praça central.

Atualmente, em Fátima do Sul, ainda se encontram no entorno da praça as igrejas: Adventista do Sétimo Dia, Batista, Presbiteriana e, até o final da década de 1950, a Igreja Católica, conforme registrado em seu Livro Tombo: “os trabalhos da nova igreja tiveram início em 06/03/1957 e, em 30/05/1957, foi inaugurada [...] Acha-se localizada na quadra norte da Praça Getulio Vargas [...] está servindo de matriz provisória enquanto não se erguer a nova matriz de alvenaria no ponto mais alto da Vila”.

Nos anos 1960, a nova matriz foi construída a algumas quadras da praça central, entretanto, continuou exercendo o seu papel de guia espiritual e terreno dos moradores de Fátima do Sul como um migrante observou livremente:

O padre Aquiles [padre que chegou a Fátima do Sul nos anos 1970], aquele que é um padre que ajudou a população todinha. O pessoal chegava aqui e falava, ou o pessoal chegava lá na casa dele e pedia comida, ele dava. Ele falava: Ô Rosa dácomida aí! Dava de barriga cheia viu! E era homem trabalhador. Aqui em Fátima do Sul é o pai da população. É o padre Aquiles, trabalhou muito e ajudou a desenvolver a cidade. Aquele padre trabalhador apesar de não poder ficar aqui. Ele fazia festa, pedia, dava, saía na rua e ganhava gado, porco, galinha [...] igual ao padre Aquiles é difícil, o padre Aquiles é até um pai...” (BELMIRO DE OLIVEIRA).

Não é gratuita, fica evidente, a comparação de Belmiro entre a figura do padre e a figura de um pai, sinal de que os intertextos são possíveis e, no contexto da cultura, claro, os sujeitos fazem as suas leituras. Por isso, a figura deste pai retorna muitas vezes nas atividades de leitura, como, por exemplo, em *A terceira margem do rio*, de Guimarães Rosa. E o rio, de Guimarães, transforma-se no rio que divide a cidade de Fátima de Sul, porque os leitores e os rios são muitos.

Se são muitos os leitores, o que desejamos é que as outras possibilidades de leituras não fiquem, como permaneceram, excluídas dos estudos acadêmicos, reafirmando aos sujeitos do contexto, ou de qualquer contexto, uma exclusão dos meios de desenvolvimento da nação. Como observaremos no capítulo seguinte, a exclusão destas vozes, gerou, para muitos estudantes em Fátima de Sul, a maioria pesquisada, a exclusão do mundo da leitura, realidade que a professora Valéria Pereira, com a disposição dos estudantes, procurou corrigir, reorientando as práticas leitoras, no “círculo de leitura”. Lá permanecem em diálogo todos os textos disponibilizados pela formação da cultura local, intertextualizados ao “considerado” cânone literário, que, muitas vezes, catapultam seus sentidos para temas universais, explicitando a construção das identidades no mundo contemporâneo, em suas tensões e contradições. A visão do lados opostos, por exemplo, em que se desenvolveu a cidade, reaparece, em diferentes mo-

mentos, como posicionamento das leituras feitas pelos estudantes, o que, no entanto, não impede o avanço de outras formas de ler.

Cabe ainda esclarecer que, de modo algum, propomos neste livro uma visão determinista, ao voltarmos nosso olhar para a cultura. Ao contrário, desejamos demonstrar sim que as inclusões são possíveis e que esta obra pode, a cada leitura, redimensionar o olhar com que olhamos o mundo.

E, finalmente, com todas essas vozes, testemunhas do fazer, do pensar e do dizer, que, juntos, ergueram os cenários da cidade, chegamos ao “círculo de leitura” de Fátima do Sul, momento em que tantas outras vozes nos ajudarão a compor as paisagens e as nuances do ato da leitura.

Nilton Ponciano

III – Narrativas terceiras/ outras/ mesmas: o “círculo de leitura” de Fátima do Sul

Conforme já dito pelo professor Nilton, nas páginas iniciais, todo trabalho tem sua história e o grupo de estudos, formado por nós, no ano de 2003, em muito contribuiu para as reflexões aqui expostas. Retomando, para seguirmos, a divisão da cidade de Fátima do Sul, veremos que, nas leituras seguintes, as duas margens do rio, em diferentes momentos, instalam-se, ramificando-se em oposições entre o sagrado e o profano, o erudito e o popular, dentre outras. Mas, em meio ao emaranhado das leituras e culturas, as escolhas pela terceira margem também se farão presentes.

Nas trilhas dos muitos diálogos, chegamos até aqui e deste ponto em diante, junto às testemunhas que nos acompanharam nos capítulos anteriores, passo a expor o percurso do “círculo de leitura”, e suas implicações para as releituras da cidade de Fátima de Sul e de outros contextos que com ela dialogam.

Os temas deste capítulo, voltados para o universo que envolve a leitura e, em muitos momentos, por consequência, a escrita, têm o seu cerne nas inquietações, geradas por trabalhos, de ordem prática e teórica, e discussões do grupo, atrelados à busca de respostas que exigiam o aprofundamento em muitas questões.

Ao recolher, ao longo de dez anos, experiências e reflexões, durante o exercício do magistério, eu me vi motivada, por uma necessidade urgente, a buscar aprofundamento que pudesse nortear, com mais coerência, o trabalho com leitura e produção de textos que, cada vez mais, mostrava-se defasado em muitos aspectos.

Impulsionada, então, por estas questões, criei como perspectiva (des)ler o leitor e, a partir daí, tentar descortinar aspectos capazes de contribuir para a reflexão sobre sua formação; por isto, aventurei-me em um

projeto chamado “Círculo de Leitura”¹²³, espaço disponibilizado, prioritariamente, para fomentar o prazer de ler, já que o desprazer dos estudantes, ao se aproximarem dos textos, era nítido, e, por consequência, todas as dificuldades advindas desta distância: expressão oral e escrita deficientes, do ponto de vista da lógica, dificuldade de apropriação de ideias nas leituras dos materiais em diferentes disciplinas, dentre outras.

No ano de 2003, implantei o Projeto “Círculo de Leitura”, que foi aplicado, de início, a 30 (trinta) estudantes do curso de Letras, oriundos de Fátima do Sul e de outras cidades, quando cursavam o 2º ano, e um estudante formado em Pedagogia, nas Faculdades Integradas de Fátima do Sul, MS. O projeto foi estendido ao ano de 2004, por desejo dos participantes e gerou material suficientemente interessante para desencadear estudos teóricos, mais aprofundados, ligados ao tema em questão. Ao verificar o quanto esta prática leitora era profícua para o desenvolvimento dos estudantes, elaborei o pré-projeto que originou minha tese de doutorado, da qual este capítulo faz parte.

Localizado, então, o “círculo de leitura”, voltemos aos sistemas simbólicos já mencionados, existentes nas malhas da cultura e às maneiras de perceber os espectros aos quais Derrida se refere, que, como algo existente/inexistente, incomodam e assombram. É preciso dar-lhes atenção: só assim será possível lidar com eles. E, inseridos, portanto, em sistemas sociais, os indivíduos percebem a presença dos fantasmas e recebem elementos da cultura como herança, tanto para manter os sistemas quanto para negá-los e modificá-los.

Assim, o que me interessa abordar agora se refere à leitura de um corpus de pequenos relatos autobiográficos, que acredito serem capazes de revelar, pelas histórias de leituras, a transmissão de uma cultura, que

¹²³ A expressão figura entre aspas para destacar a importância de pensarmos tal prática leitora como metáfora, atentando para o fato de que ler em círculo, neste sentido, é algo infinitamente mais complexo do que apenas sentar em círculo. Ao longo do texto, e ao final aparecerão mais detalhes sobre o desenvolvimento deste projeto.

sofre uma sistematização ao adentrar o ambiente educacional, quando atravessada por um discurso hegemônico do ponto de vista linguístico primeiramente, e cultural, por conseguinte.

É possível verificar o quanto se revela produtivo o incentivo ao sujeito-leitor para uma reflexão acerca de sua formação escolar e de leitor, a fim de que ele possa reconhecer a historicidade mencionada e encontrar o seu lugar no mundo do conhecimento.

Desta forma, podemos perceber a eficácia de um trabalho com a linguagem que utilize estratégias capazes de ir “na contramão” de uma pedagogia centrada no professor ou no texto, mas que “lance mão” do primeiro, como mediador; e do segundo, como incapaz de possuir sentido quando distante do leitor. Isto é o que se dá num “Círculo de Leitura” como nós o vimos. E, a partir do desenvolvimento deste trabalho, passei a conhecer a história de algumas práticas leitoras, que, agarradas ao tecido da cultura, deram-me a ver os fatores que, entrecruzando-se, provocam as consequências necessárias para a efetiva formação de um sujeito-leitor.

Porém, antes de seguir em nossos passos pelos caminhos de leitura indicados nas (ou pelas) histórias contadas, parece-me interessante que, neste exato ponto do nosso trabalho, tenhamos especial atenção à advertência feita por uma leitora:

Nesta manhã, comecei a fazer o trabalho de PLPT¹²⁴, onde vamos contar tudo sobre nossa vida de leitura. É um pouco difícil escrevermos de nós mesmas, pois é mais fácil falarmos dos outros. Mas estou tentando colocar somente a verdade, acho que quando terminar vai ficar legal minha história. (KEY-DL, p. 5).¹²⁵

¹²⁴ A leitora se refere à disciplina de Prática de Leitura e Produção de Texto. O recuo de alínea e as aspas caracterizarão as transcrições de textos produzidos pelos participantes do Círculo de Leitura que serão transcritos sem intervenção corretiva de qualquer natureza.

¹²⁵ A opção por abreviar os nomes dos leitores se deu baseada em critérios meus, objetivando a fluência do texto. Tal expediente não pretende obscurantismo quanto à autoria dos textos ou à participação dos leitores cujos nomes completos são indicados na seção Agradecimentos deste livro.

Estamos, assim, informados sobre o aspecto de que a memória é falha e de que, portanto, os relatos devem ser lidos à luz de certa desconfiança. Nenhum discurso autobiográfico está livre das traições da memória, que é seletiva. Leiamos, portanto, articulando dados e pelas frestas, pois somente, desta forma, construiremos sentidos para este estudo.

Prosseguindo e lendo as *Histórias de Leituras*¹²⁶, percebi, em primeiro plano, o delineamento do perfil de um leitor (aluno e professor) já nosso velho conhecido e de uma escola também constantemente anunciada, melhor, denunciada nas pesquisas. Existe no contexto escolar uma relação, se não distante, no mínimo, problemática com a leitura de material impresso.

A leitura na escola de 1º e 2º graus é vista como compromisso, o que pode ser observado através da presença constante de verbos como exigir, obrigar, impor, pressionar e cobrar, relacionados ao ato de ler na escola; o estudante vê a leitura sempre associada a algo sem proveito, principalmente a literária; não faz relações entre texto literário e cultura; tem maior tendência a valorizar textos informativos e seus veículos como as revistas *Veja e Isto É*, porque, segundo sua crença, sobre o texto informacional não pesa nenhuma subjetividade; raramente vê a leitura associada a prazer, a maior parte dos que entendem o que lêem associam o ato de ler à disciplina, por necessitarem absorver informações dos textos. Diante disso, textos literários têm pouco (ou nenhum) espaço na biblioteca desse leitor, porque existe a difusão da ideia de que a ficção não presta para transmitir informação e é vista, quando é pensada, como “entretenimento”. E, ainda, a maior parte dos leitores acredita firmemente que somente o autor do texto detém sobre ele o entendimento, o leitor pensa no sentido do texto como algo irrecuperável para o uso extremamente limitado de seu sistema cognitivo.

¹²⁶ Dos 30 (trinta) estudantes que iniciaram o Projeto, 05 (cinco) se perderam no caminho por motivos vários; então, foram analisadas 25 (vinte e cinco) “Histórias de Leitura” registradas.

Além disso, também é possível perceber que a leitura, nesse universo escolar, tem que gerar algum resultado imediato, por exemplo, uma produção de texto, uma possibilidade de entrada para a faculdade (visando ao mercado de trabalho), quando são lidos livros, ou seus resumos, para aprovação no vestibular. Assim, podemos encontrar declarações como: “lia as obras literárias, mas a pedido dos professores”; “livros de literatura: nunca tive coragem para lê-los” e, referindo-se à leitura obrigatória “... o aluno acaba tomando ódio...”. Finalmente, é possível encontrar, com facilidade, um leitor portador de baixa autoestima e, por consequência, de baixa autoconfiança, em situação de leitura, afinal, há muitas lamentações por não terem lido mais, como se o tempo perdido fosse irrecuperável. Perguntamos: pode estar vivo este sujeito-leitor?

Sobre os professores desta fase, é possível verificar que eles incentivaram pouco a leitura e, em alguns casos, insistiram muito; os que venceram as dificuldades com seus alunos, venceram mais pela insistência do que pelo incentivo. Partindo das declarações, vê-se que não há críticas pesadas em relação aos professores, especialmente em se tratando da dedicação, mas nenhum foi apontado como modelo de leitor, eles foram reconhecidos como amigos, dedicados, etc... Assim, podemos concluir que não foram apontados problemas com relação ao profissionalismo ou à ética dos professores, mas podemos perceber uma grave deficiência em sua formação intelectual. Foi possível verificar que os modelos de leitores, para eles, estão no ensino superior, o que necessariamente não significa entender que os professores do ensino superior sejam os sujeitos-leitores desenvolvidos em sua plenitude; na verdade, estes professores-leitores podem estar mais associados à imagem daqueles que acessam material escrito.

Ainda cabem perguntas: por que o professor que tem pouca formação intelectual é mais apontado pelos estudantes como sendo amigo e dedicado? E se o professor tem mais formação, qual é o nível de aproximação permitido aos seus alunos?

A escola que ficou para trás não é a tônica deste estudo, porém, é importante visitarmos estes antigos cemitérios e trazermos o passado destes leitores, a fim de verificarmos o legado que lhes foi transmitido por este ambiente. Mas não me aterei demais neste aspecto, afinal a escola desenhada nos relatos, deixada para trás pelos sujeitos observados, é assunto exaustivamente tratado por diversos e competentes autores e mesmo se tratando de uma região ainda considerada periférica no contexto brasileiro, vai ao encontro dos mesmos problemas verificados em pesquisas de outras regiões consideradas de centro, como Rio e São Paulo. Considero, porém, mais interessante do que tecer críticas redundantes a esta escola poder encontrar nas declarações dos sujeitos todas estas possibilidades de discussão, reservando a ele um lugar de sujeito-agente, ao invés de mero aluno observado.

Além do mais, julgo de suma importância a possibilidade de inserir os contextos de ensino no eixo da discussão de um pensamento voltado para a tentativa de dar conta das questões culturais, portanto, ampliado.

Seguindo pelas pequenas autobiografias mencionadas, elegi alguns índices, como veremos adiante, para serem explorados neste contexto, à medida que percebi se tratarem de elementos capazes de fornecer informações sobre a possibilidade da adoção de novas estratégias para se pensar a cultura, a leitura, a literatura e a escola.

Devido a estes tantos espectros que nos arrebatam e carregam para longe do lugar do conforto e nos colocam no “entre-lugar”¹²⁷, inevitável lugar de desconforto e carregado pelo mal-estar da contemporaneidade, proponho um diálogo com o teórico diaspórico Stuart Hall, pois, tratando da questão das fronteiras étnicas, o estudioso nos fornece material, suficiente neste momento, e consistente o bastante para avaliarmos o problema da cultura e o aproximarmos, conforme nos estamos propondo, do sujeito encarnado.

¹²⁷ Este termo está com sentido recriado no contexto de nossos estudos e não pretende retomar a ideia de Silvano Santiago, mas situar o lugar do desconforto.

Quando fiz dezessete anos, minha irmã teve um colapso nervoso. Ela começou um relacionamento com um estudante de medicina que veio de Barbados para a Jamaica. Ele era de classe média, mas era negro e meus pais não permitiram o namoro. Houve uma tremenda briga em família e ela, na verdade, recuou da situação e entrou em crise. /.../ De repente me conscientizei da contradição da cultura colonial, de como a gente sobrevive à experiência da dependência colonial, de classe e de cor e de como isso pode destruir você subjetivamente. /.../ Estou contando esse fato porque ele foi muito importante para o meu desenvolvimento pessoal. Isso acabou para sempre com a distinção entre o ser público e o ser privado, para mim. Aprendi, em primeiro lugar, que a cultura era algo profundamente subjetivo e pessoal, e ao mesmo tempo, uma estrutura em que a gente vive. Pude ver que todas essas estranhas aspirações e identificações que meus pais haviam projetado em nós, seus filhos, destruíram minha irmã. Ela foi a vítima, portadora das ambições contraditórias de meus pais naquela situação colonial. Desde então, nunca mais pude entender por que as pessoas achavam que essas questões estruturais não estavam ligadas ao psíquico com emoções, identificações e sentimentos, pois para mim essas estruturas são coisas que a gente vive. Não quero dizer apenas que elas são pessoais; elas são, mas são também institucionais e têm propriedades estruturais reais, elas te derrubam, te destroem.¹²⁸

Como negar, então, diante do acima exposto, que a cultura, repleta de fantasmas a serem exorcizados, atravessa o corpo do sujeito e em meu interesse particular do sujeito-leitor, inserido no contexto pedagógico, e, como negar que a escola e a academia são instituições, com propriedades estruturais reais, com poder de controle, pois hierarquizam os discursos (por consequência os indivíduos) e colocam-nos em uma ordem. Assim, ao situar o pensamento de Hall em meio a esta análise, desejo aproximar, como ele, os campos de investigação, a fim de manter os olhos arregalados para os aspectos, que ora desconsiderados (por ignorância ou por propó-

¹²⁸ HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais, 2003, p. 412.

sito) pelas instituições, não podem mais ser relegados, quando pensamos em sujeito e leitura.

Desta forma, proponho voltar nossos olhos a um tempo passado e nos reportarmos à infância e à família do grupo pesquisado. Para começar esta rápida viagem, recortei o fragmento, abaixo transcrito, de uma das narrativas de leitura que, além de nos situar no tempo e no espaço, trará, através de uma linguagem mais solta e poética, numa outra voz, um pouco da paisagem da região estudada.

Tem-se passado muito tempo desde que comecei a fazer minhas primeiras leituras, remexo nas gavetas das memórias buscando lembranças daqueles tempos. Uma das histórias que primeiro ouvi contar foi a do meu nascimento. Quem conta este episódio diz que eu nasci no dia da morte da minha bisavó, fiz minha leitura da história... achei meu nascimento um tanto trágico, ouvia contar a história... a bisavó morria e eu nascia. Vasculhei a memória para escrever estas linhas, apenas minhas histórias e não encontrei ninguém na família que me lembrasse um livro aberto, alguém compenetrado na leitura, degustando linha por linha, exceto uma tia, ah a tia velha por nome Maria... foi a muito tempo, recordo agora da minha infância, ser criança, a casa da avó rodeada de varandas, árvores, jardins, gramas, flores e a tia lá, com o livro no colo. Quando íamos dormir na casa da vó, a tia lia para nós, não contava histórias, não as sabia, mas lia e lia, relia... ‘Era uma vez uma menina por nome Chapeuzinho Vermelho, Rapunzel, Gata Borralheira’, parece que ouço ainda o barulho suave das páginas dos livros coloridos a passarem uma a outra e a voz suave, suave. A tia Maria era a única pessoa que lia histórias para nós, ela não falava do autor, não sabia. Só sabia que tinha o dever de ler para as crianças e lia. Os livros eram bem ilustrados, fato que me chamava muito a atenção, verdadeiro paradoxo na minha vida, o livro colorido rodeado de crianças, contrastando com a louça, o gado, as pastagens... difícil entrada do livro em meio ao trabalho braçal. Não tínhamos um modelo de leitor, tínhamos na verdade, modelos de como não sermos leitores. Engraçado... fui uma pequena leitora do mundo, enquanto não aprendia a decodificar os símbolos do alfabeto português, lia silenciosa as gravuras dos livros de histórias infantis de minha tia, lia as paisagens, lia o entardecer, lia o sem-

blante cansado da avó sentada na poltrona macia da sala de estar. Lia o mundo. Isso os pequenos leitores do universo sabem fazer muito bem. Não lêem nada (os símbolos, enquanto não os aprendem) sendo tudo ao mesmo tempo/.../. (VEL-RL).

Oriunda de zona rural, já que o estado é predominantemente agrário, a maior parte desses estudantes se identifica com a paisagem acima descrita. Não entendamos, no entanto, a completa ausência de elementos urbanos nestes cenários, porque eles estão lá, em lugares e níveis diferenciados. Alguns desses estudantes se mudaram para cidades que lhes permitiam ter acesso ao estudo. Devemos nos lembrar de que, quando falamos em cidades, no Centro-oeste do Brasil, estamos nos referindo aos aglomerados populacionais de, mais ou menos, 25.000 habitantes, em cidades maiores, excetuando-se a capital, Campo Grande e a cidade de Dourados. Nos anos em que nossos pesquisados passaram pela escola nas séries iniciais, a situação das cidades em relação à manutenção de bibliotecas municipais era de quase inexistência de tal espaço.

Ainda em 2004, Fátima do Sul não contava com livreria ou biblioteca municipal, apenas a biblioteca da faculdade, que também oferecia acesso à informática. Em anos anteriores, a maior parte do acesso a livros era garantido pelas escolas e todos mencionam a leitura de livros dos clássicos infantis, como *Rapunzel*, *Chapeuzinho Vermelho*, *Sítio do Pica-pau Amarelo* e muitos outros. Na adolescência, é comum mencionarem a leitura de clássicos da literatura como Machado de Assis, José de Alencar, Camilo Castelo Branco e outros tantos... enfim, todos os indivíduos pesquisados conheciam, em maior ou menor proporção, livros de literatura pertencentes ao cânone literário.

No pretérito da formação destes indivíduos, temos como pais que transmitiram seu legado aos filhos, a maior parte de trabalhadores rurais, sítiantes, donas de casa (do lar), com um baixo nível de instrução escolar, pois a maior parte deles é de pessoas que não liam a escrita alfabética ou tinham baixa escolaridade, entretanto há dois que são filhos de professores

e uma que é filha de funcionária de escola; não que esta última tenha nível de instrução mais alto, no entanto, segundo a declaração dada, o fato de estar inserida no universo escolar, facilitava o acesso a livros na biblioteca da escola.

Ponto também considerado importante, com relação à infância, à família e à herança de leitura deixada pelos pais e/ou familiares, refere-se à verificação de uma forte presença da tradição oral, contribuindo para a formação dos sujeitos, pois, para a maioria, o vivenciar histórias (religiosas, provenientes de contato com a bíblia, lendas, contos de fadas) contadas ou lidas por membros da família era muito comum e é interessante registrar, nas declarações, o reconhecimento desta prática de leitura, centrada na oralidade, na “contação” de histórias e de lendas, como uma ponte para o acesso a outros tipos de texto: “sempre ouvia histórias e lendas folclóricas, de modo que meu pai Ariovaldo Garcia Domingues não é leitor (**de material escrito**)¹²⁹, mas é contador de lendas...” (ADR-RL).

Já o trecho transcrito abaixo, leva-nos a um diálogo com o intelectual diaspórico Hall, pois vejo claras as projeções paternas que incidem sobre o desejo de apropriação do mundo considerado letrado, galgado pelo (a) leitor (a). Mas, neste caso, as aspirações paternas estão às avessas daquelas descritas por Hall, porque podemos verificar que se trata de um legado positivo, no sentido de que o pai não ameaça os desejos, mas funciona como mola propulsora para o desenvolvimento do (o) leitor (a).

[...] papai, apesar de não saber ler, era um profundo conhecedor de histórias bíblicas, que aprendeu ouvindo as pregações do Evangelho na Igreja, sempre que surgia um tempo ele contava-me algumas partes/.../...tudo começou quando meu pai ganhou uma bíblia num concurso de perguntas sobre o Evangelho, na Igreja, o entusiasmo foi tão grande que ele resolveu pedir que eu lesse para

¹²⁹ Em negrito, acréscimos nossos.

ele todas as noites/.../o meu pai /.../ foi quem incentivou a leitura, apesar deste não ter tido a oportunidade de aprender a ler/.../ admirava as pessoas que eram “letradas”, se estivesse vivo teria o maior orgulho em saber que sua filha está na faculdade, pois sou a única da família no curso superior.... (GER-RL).

No que se refere aos modelos de leitores na família, a maior parte afirma que a influência familiar para a leitura, desta vez, de material escrito, deu-se através de textos relacionados à bíblia (pais, mães, avós, etc..), alguns de irmãs mais velhas que liam as consideradas “literatura de massa”, como fotonovelas, romances românticos, e as bem conhecidas, embora muitos neguem, *Sabrinas*, *Júlias*, etc...

É importante notar que este primeiro momento de contato, na infância, com a leitura familiar e a construção de um imaginário religioso/afetivo irá influenciá-los bastante, no futuro, durante a vida acadêmica. Nesta fase dos depoimentos (dentro da faculdade), a religiosidade aparece de maneira bastante enfática, muitos deles agradecem a Deus por estarem conseguindo cursar uma faculdade, o que nos remete à visualização clara de uma estreita relação entre afetos familiares, Bíblia e leitura.

Também é interessante perceber que muitos dos que não receberam diretamente influência dos pais para a leitura de material escrito (a não ser bíblia), desejam transmitir aos filhos ou a outras crianças este legado: “[...] quando for mãe, terei o maior prazer em levar estes conhecimentos”, referindo-se à leitura de livros, “aos meus filhos”.

E, ainda, é importante mencionar que a educação dos filhos, relacionada com a leitura, é apontada como uma espinhosa tarefa: “quem lia era minha mãe, como meu pai viajava muito, só sobrava para ela...” e, também, que a leitura aparece relacionada com a doença: “faz mal ler tanto assim, vai estragar as vistas...”.

Voltando a 2004, quanto ao acesso a outros suportes de leitura, como a internet, por exemplo, os leitores citam pouco: apenas dois dizem navegar pela rede com frequência, alguns poucos navegam de maneira

muito esporádica e os demais, raramente ou nunca. O outro suporte mencionado em escala maior é a televisão, que aparece como veiculadora de “textos” – novelas e programas –, possíveis de serem analisados e intertextualizados com os demais, como veremos mais adiante.

É deste universo que se origina o sujeito do trabalho e, neste sentido, o texto impresso considerado cânone dentro da escola deve ser considerado como um dos fatores responsáveis pela formação do sujeito-leitor, não como o principal, mas como aquele que se agregando a outros, horizontalmente, poderá alargar o universo de leitura consciente. Assim, pondero: se ler os cânones fosse condição suficiente para aguçar o senso crítico, não teríamos tantos equívocos cometidos em espaços institucionais, considerados de excelência.

Desta forma, quando convidados a refletir sobre uma história de leitura, para construir sua historicidade, vemos nascer o desejo de construção de uma ponte entre o universo, do qual são oriundos, os textos canônicos impressos e o mundo em que vivem. Na verdade, podemos registrar claramente que o mais importante a ser conseguido através do ato de ler é o acesso à “leitura do mundo”, ou seja, buscam constituir-se numa plenitude, para alcançar leituras entre o texto e as situações do viver.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à valorização da troca e da partilha, sendo estes elementos apontados como fundamental para a superação de obstáculos com relação a sua formação de leitor. Há unanimidade em afirmar que a leitura partilhada, além de proporcionar prazer, abriu caminhos para melhor se relacionarem com os textos, modificou a visão de mundo, desenvolveu habilidades no trato com a linguagem e facilitou a absorção de estratégias para o aprofundamento de outras leituras:

[...] automaticamente, fora das aulas do círculo de leitura, quando lemos qualquer matéria, já começamos a analisar os sentidos dos textos, o círculo de leitura contribuiu para eu ter uma visão mais ampla acerca de tudo o que leio.... (MAM-RL).

Como vemos, a leitura partilhada possibilita que o sujeito-leitor desenvolva suas próprias estratégias de apropriação do pensamento alheio e atua sobre o sistema cognitivo de maneira que o leitor possa construir sentidos para diferentes textos, ampliando seu campo de visão e fazendo-o perceber que é pela troca que podemos nos construir e permitir a construção do outro. Segundo Eliana Yunes,

A diferença produtiva, no lugar da diferença conflitante, e por isso, nem excludível, nem excludente, se consolida no que Guattari chamou de **singularidade**: a feliz articulação do entendimento partilhado – bom senso – com a sensibilidade particular, ou da sensibilidade partilhada com o entendimento particular, oriundos das percepções e interações próprias de estar no mundo, numa combinatória que se renova incansavelmente pelo senso crítico.¹³⁰

Sobre a valorização da leitura partilhada, é interessante verificarmos que também ocorre uma supervalorização na afirmação ingênua e exagerada: “o círculo mudou a minha vida”, pois isto vem corroborar um indicador de que os anos que ficaram para trás contribuíram, de forma ínfima, para a sua formação de leitores (poderiam dizer até que, na verdade, os deformou já que sua autoestima não os deixa reconhecerem-se enquanto tais, conforme podemos notar), quando outra leitora declara que “melhorou muito sua relação com o texto, mas acha-se ainda muito despreparada, porque leu Euclides da Cunha e não conseguiu captar todas as nuances” (LEI-RL).

Além disso, algo também muito interessante de observar nas declarações feitas é o fato de os leitores terem uma tendência a hierarquizar as leituras, assumindo posições maniqueístas, o que significa poder visualizar em muitos momentos a repetição de um discurso autoritário, ou seja, a aceitação de uma posição de inferioridade que lhes é cotidianamente

¹³⁰ YUNES, Eliana. Função do leitor: a construção da singularidade. In: _____ (Org). **Pensar a leitura**: complexidade, 2002, p. 118. Grifo da autora.

mostrada. Isto dialoga com minhas afirmações anteriores, quando digo que não precisamos desautorizar este leitor/aluno, já que ele, como nós vemos, *a priori*, “conhece” o seu lugar. Isso se comprova na ambiguidade da expressão: “... continuei minha caminhada, senão seria mais um daqueles semi-analfabetos do Brasil, apenas com o curso primário...” (JOR-RL), que, embora demonstre um feliz distanciamento do mundo dos pais, deixado para trás, confirma o seu lugar de origem inferior.

Também é importante trazer à luz o emprego da palavra “liberdade” que, relacionada à leitura, aparece apenas uma vez e está associada ao “círculo de leitura”. No contexto de minha discussão, vejo como necessário retomar a escola do passado, para verificar algumas afirmações que se chocam, quando o assunto é liberdade e cobrança. Noto que, ao mesmo tempo em que os sujeitos se dizem insatisfeitos com suas leituras anteriores, justificando a falta de cobrança pela escola, reivindicam liberdade para suas leituras, o que nos leva a concluir que a liberdade desejada, não é o abandono ao qual muitas vezes foram relegados, mas liberdade para vivenciar a pluralidade, a diversidade, a possibilidade de fazer escolhas frente a diferentes caminhos.

Relacionado a isto, especificamente, quando perguntados sobre os materiais lidos, verificamos a valorização da possibilidade de ver os textos de diferentes maneiras, através da abertura para diferentes interpretações, sem que se perca a ideia central e a compreensão global do mesmo. E sobre esta liberdade tenho registrado: “[...] leitura para mim se tornou uma coisa gostosa, desde que eu escolha o livro e me sinta à vontade com ele” (MAM-RL).

Neste momento, ainda toco numa superfície espinhosa com relação à formação do gosto e do prazer de ler e, para facilitar nossa compreensão, forço a dicotomia sobre o ensino de escola pública, para o povo, e da escola particular, para os economicamente privilegiados, a fim de perceber o sujeito-leitor. Uma afirmação a este respeito não me parece equivocada:

a de que, na verdade, o discurso que sustenta as atividades de leitura nos espaços privilegiados das escolas particulares, desde as séries iniciais, está mais próximo da manutenção de um *status quo*, relacionado a um padrão social, do que do prazer de ler e da plena constituição dos sujeitos.

Frente a isso, não há de nos espantar, olhando o passado e o futuro, o comportamento de um professor, em seu Olimpo intelectual, distante de seus alunos, ou de um médico, que durante uma cirurgia cardíaca, enxerga somente a máquina do corpo físico, veias, artérias, sem conseguir associá-la a um sujeito, não é? E como dizer que estes dois exemplos não fazem parte da mesma sociedade de massa, se suas percepções de mundo estão boiando numa superfície?

Ainda ressalto que em muitas das declarações feitas, o curso superior representa uma ascensão pessoal e, o que considero pior, social: os estudantes sentem-se privilegiados, com sorte, por estarem dentro de uma faculdade; eles a vêem como redentora, como o acesso a bens materiais e culturais que lhes foram negados, ou, ainda, como a possibilidade de manter o que foi herdado.

Também a afetividade tem sua exposição relacionada a livros de histórias que foram presentes dos pais ou de algum afeto; estes são guardados com cuidado e carinho. Com relação à aplicação dos termos prazer e paixão, relacionados à leitura, dos vinte e cinco depoimentos analisados, apenas cinco deixam clara a interligação entre o ato de ler e o gosto e todos eles se referem a esta maneira de ler como possível de ser encontrada fora da escola de 1º e 2º grau. Os textos privilegiados para as leituras que proporcionam prazer foram poemas e narrativas, de *Sabrinas* a contos literários, registrando sobre as narrativas “a aventura de deixar-se enredar pelo narrador para um caminho desconhecido” (VER-RL).

Outro ponto interessante a ser levantado refere-se à formação da identidade do sujeito-leitor, mas esta colocada, por ele mesmo, diretamente relacionada à percepção de uma alteridade. Como este sujeito não pertence

ao mundo das ideias, mas está encarnado, desconsiderá-lo, é trabalhar contra algo que já se encontra instaurado, como diz Eneida Maria de Souza¹³¹.

Assim, se o sujeito se constrói como diferença e alteridade, é preciso marcar que muitos depoimentos trouxeram à tona, como fator importante para o seu desenvolvimento, o aguçamento da percepção de si em relação ao outro; os sujeitos notaram mudanças de postura em si e nos colegas, uma (re) construção de si e dos outros, tudo interligado com as leituras, conforme destaco a seguir.

[...] o que considerei mais interessante nos círculos foi a discussão gerada entre os colegas de classe. Foi muito legal observar diferentes opiniões e até mesmo a reação que alguns temas provocaram, como por exemplo, a cara de espanto de uns, o olhar atravessado de outros, as risadas, as palavras sérias, o silêncio pensativo, isso tudo estava presente entre nós, e eu prestei atenção a tudo isso. (MAM-RL).

Sobre este ponto, busca de uma identidade, pelo viés da alteridade, vemos que há nestas palavras muito mais do que um colonizado ressentido, impossibilitado, portanto, para a troca, há sim um sujeito-leitor consciente. Em face disso, vejo como fecundo e coerente com o nosso tempo, o pensamento exposto pela estudante, afinal, é o que melhor dialoga com as ideias explicitadas por Eneida Maria de Souza, quando discute a questão da formação de uma identidade.

Freud nos alertara há muito tempo para a descoberta de estar o estrangeiro, “o outro” dentro de nós. Torna-se, portanto, difícil pensar em identidade como categoria estanque, ao se reconhecer que o indivíduo está cindido e fragmentado pela marca desse outro que o habita. Portanto, discutir ou falar sobre identidade já é por si só uma impossibilidade.¹³²

¹³¹ SOUZA, Eneida Maria de. **Sujeito e identidade cultural**, 1991.

¹³² SOUZA, Eneida Maria de. **Sujeito e identidade cultural**, 1191, p. 36.

Estamos, portanto, contaminados pelos discursos alheios e, sendo assim, nós somente podemos construir algumas múltiplas verdades atentos para a existência do outro colocado dentro de nós. O olhar equivocado, que consegue enxergar o mundo apenas verticalmente, encontra-se já impossibilitado de poder alcançar os sentidos das múltiplas leituras da contemporaneidade. Enfim, “o sentido é produto de uma tensão que não é mais necessária e unicamente articulada pelas instituições do saber”¹³³.

Seguindo esse raciocínio, desponta como importante figura para minhas indagações o estrangeiro e seu olhar sobre as imagens, ou, melhor dizendo, paisagens, conforme o pensamento de Walter Benjamin, exposto por Brissac¹³⁴. O estrangeiro recupera o que ficou diluído para os habitantes de qualquer lugar, pois seu olhar está capacitado a reavivar o que já morrera no apagamento por causa do contato repetitivo.

Nesse sentido, é interessante retomar as possibilidades de leitura das cidades e regiões, já exploradas no capítulo 1, pelo professor Nilton, e redimensionar sua compreensão, agora, também, a partir da leitura de seus habitantes ou de seus visitantes. Pensar a leitura das cidades em conjunto com a construção da identidade/alteridade pode descortinar aspectos interessantes em relação à cultura e ao imaginário desse lugar.

Ao pensar, por exemplo, sobre as posturas dos intelectuais, hoje, diante de algumas marcas consideradas origens em determinados lugares, vejo que, muitos deles, inclusive no Centro-oeste, sentem um grande desconforto ao se depararem com elementos que fazem emergir as raízes da sua cultura, a pantaneira, como, por exemplo, a exposição de trabalhos artesanais que mostram a cultura regional, em diferentes espaços das cidades: praças, canteiros e outros...

¹³³ SANTIAGO, Silvano. **Alfabetização, leitura e sociedade de massa**, 1991, p. 150.

¹³⁴ PEIXOTO, Nelson Brissac. **É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?**, 1991.

Segundo Nelson Brissac, “o estrangeiro toma tudo como mitologia, como emblema”¹³⁵. Assim, me pergunto: será que o desconforto não estaria associado justamente à afirmação anterior? Se o olhar do estrangeiro tende a ver tudo como emblemático, a exposição de tais trabalhos poderia então limitar o quadro cultural da região aos olhos deste estrangeiro? Ou, ainda, não somente isso, mas a volta às origens poderia impedir, aos olhos do intelectual, que este estrangeiro ampliasse sua visão, já que lá fora, o emblema da região Centro-Oeste é o pantanal, assim como para o europeu, o norte-americano, entre outros, o Brasil ainda é só carnaval, mulatas e violência?

Outra questão se coloca: o repúdio ao olhar do estrangeiro leva-me a perceber uma imensa contradição, pois essa forma de xenofobia nos remete de volta à mesma incoerência praticada pelos discursos das minorias em ascensão nos anos 80. Ao tomar o movimento feminista como exemplo, vemos que sua ideia inicial, ao mesmo tempo em que pregava igualdade entre homens e mulheres e negava a superioridade do sexo masculino, perseguia fortemente este mesmo modelo dominante. Buscando respaldo em teorias oriundas dos Estados Unidos e Europa, as mulheres do movimento feminista brasileiro, que viam os homens como estrangeiros, desenvolveram, na verdade, uma incansável busca pelo mundo que tanto negavam, ou seja, a homofobia transformava-se, na verdade, em homofilia, o que, felizmente, em momento posterior, foi sanado para se fazer “o elogio da diferença”.

Interpretar, portanto, com cautela, a recepção de teorias é uma das posições a serem assumidas diante da necessidade de se produzir um pensamento próprio, em contraponto e diálogo com a cultura estrangeira. O reconhecimento da própria alteridade possibilita a reflexão sobre o estatuto do outro, conseguindo-se separar o joio do trigo, sem se posicionar como repetidor, mas enquanto interlocutor da cultura...¹³⁶

¹³⁵ PEIXOTO, Nelson Brissac. **O olhar do estrangeiro**, 1988.

¹³⁶ SOUZA, Eneida Maria de. **Sujeito e identidade cultural**, 1991.

Quando Silviano Santiago fala sobre o papel do intelectual frente a diferentes culturas, no mundo ocidental, explica o quanto é complicada a apresentação de um sistema de obras com base na originalidade, já que os estudos sempre se fizeram buscando fontes e influências, presos à tradição. E com relação ao artista, diz que é ainda mais complicado, pois sua medida para produzir são os modelos importados. Assinala, assim, que talvez o caminho para a dissolução desse problema seja o de encontrar na obra elementos que marquem a diferença. Se a análise de tais diferenças poderá levá-las a sucumbir à condição de clichês ou *kitsch*, essa é outra história. Toda cidade tem suas marcas e porque as marcas da região centro-oeste incomodam tanto? Encontramos de um lado a xenofilia e de outro a xenofobia e, justamente, por essas reflexões, a questão antropofágica do primeiro modernismo perpassa minha discussão em diversos momentos.

Voltemos aos anos 50. Com o incentivo da política de Getúlio Vargas para o plantio, muitos imigrantes e migrantes foram para a região ao sul do Mato Grosso, hoje Grande Dourados, alcançando até as regiões de fronteira, com a esperança de poder cultivar sua terra e confiantes no perdão dos impostos e dos financiamentos concedidos pelo governo federal. Apesar de o projeto de colonização ter sido pensado em 1943, o grosso desse processo deu-se nos anos 50, conforme explicitado no capítulo 1.

Assim, ao lado de uma parcela de indivíduos que acaba por não reconhecer nas origens uma possibilidade de diálogo, encontramos uma outra, que na contramão difunde pensamentos que nos remetem à mesma visão dos românticos brasileiros, que pretendiam fundar, através da literatura, um discurso de nação. Sobre nação, Ernest Renan nos diz: *O homem, senhores, não pode ser improvisado. A nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devoções. O culto dos ancestrais é, entre todos, o mais legítimo; os ancestrais fizeram de nós o que somos*¹³⁷.

¹³⁷ RENAN, Ernest. **O que é uma nação?**, 1991.

Trazendo isso para o contexto de minhas reflexões, torna-se claro que as origens dessa região são predominantemente agrárias, e, por ser, geograficamente, o ponto em que se encontra uma das maiores reservas florestais do mundo, a paisagem a que teremos mais rápido acesso é de fato a do cultivo da terra, da vida no campo e das ricas fauna e flora. Acrescente-se a isso o franco desenvolvimento cultural, em todos os sentidos, permitido por pessoas que já ultrapassaram o pensamento opositivo que divide a região numa excludente classificação cidade x campo, conforme apresentado na considerada obra-prima do regionalismo romântico, nos anos 30, *Inocência*. É bom que nem todos, hoje, no século XXI, tempos pós-modernos, “façam o jogo do desgosto, ou isto, ou aquilo”¹³⁸. Retomando Ernest Renan, o culto aos ancestrais aqui vai estar, muitas vezes, ligado à paisagem descrita acima. Todas as proposições são pertinentes e os fragmentos de textos, apresentados a seguir, produzidos por alguns participantes do círculo, a partir da leitura do trecho “A volta (voz interior)”, do *Livro de Pré-coisas*, de Manoel de Barros, podem demonstrar isto. Os trechos permitiram-me construir leituras acerca da condição do indivíduo e perceber a extensa rede de sentidos, costurada pelos múltiplos elementos da cultura que os rodeia.

Texto 01

“O trecho lido lembra-nos de uma parte da região Centro-oeste muito conhecida e visitada por outras pessoas de diferentes regiões ...O autor procurou levar os leitores à reflexão voltando-se para as nossas origens, para nossas raízes que estão sendo representadas pela linguagem rústica e caipira de um homem simples que viveu no interior, no pantanal.

...não importa o que os outros pensam a respeito desta região, a beleza e o valor somos nós que devemos dar.”

¹³⁸ Cf. YUNES, Eliana. op. cit., nota 30, expressão tomada de empréstimo.

Texto 02

“... e nada melhor que falar sobre o pantanal para nos remeter a essa região.”

Texto 03 (referindo-se ao eu-lírico/narrador do texto)

“... mesmo sendo iletrado faz crítica ao uso da língua, dizendo: ‘a língua é uma tapagem’.”

Texto 04

“... um lugar maravilhoso de se morar, trazendo a raiz pantaneira uma qualidade de vida... todos os brasileiros gostariam de morar.”

Texto 05

“... sou nascida aqui na região onde posso ver o pôr do sol sem que ele se esconda no ‘lombo do morro’.

E diz que o eu-lírico valoriza sua terra, sua origem, mesmo não tendo sofisticações de linguagem...

...Apesar de não conhecer toda minha região, admiro a sua beleza e tudo o que existe aqui...”

Texto 06

“... acredito que ele - o eu- lírico - se refira à experiência de vida dele e que por ser ‘da roça’, tendo como sua única escola ‘a vida’, não se preocupa ou se incomoda se o que está falando é certo ou não /.../ gostei do texto e achei-o bem original, embora eu não concorde se referir à região Centro-oeste, porque o texto não especifica ser de determinada região, todavia, apesar dos argumentos utilizados pelo autor não é somente o Centro-oeste que possui brejos, planície, gados.”

Ao nos debruçarmos sobre os fragmentos recolhidos, observamos que, no texto um, há, num primeiro momento, a afirmação de que o estrangeiro valoriza as belezas do lugar e, em seguida, num segundo mo-

mento, lê-se nas entrelinhas uma desvalorização da região pelos outros (o estrangeiro). Nesta incoerência do discurso, lemos pelas frestas um sujeito se constituindo numa perspectiva mais voltada ao “entre-lugar”. Os recortes dividem-se em dois momentos com relação à figura do estrangeiro: primeiro vemos uma postura de xenofilia e num segundo momento uma xenofobia, ou seja, há um sujeito que emerge enquanto reconhecedor de seus limites e possibilidades.

Este sujeito-leitor, usando seu repertório de maneira consciente, deixa vaziar por sua escrita, de forma inconsciente, as contaminações do contexto em que se insere, pois não percebe o salto dado, em sua escrita, de um extremo a outro, em relação à questão da identidade. Este sujeito-leitor é resultante da própria contradição cultural do momento sócio-histórico que vivencia.

Já no texto 06, observamos um desejo de negação das origens e raízes e podemos inferir que talvez isso se dê pela tentativa de desconstrução da ideia de que o Centro-oeste é uma região onde se encontra a roça, o homem iletrado, o matuto, o ignorante e outros estigmas. No texto, os elementos brejos, planície e gados não fazem correspondência com nenhum outro da cultura letrada, pois está associado a uma ideia anterior, que veicula uma conotação negativa do indivíduo, presente no termo “da roça”. Lembro que, em nossa cultura, dizer que o “fulano” é “da roça” implica afirmar que ele é ignorante. Por associação, estamos de volta aos problemas citados anteriormente, o uso do emblema, às avessas, possui fatores culturais comprometedores diante da cultura letrada, representam inferioridade, preconceito e subdesenvolvimento.

Tal discurso levanta-se apontando não para as diferenças, mas para as similaridades, o que é também importante para a construção dos sujeitos, mas o aspecto negativo da análise deve-se ao fato de que mostrar tais semelhanças não deve se apoiar no desprezo às diferenças, afinal é mais produtivo que elas coexistam. Vemos, então, um sujeito que, ao ler as

origens de sua região prefere apontar semelhanças, mesmo que negativas, com outras regiões, afinal, ainda não amadureceu o discurso para apontar o que vê de diferente e positivo na sua. Ao construir-se pela diferença, o sujeito amplia suas possibilidades acerca do entendimento da sociedade que o cerca.

É nessa perspectiva que vejo a contribuição de uma reflexão como esta, demonstrando que, talvez, somente através do diálogo entre as diferenças, seja possível encontrar *o equilíbrio da heterogeneidade, para que as diversas particularidades, os diversos localismos se recolquem e cheguem a se arranjar no todo*¹³⁹, caso haja a necessidade, exposta por Maffesoli, de aprendizagem para a convivência.

Reconhecer na troca o único caminho para o desenvolvimento do homem pós-moderno talvez seja a mais feliz opção para tempos tão tortuosos e conflitantes: /.../ é na pluralidade cultural, no reconhecimento das diversas subjetividades, nas múltiplas identidades, na certeza de que, por exemplo, não existe uma literatura brasileira, mas muitas literaturas brasileiras que está a possibilidade de se reconhecer o complexo, o diferente, o outro¹⁴⁰.

As muitas literaturas brasileiras, como as muitas culturas sul-mato-grossenses, carregam a mesma multiplicidade presente na América Latina e explicitada por Silviano Santiago como uma das principais características e contribuições para o estudo da cultura. É na mistura, nas apropriações, que está a compreensão da identidade, enquanto categoria flutuante e, por isso, em constante transformação.

Ainda com relação aos textos, explícito outro dado de extrema importância: o uso da linguagem, inadequada ao reconhecimento da cultura letrada, como representação de um indivíduo pertencente a uma região é

¹³⁹ MAFFESOLI, Michel. **Um desenho geral da pós-modernidade**, 2000.

¹⁴⁰ RESENDE, Beatriz. **A politização do saber**, 1999.

ponto comum a todos os textos. Interessante é que nenhum deles reconheceu uma influência, no que se refere ao uso da linguagem ou estilo, de escritores anteriormente mais divulgados, como Guimarães Rosa, por exemplo.

Também ressalto a presença em, pelo menos quatro textos, da visão do paraíso, do sentimento ufanista, da valorização do herói nativo, próprios do romantismo brasileiro de culto às origens e valorização do local, presentes no projeto de construção de uma cultura brasileira em Gonçalves Dias; na ingênua poesia de amor à pátria em Casimiro de Abreu; e a tentativa de construção de uma narrativa de fundação, voltada para a cultura brasileira, em Alencar, também transita pelos textos. Há uma imagem, às vezes ingênua, às vezes ufanista mesmo, sobre o pantanal, sobre a beleza da região, que culmina na utilização da expressão “*lugar maravilhoso*”.

Finalmente, a ideia de que as origens e as raízes devem ser preservadas e lembradas é ponto comum a quase todos os textos, excetuando-se o número 06, que nega as características reconhecidas pelos outros como origem e como parte de suas identidades.

Ao levantar hipóteses sobre suas raízes e origens vejo um sujeito-leitor emergir, pois mesmo se debatendo nesse emaranhado do tecido multicultural, e, muitas vezes, movendo-se pela contradição, escreve sobre sua cultura e, concomitantemente, nela se inscreve, enquanto sujeito (constituente) constituído socialmente. É neste ponto que, outra vez, brota a antropofagia, que presente no primeiro Modernismo e, retornando na tropicália, talvez ainda seja uma boa escolha aos olhos de intelectuais maduros, de matutos inteligentes... de sujeitos-leitores.

Questão que ainda merece destaque a esta altura de minhas reflexões, refere-se à pouca importância ou à importância alguma dada à situação econômica dos indivíduos como ponto de início da investigação, pois não considero rentável discutir as heranças do sistema escolar a partir de uma dicotomia “escola pública *versus* escola particular”. Apesar de estar,

de certa forma, trazendo de volta os *spectros* de Marx, tratar do assunto, a partir da perspectiva “dominante *versus* dominados”, em relação ao capital, embaçaria nossa visão, no que diz respeito a outros fatores responsáveis pela formação do sujeito-leitor, isso se dá, inclusive, porque o discurso e o poder hegemônicos não se sustentam somente embaçados nas questões econômicas, mas, também em questões culturais, como mostrei.

Enfim, este ângulo de visão, dentro da linha adotada para minhas reflexões, forçosamente não pode estar excluído, porque, muitas vezes, ele se instaura nos entrecruzamentos com os demais, mas acredito que somente deverá ser considerado *a priori*, à medida que pudermos verificar que, de fato, ele foi se não o único obstáculo, o primeiro e o principal, insuperável, para o sujeito formar-se leitor¹⁴¹.

3.1 Formar o leitor: notas sobre mediações de leitura

“Marcel Petre teve vários momentos difíceis consigo mesmo. Mas pelo menos ocupou-se em tomar notas/.../” (Clarice Lispector)

Para falar um pouco sobre a mediação de leitura, desde já, esclareço que não pretendo dar conta de esgotar todas as teorias que emanam das infinitas possibilidades de recepção em um “círculo de leitura”, mas atentar para sua existência e para elas indicar caminhos é um dos papéis do mediador. Certamente, este mediador nunca poderá se furtar ao exercício do ler, que, insistente, demandará seu retorno.

Sabendo disso, meu diário de leituras iniciou-se a partir da proposta de descrição dos elementos considerados mais relevantes, experienciados durante as cenas dos “círculos de leitura”. Nele, eu ia registrando os textos lidos, os leitores-guias sorteados, o comportamento dos leitores com

¹⁴¹ Devemos lembrar que pensamos o leitor numa perspectiva abrangente.

relação à participação, dentre outras percepções ou mesmo fatos considerados relevantes pelo meu olhar.

Não é possível, no entanto, pensar que estas anotações puderam mostrar os leitores em sua transparência, porque, na experiência cultural da leitura, eles, constantemente, modificam-se e surpreendem; porém, a adoção deste diário permitiu reconhecer alguns subsídios para reflexões e possíveis encaminhamentos durante o percurso do “círculo”. Eu percebia as mudanças e, com isto, podia lançar diferentes provocações, como por exemplo, chamar a opinar aqueles leitores mais calados. Não que isto se fizesse de maneira precipitada, ao contrário, eu ia delicadamente puxando ao silêncio os que tagarelavam ao vazio e trazendo para a fala os que procuravam manterem-se “incógnitos”.

Destaco nas anotações iniciais as prioridades que, em vários pontos do diário, eram lembradas como elementos considerados fundamentais para o bom andamento das leituras e para o desenvolvimento dos leitores, tais como: o prazer de ler; a dissociação entre a leitura, a escrita e a nota do desempenho acadêmico; ausência de teoria como ponto de origem das discussões e aproximação com os textos pelas vias da afetividade.

Uma grande dificuldade imposta por uma forma de leitura dos participantes esteve ligada à constante tentativa de teorização, o que, de início, levou muitos ao desânimo, em alguns momentos de leitura e escrita. Observamos que, ao aplicar (com equívocos) a teoria, o leitor sentia-se desencorajado para prosseguir com comentários orais ou escritos, pois se via despreparado para tal empreitada. Assim, por muitas vezes, houve a necessidade de repetir sobre a importância de adequar a escrita ao que fosse pertinente à proposta de produção de textos nos “círculos”, ou seja, falar ou escrever sobre o texto lido, partindo de critérios subjetivos, ligados ao (des)gosto originado pelo contato com o texto, tentando dar conta de explicar o porquê de suas proposições.

Foi possível, então, observar uma luta deste sujeito num campo de forças em tensão, pois, conforme mencionei em minha tese, sobre

Geraldi, citando Foucault, os espaços estão muito bem delimitados nos ambientes acadêmicos e está demonstrada a existência de lugares institucionais, cuja ocupação é feita pelos sujeitos, e estes lugares contaminam as ações, porque, mesmo pelas vias do inconsciente, os implícitos podem ser lidos. O ambiente acadêmico promoveu a *invenção* do leitor acadêmico, determinando-lhe um único tipo de produção e o leitor encontra-se já cindido pelos cortes institucionais:

/.../ a necessidade de buscar novos conhecimentos e ficar atualizado com as questões do mundo, tem me feito um leitor mais didático. Leio quase sempre jornais, dando destaque às notícias da página de rosto, página policial e Caderno B, além de pesquisar na internet sobre artigos de literatura, tais como os períodos literários, chegando a ler suas principais características e escritores da época. Sei que ainda falta muito para me tornar um leitor /.../. (JTO-DL, p. 4).

Está, portanto, relatado: ler, com certa frequência, não é condição suficiente para considerar-se leitor, pois os “tipos” de textos lidos servem apenas para o didatismo e um “verdadeiro” leitor não se reduz a isso.

Um primeiro ponto observado, voltando aos primeiros encontros, diz respeito ao silêncio que se instaurava por alguns minutos, depois de feita a leitura do texto. Nos primeiros encontros, eu acatei a preferência dos participantes, acreditando que havia algo acontecendo e que este algo teria sua contribuição a dar. As formas do silêncio já foi um tema caro para alguns pesquisadores, com os quais podemos compartilhar opiniões e, como eles, nós sabíamos que os sentidos, em muitos momentos, circulariam, apesar da ausência da palavra.

Para Michel Foucault¹⁴², o silêncio é dotado de significado, mesmo que detenha um aspecto negativo, porque reprime a expressão daquilo que tem sentido, gerando silêncio. Trata-se do silêncio imposto pela censura,

¹⁴² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**, 2004.

pela interdição, de qualquer ordem, tal como a sexual, a política, a moral, a religiosa e outras.

Já Wittgenstein¹⁴³ vê o silêncio como incompletude ou deficiência da linguagem, em que todo o dizer mantém uma relação fundamental com o não-dizer: “... sobre aquilo que não se pode falar, deve-se permanecer em silêncio”. Uma espécie de incompetência e precariedade da linguagem para substituir completamente o mundo real, deixando por todos os lados pelos quais se observa, lacunas de sentido e significado é a forma pela qual o filósofo pensa o silêncio.

Segundo Eni Orlandi¹⁴⁴, existe, ainda, o silêncio que habita além do horizonte, como iminência do sentido, que aponta para fora da linguagem: o silêncio do porvir, que depende do esforço humano para alcançá-lo nas formas da ciência, das artes, da cultura como um todo. Mas toda vez que chegamos perto de seus domínios e avançamos o pé um pouco adentro de suas fronteiras, ele se afasta ainda mais, tornando nosso esforço um constante caminhar rumo à expansão dessas fronteiras do conhecimento.

Por fim, há o silêncio proveniente da percepção originada pelo contato com a arte, que, embora não signifique nada de lógico, possível de ser organizado em linguagem verbal, transmite uma sensação, um desejo, um prazer, um afeto, que por brotarem a partir de critérios muito subjetivos, depende exclusivamente do contato entre obra e sujeito/ receptor.

Acreditando, assim, que o silêncio também diz, especialmente nesta prática leitora, antecipo aqui, para dialogar com as nossas reflexões, outras encontradas nas produções de texto e nos diários dos próprios leitores. Sobre o conto “Gaetaninho”, de Alcântara Machado, a leitora percebe: “/.../ A narrativa é feita no silêncio, vazio e reflexivo, pois só assim po-

¹⁴³ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus lógico-philosophicus*, 1995.

¹⁴⁴ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, 1995.

demos refletir muito sobre o conto” (ALL-PT, p. 5). Também, em comentário anterior, na exposição da leitora sobre as diferentes reações dos leitores, no círculo, está incluído o “silêncio pensativo”. Segue ainda outra observação: “Percebo isso no círculo de leituras, quando lemos o texto ficamos por alguns segundos olhando para os colegas com medo de nós pronunciarmos e ser a diferença e sermos contestados pela opinião que temos do texto. Eu percebo em alguns colegas o alívio quando as opiniões começam a se parecer /.../” (SMS-DL, p. 2-3).

Portanto, o “preenchimento” dos espaços pelo silêncio, definitivamente, carrega sentidos diversos e são passíveis de serem lidos. Nos casos exemplificados, encontramos, respectivamente: o silêncio que propõe reflexão; o que leva à tentativa de encontrar significados; e aquele que denota medo: o silêncio da censura.

A partir daqui, optei por inserir as análises de outros aspectos de meu diário entrelaçadas às produções de texto, aos diários dos leitores e às histórias de leitura, pois muitos pontos convergiram para as observações que se seguem. São eles: **a visibilidade da escrita, a comunicação, os intertextos, a logicidade da escrita, a criticidade, o posicionamento, as comunidades interpretativas, os obstáculos da linguagem enfrentados na leitura, o prazer de ler, a identidade, a religiosidade, o roubo de livros, erotismo e/ou pornografia, a previsibilidade do leitor, a análise e interpretação e, finalmente, a sensibilidade.** E todos eles aparecem atravessados, ainda, por tantos outros, conforme veremos, permitindo-nos vislumbrar a extensa teia que se forma, ao nos debruçarmos sobre pesquisas que envolvem a leitura, a formação do leitor e a cultura.

3.2 Narrativas e leituras: escrita e diários dos leitores – entrelaçamentos

“Qualquer idéia que te agrade,
Por isso mesmo... é tua.
O autor nada mais fez que vestir a verdade
Que dentro de ti se achava inteiramente nua...”
(Mário Quintana)

Um dado interessante nas produções de texto é a verificação de textos reescritos pelos estudantes, por duas a até três vezes. Muitas vezes, ao perceberem, por conta própria, a necessidade de modificação de seus textos, eles os reescreviam, revendo os posicionamentos e a organização formal. Muitas vezes, houve comentários meus sobre as produções, de forma que tal reescrita, nestas circunstâncias, fosse previsível. Mas chamo a atenção para a crescente autonomia que os sujeitos foram desenvolvendo, a ponto de, eles mesmos, sentirem os momentos mais adequados para praticar sua reescrita, descolando-se mais das observações do professor, na superação de dificuldades percebidas. Em seu roteiro de leitora, a estudante comenta: “Quero registrar aqui o ‘Círculo de Leitura’ que teve muito a ver nesta minha caminhada, tenho aprendido a reescrever os meus textos que confesso, era um desastre total” (JAC-RL).

Outras especificidades das produções textuais estarão comentadas e articuladas, aos diários de leitura, com pertinência a alguns pontos relevantes, ao longo deste capítulo. Convém, por enquanto, comentar com especificidade, no que diz respeito à escrita dos diários, a presença de interlocutores mais marcados neste exercício de escrita. Ressalto que a escolha de um interlocutor nos diários deu-se de maneira individual, autônoma, livre. Assim, muitos leitores/escritores escolheram seus interlocutores por critérios seus (conscientes ou não), de acordo com o que gerou mais segurança para prosseguir. Enquanto alguns dialogaram com os autores dos textos, outros optaram por dialogar com o próprio diário, outros, ainda,

com a professora/mediadora e, finalmente, alguns não apresentaram nítida definição neste sentido, mesclando interlocutores, ou anulando-o, de acordo com suas necessidades no dia da escrita.

Ao tentar descortinar as conseqüências destas escolhas para o desenvolvimento da produção, é interessante perceber, em apenas um dos diários, que, quando o interlocutor, assumido, com clareza, ao longo de toda a produção, foi o próprio diário, o leitor mostrou-se mais livre para não ler, escrevendo: “Hoje não li nada”; para o interlocutor nulo ou implícito o leitor registra: “Não li nada, tanto por falta de tempo, como por falta de vontade”; para o interlocutor oscilante entre os quatro listados acima, inclusive o professor, não encontramos a assunção da liberdade de não ler, ao contrário, alguns, em muitos momentos, fizeram um jogo de evasivas. Este último aspecto está bastante evidente, num dos diários, quando a leitora, já graduada em outro curso, segue pelas páginas comentando fatos, fazendo desabaços, discutindo com professores de outras disciplinas suas insatisfações, mas deixando as reflexões sobre leitura com pouca presença em seu diário.

Ressalto que minhas observações, relacionadas à escrita de um diário de leitura, levaram-me a perceber que esta produção não necessita de tantos “conselhos” e roteiros a serem seguidos para que aconteça o seu desenvolvimento. Tenho conhecimento de trabalhos dedicados aos “diários de leitura”, inclusive com publicações de pesquisas totalmente voltadas para este gênero, mas, ao verificar seu desenvolvimento, noto que reincide num problema comum às formas de ensino de leitura e escrita criticadas aqui: a de tentar revelar *a priori* todos os caminhos a serem percorridos, grosso modo, significa “dar as coisas prontas”, assentado sobre a crença de que todo o saber está posto em uma única pessoa: o professor.

Trago, ainda, explicações que dizem respeito a este gênero e a não opção por trilhar o caminho do atalho. Como eu disse, embora sejam de meu conhecimento publicações que se ocupam em descrever sistematicamente as formas de aplicação de tal gênero em contextos pedagógicos,

não vejo nelas auxílio para desencadear processos cognitivos que não fiquem atrelados apenas a situações escolares (o que já seria muito, concordado!). Mas minha busca é impulsionada pelo desejo de fomentar as práticas de escrita e leitura, procurando potencializar a construção de sentidos para os sujeitos nelas envolvidos, em situações ampliadas.

Pensando a escrita, minha preocupação incide sobre a seguinte questão: aprendendo os gêneros, sistematicamente, os estudantes conseguirão lançar mão destes recursos em situações reais, inclusive extra-escolares, de usos da linguagem, após terem desenvolvido os “automatismos” nos quais muitos acreditam? Se é assim, por que os automatismos não se fizeram presentes, em relação aos tipos textuais, que, em número menor, exigiam menos conceituações e definições? Nesse sentido, tudo estava mais simplificado! E, ainda, auxiliados e certificados por seus professores, observo estudantes de ensino fundamental e médio, redigindo afirmações, sobre os gêneros tais como: “o gênero x ou y exige tais e tais traços ou marcas...; ou “o gênero x tem como objetivo...”; ou, ainda, “no gênero x deve conter ...”. Apenas para pensarmos: não creio que os gêneros exijam alguma coisa, ou que tenham como objetivo apresentar, ou que devam conter, como objeto autônomo, as marcas referidas.

Minha compreensão é a de que os **gêneros se manifestam**¹⁴⁵, na interação entre sujeitos, preferencialmente com traços e marcas característicos, podendo apresentar novidades, dependendo da situação de interlocução. Se o indivíduo vivencia a linguagem, experiencia as interações, com intensidade, saberá produzir discursos bem elaborados, em situações reais, além, é claro, de saber preencher esquemas. E, mais, em que contextos um indivíduo precisará responder sobre as marcas dos gêneros a não ser nos escolares? Minhas inquietações não encontram resposta convincente, por isso, sustento a tese de que o excesso de sistematização não tem condições

¹⁴⁵ Grifo nosso.

de potencializar o “material” linguístico disponível dentro dos indivíduos. Isso está provado, não por mim, mas pelos índices que medem o nível de (falta) de educação, no nosso país; educação esta que inclui leitura e proficiência em escrita.

Em minha experiência, foi interessante observar que a prática da leitura e da escrita permite ao leitor/escritor criar suas próprias estratégias de desvendamento dos textos. Se esta afirmação pode parecer estar associada, por distante que seja, à ideia de que o leitor/escritor ficará, então, solitário, abandonado à própria sorte de sua exclusiva interpretação, devo esclarecer que não se trata de tal coisa. Na verdade, este leitor estará mais responsável por suas opções, desenvolvendo autonomia, e o mediador (e outros leitores) estará, junto com ele, refletindo, apoiando ou desconsiderando as escolhas, à medida que ambos perceberem produtivas ou infrutíferas. O papel do mediador é “lançar mais luzes” sobre cenas já iluminadas e deixar morrer na escuridão aquelas menos profícuas.

3.2.1 A visibilidade da escrita, a comunicação, os intertextos

Problematizando ainda mais, trago para o diálogo um texto do jornalista Zeca Camargo que nos leva a pontuar questões de leitura e escrita, quando estas são lançadas para outros universos que não o escolar. A questão da **visibilidade da escrita**, ligada à comunicação, leva-nos a dar atenção a outros contextos. Neste sentido, algo importante originado pela publicação do jornalista liga-se às dimensões alcançadas pelas categorias de leitor e não-leitor ou iletrado criadas pelo “senso comum”. Ao comentar sobre a dificuldade de interpretação e compreensão “de uma frase simples” que alguns leitores deixam escapar, quando comentam os textos de seu *blog*, o jornalista é muito enfático sobre sua maneira de tratar o não-leitor.

A despeito de perder leitores pela demora em introduzir o assunto do dia, na adaptação para a televisão do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, o comentarista assume com franqueza a intencionalidade

de tal perda, à medida que, para ele, quem não é suficientemente perseverante para se demorar pelos caminhos longos do texto, não é também o interlocutor de sua preferência. Leiamos:

Tanto tempo depois, eu mesmo me surpreendo com a dificuldade que algumas pessoas têm de entender uma frase simples. Foram várias reações negativas à lista/.../ O que mais me encantou, porém, foram os que reclamaram que a lista só tinha bandas que elas não conheciam – não com a embutida gratidão do curioso (caso de muitos, felizmente) que quer conhecer mais, mas com o desdém de quem não tem sequer a inquietação de explorar algo novo. Ora, se uma lista leva o título de “Os 15 (+1) melhores discos que você NÃO ouviu em 2008”, hum, será que não está claro que estou te convidando a descobrir algo que não conheces? Então, por que o protesto? Desse grupo, que reúne comentários com diferentes níveis de indignação (dos simplesmente perplexos aos inexplicavelmente ofendidos), destaco o comentário de William Lima que, apesar de gostar do blog, pergunta: “esse cara naum escuta música normal naum?”. Bom, aqui a resposta: claro que escuto música normal. /.../ o post de hoje é sobre a grande estréia da TV nesta semana, baseada no livro “Dom Casmurro”, que é talvez a obra maior de Machado de Assis – lembrado em 2008 pelos 100 anos da sua morte. Por que eu demorei tanto para introduzir o assunto de hoje? Bem, quem sabe assim eu tenha conseguido dar uma filtrada em quem passa por aqui, despistando aqueles geralmente sem paciência para ler tudo/.../. Enfim, se você acha que Machado de Assis é uma ferramenta que vem do interior de São Paulo, dê um novo google e procure algo mais “interessante”, pois agora vou falar de “Capitu”...¹⁴⁶

Embora o jornalista não faça concessões aos “não-leitores”, mostra-nos uma posição diferenciada em relação à escrita que se desvia da norma ortográfica padrão, pois responde à pergunta feita pelo leitor-internauta – *esse cara naum escuta música normal naum?* –, deslocando a ênfase da forma da escrita para a da comunicabilidade da escrita.

¹⁴⁶ *Música normal*. Postada por Zeca Camargo, em 11 de dezembro de 2008, às 16h34. Disponível em: <<http://www.colunas.g1.com.br/zecacamargo>>.

Isto me leva a levantar (confirmar) algumas hipóteses: a de que o conteúdo tem privilégio sobre a forma em contextos de comunicação mais imediata; a de que o iletrado cultural, não no sentido antropológico do termo, é mais facilmente segregado – ainda que a literatura não seja reconhecida como algo de que se pode tirar proveito, ela serve para excluir os não iniciados –; a de que o hibridismo oral/escrito é mais aceito na internet, porque – retire-se o foco do leitor e o incida sobre os textos – este suporte não aceita regras de contenção, por todas as características que apresenta e representa, como, por exemplo, a rapidez, a fluidez dos textos. A última hipótese, claro, acopla-se à proposta maior da comunicação em rede, já não mais reduzida a isto e hoje impregnada de todo tipo de material escrito, que não me interessa listar, pois comporta uma infinidade de gêneros, dos mais básicos, até aqueles altamente híbridos.

Com relação à associação de ideias e **intertextos**, em todos os diários, sem exceção, encontramos registros da tentativa de associar ideias e/ou construir intertextos. Houve um esforço dos leitores para estabelecer relações intertextuais entre os textos – inclusive trazendo para o diálogo, todas as outras disciplinas do curso –, e/ou com a própria vida, trabalho, um processo, aliás, extremamente valorizado por eles. Da importância de perceber o mundo, através do texto (ou vice-versa), relacionando com aspectos da vida, até as ligações, explícitas ou implícitas, entre os textos, estão registrados os aspectos favoráveis de tal prática:

Ao assistir ao 1º capítulo da novela ‘Senhora do destino’ da Rede Globo, pude notar em uma das cenas, um pequeno intertexto com uma das obras de Graciliano Ramos. Na cena, cujo espaço físico era o nordeste brasileiro, a família, em meio à seca e ao sol, fugia com sua cachorra chamada Balcia/.../ O importante nessa minha percepção é saber que as aulas de teoria e o círculo estão me dando suporte e conhecimento para observar as obras, novelas e tudo com uma visão mais profunda/.../ É muito gratificante saber que eu posso ir além do superficial, pois tenho fundamentos para isso. (MAB-DL, p.13).

Da leitura do texto à leitura do intertexto, a leitora, no fragmento acima, avalia seu crescimento, colocando o círculo de leitura em diálogo com outra disciplina, neste caso a teoria da literatura. Em seguida, ao comentar a leitura de uma ‘espécie de parábola’, cujo título não explicita, a leitora diz da importância de se encontrar meios que relacionem textos e realidade, a fim de que sejam feitas reflexões capazes, quem sabe, de alterar a direção dos eventos.

Esse texto nos mostra que qualquer profissão é importante e cada um tem seu valor. Não devemos humilhar o próximo se ele tem uma profissão menos favorável que a nossa. Diário, quando li essa estória, vi meu marido diante desta situação, pois ele trabalhava em um mercado e era constantemente humilhado pelos patrões. Por fim posso dizer que esses textos pequenos e simples, agradam muito o leitor, além de trazerem importantes reflexões sobre a realidade. (MAB-DL, p. 14-15).

3.2.2 Logicidade da escrita, criticidade e posicionamento

Outro ponto importante, diz respeito à **logicidade** da escrita, e, já que a investigação da produção escrita de textos não-ficcionais tem sido mais acatada pelos estudos linguísticos, é importante trazer ao diálogo este campo do conhecimento. Porém, antes de chegar às questões que mais nos interessam, da análise do corpus estudado, tenho a cautela de apontar distâncias e aproximações que se revelam como avanços ou armadilhas epistemológicas.

Caminhando, então, por estudos linguísticos mais recentes, ocupados em atender, na prática, aos *Parâmetros Curriculares Nacionais* do Ensino Fundamental e Médio (PCN's), à luz das teorias de Bakhtin, encontramos a busca por respostas e novas estratégias para auxiliar o ensino de línguas no nível citado. A base destas pesquisas, em consonância com o que prega os PCN's, está especialmente assentada sobre a teoria dos gêneros, entendida como o suporte necessário para suprir a falta de material adequado encontrada nas escolas.

Imbuído pela mesma certeza dos pesquisadores (e por outros interesses), o mercado editorial tem publicado dezenas de títulos sobre este tema e, como ponto de convergência desta linha de trabalho, posso destacar a (pseudo) mudança, principalmente, do vocabulário teórico, que exemplifico com o abandono do nome do gênero “redação argumentativa” modificado para “texto de opinião escolar” ou “ensaio argumentativo escolar”. Podemos, então, perceber, através desta mera questão vocabular, que não há, nesta linha de pensamento, nenhum avanço efetivo que possa contribuir para o desencadeamento de alguma prática escolar mais relevante. A produção de texto continua intra-muros, existindo para que o professor leia (ou não), dê seu parecer e, talvez, uma nota.

Ainda com relação à adoção de novo vocabulário, merece atenção a nova forma de abordagem para classificar os textos (informativos). A contribuição da teoria Bakhtiniana, que reconhece os gêneros do discurso como sendo “tipos relativamente estáveis produzidos nas esferas comunicativas”, encontra-se na ideia que não permite o esvaziamento dos textos de sua dimensão discursiva de produção, ou seja, não exclui as suas dimensões social, ideológica e, conseqüentemente, cultural.

Mas para exemplificar que os equívocos são muitos, penso ser trabalho inócuo, na introdução de um artigo, dizer-se apoiado em questões teórico-metodológicas de pensadores do quilate de Bakhtin e centrar uma análise, ao longo de páginas a fio, no verbete, no resumo, na notícia de jornal e outros gêneros, sem sequer mencionar o aspecto da recepção e as possíveis conseqüências de construção de sentido para os sujeitos envolvidos nestas produções discursivas. Segundo meu entendimento, depois de percorrer muitas bibliografias, nada é mais puramente linguístico e contraditório em relação ao que dizem pretender. Nada pode estar mais próximo de um modelo autônomo de letramento, aquele que considera apenas o uso da língua em sua materialidade gráfica, rechaçando a contribuição dos fatores culturais envolvidos nas interações linguísticas.

Não se trata de descartar as análises que adotam como ponto de partida os textos, as pistas deixadas pelo autor, reveladoras de intenções, as linguagens veiculadas por eles, a sintaxe, a morfologia, se o momento permite tal análise e, se ela se faz atenta ao contexto de produção/recepção do gênero analisado, sem o desprezo à semântica. De fato, também a compreensão destes elementos, bem conduzida, é o meu objetivo, ao me propor estudar as linguagens, as mediações de leitura e o ensino da língua materna¹⁴⁷. O incômodo existe por ver alguns pesquisadores insistirem nas incoerências, tentando aprisionar o gênero em seus aspectos reiteráveis, desconsiderando, além dos não-reiteráveis, as características muito bem expostas por Beth Brait¹⁴⁸, pesquisadora dedicada a longos estudos sobre Bakhtin.

Equívocos à parte, há também a presença de pesquisadores lúcidos que reconhecem como improdutivo um entendimento que considere a língua como abstrata e estática acerca das questões e, portanto, uma busca por distanciar-se da análise dos textos com base nos “tipos textuais” os quais podem ser reduzidos “a uma meia dúzia de categorias”, nos dizeres de Marcuschi. Dessa forma, o ganho está em deslocar os usos da linguagem, no contexto da produção pedagógica, de uma visão estanque para colocá-los na interação dos sujeitos, durante os eventos de comunicação, aceitando que a produção da linguagem não se dá presa a sentidos unívocos das palavras da língua, mas a partir de um processo interativo entre interlocutores, que podem renovar os sentidos a cada interação.

Até aqui atesto as dimensões positivas de tal pensamento, pois o mesmo vem ao encontro de minhas conceituações iniciais, quando trouxe

¹⁴⁷ Ver estudos de Neusa Salim Miranda para uma abordagem metalinguística contextualizada.

¹⁴⁸ Ver estudo de Beth Brait e Neusa Salim Miranda, conforme nossas referências bibliográficas.

a semiótica de Peirce, pelas palavras de Santaella, momento em que o estudioso prevê a renovação de sentidos feita pelo interpretante.

As pinceladas em torno do ensino fundamental e médio, repito, interessam-me, porque é parte do percurso do leitor que irá alcançar as universidades e se desdobra para o ensino superior, pois grande parte dos cursos de Letras nas universidades mantém uma grade que favorece um ensino compartimentado. Isso significa dizer que a literatura continua distante dos bancos escolares, e, paradoxalmente, é comprovado por bibliografias da área da linguística. O gênero canção, reconhecido por nós como uma das ramificações do gênero poema, quando visita a sala de aula, faz para satisfazer abordagens reducionistas.

O pesquisador Nelson Barros da Costa reconhece que o poema está hoje mais presente no cotidiano das salas de aula e nos livros escolares, mas, chama a atenção para a riqueza do trabalho com a música e seus embriamentos culturais:

/.../o que se deseja não é formar cancionistas, mas ouvintes críticos de canções, capazes de perceber os efeitos de sentido do texto, da melodia, e da conjunção verbo-melódica; conhecedores do cancionero e dos cancionistas de seu país, seus posicionamentos, estilos e discursos; tal como pretende o estudo da literatura.¹⁴⁹

Infelizmente, o fato de o poema se fazer presente não é garantia de ampliação de repertórios, nem de formação de leitores críticos ou perceptivos e sensíveis. Para dialogar com o autor do texto anterior, trago outro que analisa a presença do poema em sala de aula, através das abordagens feitas pelos livros didáticos. Sem a necessidade de aprofundar, trago à tona apenas o título que penso conter elementos suficientes para o momento.

¹⁴⁹ COSTA, Nelson Barros da. As letras e a letra: o gênero canção na mídia literária. In: DIONÍSIO; MACHADO; BEZERRA (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**, 2007, p. 120.

Assim, os estudos sobre o poema na sala de aula geraram um artigo intitulado: *Abordagem do poema: roteiro de um desencontro*, por José Helder Pinheiro Alves¹⁵⁰. Preciso dizer mais?

Seguindo com as análises, defendo que, para os professores, a escrita deficitária, com relação ao que espera a lógica acadêmica, deve ser objeto de investigação e de preocupação que possa deflagrar a aplicação de estratégias capazes de transformar o estado de coisas constatado. Por isto, a compreensão do texto como processo – e não como produto – de um sujeito-leitor- em constante construção, é indissociável de uma prática responsável que busque contribuir para uma formação adequada.

Assim, considero relevante fazer emergir algumas contribuições, encontradas em discussões de pesquisadores que privilegiam os estudos linguísticos ligados às teorias da cultura, assumindo pontos de vista coerentes com meus apontamentos e que podem, portanto, sustentar teoricamente uma série de dados engendrados pela análise do corpus em questão.

Na esteira das discussões sobre letramento, a partir dos anos 80, respaldadas pela antropologia, psicologia, etnografia, história social e cultural, encontro forte disposição para um radical esgarçamento das rígidas fronteiras que (como alguns ainda acreditam) separam o oral e o escrito. A coletânea organizada por Inês Signorini, *Investigando a relação Oral/Escrito e as Teorias do Letramento*¹⁵¹, tocou em pontos fulcrais para as questões que levanto ao tentar compreender, através da escrita, o universo dos leitores sobre o qual nos debruçamos.

Tomando destes pesquisadores as noções que me interessam, vejo como particularmente importantes as ideias de autoria, hibridismo e hete-

¹⁵⁰ ALVES, José Helder Pinheiro. *Abordagem do poema: roteiro de um desencontro*. In: DIONÍSIO, Ângela P.; BEZERRA, Maria A. (Orgs.). **O livro didático de português - múltiplos olhares**, 2005.

¹⁵¹ SIGNORINI, Inês. (Org.). **Investigando a relação oral /escrito e as teorias do letramento**, 2008.

rogenidade da escrita. Para a primeira, Tfouni¹⁵² propõe um alargamento em relação à categoria de autor, buscando nela incluir os produtores de textos, orais ou escritos, que são sujeitos de seu texto, ou seja, assumem seu texto, mesmo que vejamos isto, através da escrita ditada por uma força inconsciente.

No caso deste artigo, a pesquisadora centra suas análises, geradas por efeitos morfológicos ou sintáticos, na dispersão e na deriva – para a linguística textual: a falta de coesão e a coerência –, mostrando que, para controlar as fugas, este autor não pode ser refém do inconsciente. No entanto, sabemos do poder do inconsciente, que, em muitos momentos, controla os processos do sujeito e, assim, o autor não pode vencer aquilo que, muitas vezes, não está sob suas rédeas. Como eu, a autora acredita que a noção de autoria, conforme vista, ancorada pela psicologia e sociologia, leva em conta elementos extra-textuais, e pode mostrar que o processo de escrita não acontece com transparência, não é linear ao longo da escolaridade, não sendo, portanto, linear a relação escolaridade/domínio da leitura/escrita.

A segunda noção que me interessa é a de hibridismo da escrita, grosso modo, anteriormente entendida por alguns estudiosos como a interferência do oral no escrito. Abandonando tal ideia de contaminação da escrita por formas da oralidade, Signorini¹⁵³ busca demonstrar que tanto a segunda quanto a primeira interpenetram-se para cumprir funções comunicativas definidas pelos interlocutores, durante a interação nas práticas sociais (não entendamos esta definição dos interlocutores de forma simplista). Assim, a pesquisadora desconstrói a hierarquia que pregava a inferioridade do oral, para colocá-lo em posição de igual importância, figurando ao lado da escrita. Desta forma, os gêneros textuais podem com-

¹⁵² TFOUNI, Leda Verdiani. **A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento**, 2008.

¹⁵³ SIGNORINI, Inês. Construindo com a escrita outras “cenas de fala”. 2008. In: _____. (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**, 2008.

portar textos produzidos no continuum e nos imbricamentos entre o oral e o escrito, colocando-os como uma categoria possível de existir somente *a posteriori*, a partir das práticas de letramento.

Segundo a autora, o hibridismo apresenta graus e níveis diferenciados e sua constatação depende das posições ocupadas pelos sujeitos¹⁵⁴, tanto em situação de produção quanto de recepção. Nesta linha, pensando a “interferência” do oral no escrito, o texto chama a atenção para a (in) visibilidade da escrita, que dependerá do receptor, ou seja, não é *uma evidência possível de ser identificada por qualquer leitor, em qualquer situação*¹⁵⁵. Aqui se estabelece claramente um diálogo com o historiador Roger Chartier, quando afirma ser a recepção na leitura um fenômeno datado e situado historicamente.

Evidentemente, esta escrita híbrida não é prevista pelos padrões de teorização e avaliação da escrita, prestigiados nas instituições escolares e acadêmicas e nem são percebidos como heterogêneos da mesma forma como são reconhecidos em suportes como a internet, nas mensagens dos internautas, conforme se viu exemplificado no texto do jornalista Zeca Camargo.

Por último, para esgotar os pontos relevantes, trago a noção de heterogeneidade da escrita, e conseqüentemente de letramento, defendida por Corrêa¹⁵⁶, situando o último para além do que supõem as discussões de Magda Soares¹⁵⁷, que, mesmo flexibilizando o conceito de letramento em graus ou níveis, tem como marco a alfabetização e a inserção dos indivíduos em práticas de leitura e escrita diretas ou indiretas. Avançando

¹⁵⁴ Signorini (2008) utiliza o termo “interactantes”.

¹⁵⁵ SIGNORINI, Inês. Construindo com a escrita outras “cenas de fala”. 2008. In: _____. (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**, 2008, p. 99.

¹⁵⁶ CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino do português. In: SIGNORINI, Inês. (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**, 2008.

¹⁵⁷ SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**, 2006.

no percurso, letramento, para o pesquisador, é algo que deve ser pensado não a partir da alfabetização, mas de uma situação anterior a ela, em que o indivíduo, podendo não estar inserido em práticas mesmo indiretas de leitura e escrita, ajude a formar, através dos textos orais, a memória cultural de um povo.

Este autor prossegue postulando a existência da *heterogeneidade da escrita* em contraponto a uma *heterogeneidade na escrita*, pois, segundo ele, reconhecer a segunda forma como pertinente a práticas de produção de textos é reconhecer também uma contaminação do oral no escrito, num sentido negativo. Esta contaminação, assim, deveria ser evitada, o que tornaria a estabelecer a primazia da escrita sobre a oralidade. Por outro lado, entendendo a *heterogeneidade da escrita*, poderíamos enxergar o texto como processo e não como produto imperfeito sempre a perseguir um modelo ideal de escrita.

Nesse sentido, o produtor de textos está envolvido em uma teia de processos muito complexos, em que participam todas as tentativas de resolução de conflitos que envolvem a apropriação do escrever: as questões ortográficas, que não são baseadas em transcrições fonéticas; a própria constituição da língua, enquanto sistema dinâmico, assentado sobre os postulados de diacronia e sincronia de Sausurre; e todos os outros fatores dialógicos em jogo durante o processo em que o “escrevente”¹⁵⁸ materializa suas ideias em texto, como sua intenção, seu leitor, a escrita institucionalizada à qual deve submeter a sua própria, dentre outros. Para Corrêa, o campo da pedagogia e mesmo o campo da linguística deixam a desejar, quando se esquecem dos processos envolvidos na produção de textos e continuam privilegiando um modelo de escrita que, até hoje, na verdade, não está claramente, nem coerentemente, descrito em nenhuma bibliografia.

¹⁵⁸ Corrêa (2008) emprega o termo para se referir àquele que escreve, ou seja, o produtor do texto.

Merece também destaque o fato de a pesquisa de Corrêa incidir sobre textos de vestibulares, aproximando-se mais dos problemas de leitura e de escrita do ensino superior, que, excetuando-se os resultados divulgados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) – e poucos pesquisadores como Dauster¹⁵⁹, parecem intocáveis para as pesquisas.

Até aqui, trouxe ideias que vão ao encontro de minhas proposições, mas é preciso balizar, dentro das afirmações de Corrêa, o seguinte argumento:

A consideração da presença do oral no escrito como nefasta para o texto escrito é, portanto, resultado de um posicionamento de quem julga o produto escrito a partir de uma escrita idealizada, supostamente exemplificada nos grandes autores. Curiosamente, os mesmos autores que demonstram, em seus textos, **um trabalho sofisticado com a heterogeneidade da escrita**¹⁶⁰, e que muitas vezes são considerados grandes exatamente por causa desse trabalho.¹⁶¹

Tal proposição merece ser problematizada, pois considero bastante apressada e generalista a conclusão do pesquisador que envolve certos “nós”. É nítido o fato de que existem posturas preconceituosas e elitistas, sejam por quais motivos forem, ao pensar também as linguagens, pois as experiências culturais nos mostram isso.

Mas, passando os olhos pela escola que temos, desde alguns anos até hoje, como vemos nos registros da pesquisa, não é possível perceber que os professores sejam capazes de idealizar a escrita de seus alunos, de acordo com os grandes escritores, porque grande parte dos professores não é leitora (de grandes autores), não tendo, portanto, parâmetros para detectar a curiosidade exposta pelo autor, ou seja, a de que os grandes autores são grandes por causa do trabalho com a linguagem.

¹⁵⁹ DAUSTER, Tânia. “Os Universitários”: modo de vida e práticas leitoras, 2006.

¹⁶⁰ CÂMARA, 1962, *apud* CORRÊA, 2008, p. 147. Grifo do autor.

¹⁶¹ CORRÊA, Manuel Luiz Gonçalves. **Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino do português**, 2008, p. 147. Grifo nosso.

Se por um lado, temos estes professores não-leitores, por outro, ao considerarmos a parcela de professores leitores de grandes autores, que é uma parcela bem pequena, duvido muito de que este não soubesse reconhecer a literariedade presente nos textos destes autores, seguindo, assim, para um encaminhamento básico de sua prática: explorar com possibilidades mais amplas os limites e (des)limites entre os diferentes gêneros textuais, neste caso, os informativos e os literários (sem colocá-los em campos dicotômicos, pois já mencionei o apagamento das fronteiras rígidas).

Entretanto, pode também haver uma parcela de profissionais que, sendo leitora ou não, esteja também agarrada à gramática normativa, de tal maneira, que a escrita machadiana do século XIX continue a ser o modelo; e, considerando que as gramáticas normativas utilizam como exemplos dos grandes autores, elementos estáveis, com usos limitados, possíveis de serem listados, a escrita ideal está mesmo nos grandes autores. A própria linguística já provou a limitação das gramáticas normativas.

Apesar disso, afirmar que alguns grandes autores – sim, porque Corrêa não cita nenhum – são grandes justamente por causa do trabalho de heterogeneidade da escrita, exemplificando apenas com a presença do oral no escrito, é tentar desatar um dos nós de forma bastante simplista, já que a arte encontrada no texto literário é resultado da presença de elementos ligados ao estético e também de uma conjunção de outros tantos e não se trata, portanto, de uma simples inserção do oral no escrito.

Embora minha posição pregue o apagamento das rígidas fronteiras, não posso deixar de reconhecer as diferenças entre aquilo que, num texto, é resultado de expressão estética, capaz de gerar prazer, por ser arte, e outros elementos que se fazem presentes, porque estão ligados à construção de uma subjetividade, que mergulha em contradições e, muitas vezes, não alcança o que deseja a sua própria expressão ou vê-se compelido a suspêndê-la por motivos tão seus.

Problematizando ainda mais, trago dois textos que nos oferecem um material interessante para a discussão formulada.

Machado de Assis, em seu *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, usa o recurso da pontuação, no capítulo *O velho diálogo de Adão e Eva*, entre os pensamentos de Virgília e Brás Cubas, oportunizando ao leitor que ele preencha os vazios com sua imaginação. Machado fornece elementos capazes de ativar a criatividade do leitor, em contato com o contexto do romance, desde que o mesmo acesse os intertextos necessários. Embora Machado de Assis seja leitura comum na área de Letras, vejo por bem trazer o fragmento do romance, porque, visualizando-o, temos condições de recuperar os sentidos do texto e comparar com mais proximidade, podendo perceber os recursos e os efeitos de uma e de outra escrita.

CAPÍTULO 54

/.../Naquela noite não padeci essa triste sensação de enfado, mas outra, e deleitosa. As fantasias tumultuavam-me cá dentro, vinham umas sobre outras, à semelhança de devotas que se abalroam para ver o anjo-cantor das procissões. Não ouvia os instantes perdidos, mas os minutos ganhados; e de certo tempo em diante não ouvi coisa nenhuma, porque o meu pensamento, ardiloso e traquinas, saltou pela janela fora e bateu as asas na direção da casa de Virgília. Aí achou ao peitoril de uma janela o pensamento de Virgília, saudaram-se e ficaram de palestra. Nós a rolarmos na cama, talvez com frio, necessitados de repouso, e os dois vadios ali postos, a repetirem o velho diálogo de Adão e Eva.

CAPÍTULO 55

O Velho Diálogo de Adão e Eva

Brás Cubas

.....

Virgília

.....

Brás Cubas

.....

.....

Virgília
.....!
Brás Cubas
.....
Virgília
.....
.....?
.....
Brás Cubas
.....
Virgília
.....
Brás Cubas
.....
.....
.....!
.....!
Virgília
.....?
Brás Cubas
.....!
Virgília
.....!

A seguir um fragmento do diário de leituras de um dos participantes do círculo que utiliza semelhante recurso, mas não para gerar o mesmo efeito, como o desejado pelo escritor acima citado. Na verdade, a partir desta escrita, tomamos contato com uma parte da história escolar de um indivíduo, que usa o recurso da pontuação, para dizer de sua imensa decepção com o julgamento exposto pela professora sobre seu desenho, que, segundo ele, levou dias e dias para ser feito.

“Não tive modelo de leitura, pai me falava que um filho só que tinha vivia pensando em ler sobre guerra e não lia a Bíblia ou outras bibliografias”. /.../ Quando estava na 6ª série a professora de educação artística pediu um desenho pessoal. Eu fiquei dias e dias desenhando uma batalha naval e aérea e terrestre, quando ela olhou?!?!? me bloqueio-me queria fugir de todos e de casa. (CLA-RL).

Como poderíamos interpretar a intencionalidade do produtor do texto na suspensão da escrita e na substituição pela pontuação? Aqui não se tem literatura. Em um texto que nos deixa ver que o julgamento foi o pior que se pode supor, inclusive pelos elementos posteriores que esclarecem a reação do autor do desenho diante da ação da professora, o que salta aos nossos olhos é o sentimento do estudante, que, ao ser convidado para um retorno a sua vida escolar, traz de volta um menino, que não dá conta de expressar em palavras a ação docente.

O resultado, como vemos, é o bloqueio que o próprio produtor do texto nos mostra, afirmando seu desejo em fugir de tudo, pois a crítica às suas preferências e seu desempenho não estão somente na escola, mas começam com o pai, como se pode verificar.

Deslocando o foco do leitor/escritor para o escrito, certamente verificaremos que os resultados estéticos não são os mesmos. Sem hipocrisia, afirmo estarmos em terrenos distintos, de “autores” com expressões distintas. Isto não significa, no entanto, excluir, nas práticas de leitura e escrita, os textos que, mesmo não sendo literários, apresentem formas híbridas e heterogêneas. Foi justamente a inclusão deste tipo de texto e a sensibilidade de perceber a heterogeneidade da escrita a favor de um sujeito que me permitiu, neste momento, avançar no caminho destes estudos.

Precisamos, então, trabalhar de forma tensionada, coerentes com o nosso tempo, para que não nos tornemos populistas, nem elitistas, nem preconceituosos e nem praticantes de um vale tudo. Toda esta exposição ilustra bem minha proposta, mas se perdermos as dimensões apontadas, inclusive a dimensão do literário, podemos nos ler somente a nós mesmos e esquecer todo o percurso brasileiro de trabalho estético com a escrita.

Lembremos outra vez de Ítalo Calvino, já mencionado no início deste estudo.

Depois de tudo, resta apenas dizer que não é gratuita, no texto de Corrêa, a presença da expressão **trabalho sofisticado com a linguagem**,

referindo-se aos grandes autores, o que nos auxilia a fechar este ponto das discussões.

Para provar que estamos num campo minado, em que as teorias apresentam armadilhas, avanço por um outro viés e penso, agora, no plano da narrativa dos grandes autores a visibilidade da oralidade, conquistada através da fala dos personagens “marginais”. Tomo exemplos canônicos, como os personagens criados por escritores como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos e outros e veremos que o caboclo, dono da oralidade que gera a heterogeneidade da escrita, ganhou voz, mas pela caneta do intelectual.

Preciso lembrar que toda a crítica literária lê a obra *Grande sertão: veredas*, pelo viés da literariedade, e isso significa dizer que a voz do caboclo é recoberta pela arte literária criada pelos escritores; nesse sentido, o caboclo é, portanto, uma ficção. Ganha visibilidade a construção estética e não a concreta oralidade do personagem, que é, sempre, lida pelo olhar “folclórico” das várias gerações de críticos. Podemos nos perguntar o que seria da oralidade de Diadorim, Riobaldo e outros personagens, sem a “pena” mágica de Guimarães Rosa? Aqui, fecho com Affonso Romano: *Há que saber nomear as rosas e conhecer suas diferenças, quando não seja para apreciá-las, pelo menos para não enviar equivocadamente rosas brancas quando se quer enviar rosas vermelhas, pois a diferença cromática é já uma mensagem.*

Para mim, no entanto, a experiência estética também não se reduz ao objeto artístico, ela existe a partir dos jogos de sentidos deflagrados no contato entre o sujeito e o objeto.

Assim, alcanço a saga dos textos de Guimarães, no universo de recepção de uma leitora, despida de algumas referências de crítica, e o texto, ao invés de provocar-lhe prazer estético, ao contrário, faz com que a leitora caminhe por um território de interpretação muito particular: “Considerarei um dos pensamentos de Guimarães Rosa, um tanto quanto preconceituoso em relação aos pobres, o pensamento é: “Na panela do pobre

tudo é tempero”¹⁶². “Embora não queira dizer exatamente isso, ofende um pouco, a classe menos favorecida” (VEL-DL, p. 5-6).

Na carta de Guimarães, o provérbio, em meio ao contexto, traduz o desejo do escritor de trazer liberdade para a escrita do livro *Sagarana*, esgueirando-se dos limites colocados por escolas literárias e outras amarras. Mas a leitora insiste em ler, a partir de sua percepção, mesmo, ao que consta, sabendo não ser o que o escritor desejava expressar.

Por todos esses diálogos, nenhuma escrita foi excluída do presente estudo; mesmo aquelas consideradas “precárias” – que em muito se distanciaram do que espera a lógica acadêmica – forneceram dados para refletirmos sobre os locais da cultura ocupados pelos sujeitos, muitas vezes, determinantes, outras vezes, coadjuvantes, presentes em sua construção, enquanto leitor.

Vale a pena incluir, neste estudo, a comparação entre escritas que apontam para extremos, quando a questão se refere a: **crítica, posicionamento e lógica da escrita**.

Algo que me chama bastante a atenção, com relação à crítica e assunção de posicionamento, está exposto nos fragmentos abaixo, quando a leitora se mostra avessa a opiniões unidimensionais e percebe o teor dos textos manipuladores. No texto *Diário de uma criança que não nasceu*, de autor desconhecido, o autor utiliza como recurso, para comover o leitor, a narração do desenvolvimento de um feto, durante os quase nove meses de gestação. Propositalmente, é o próprio feto quem narra seu progresso e o vocabulário infantilizado, procura imitar proximamente a voz do narrador. Mas ao final do texto, o leitor que ainda não percebeu a intenção do autor (neste caso ela é importante) e nem leu a partir do título, pode ter uma surpresa, pois a última frase do texto é: *Hoje, mamãe me assassinou!*

¹⁶² Em carta de Guimarães Rosa a João Condé, explicando a escrita do livro *Sagarana*.

Pela tentativa de manipulação, que não quer discutir, mas convencer, a leitora não perdoa e, com firmeza, se coloca: “Se a intenção do autor foi discutir aborto ele só conseguiu mover pensamentos sentimentais e não de reflexão sobre o assunto. A dramaticidade não respeita outras situações de aborto como o espontâneo, o de risco para a mãe até mesmo a questão do estupro” (SUS-DL, p. 13).

Mesmo utilizando termos antagônicos, como *pensamentos sentimentais*, nós notamos que a leitora percebe o caráter apelativo do texto, quando, indiretamente, chama o autor de irresponsável, pois afirma que o mesmo não chama o leitor à reflexão. Inclui, ainda, o termo *dramaticidade*, para dizer da atmosfera dramática criada pelo autor, sem olhos para outras situações que envolvem questões tão sérias. Em outro momento da recepção de textos, desta vez um quadro, *O jardim das delícias terrenas*, de Bosh, 1873, a leitora, tropeçando na dificuldade de expressão escrita, emenda:

Essa pintura fez-me lembrar do livro de Ronaldo que aborda a ‘morfologia dos atos luxuriosos, atos de prazer ilícito’ e também a bestialidade, o sexo animalizado e a concepção de um modelo de moral judaico-cristã. O pintor retrata a bíblia mostrando que a luxúria levava ao inferno. Mas se pensarmos nos dias atuais a nossa realidade mostra tudo do segundo fragmento da obra. Existe prazeres, orgia, bestialidade, alcoolismo, drogas, etc. Então neste mundo de tentações e só com a certeza de inferno como fim e se no inferno existe tudo isso o ser humano é bem capaz de não querer ir para o paraíso. (SUS-DL, p. 14).

Para finalizar, a criticidade retorna a ela mesma, a fim de pesar os prós e contras do seu processo: “/.../ tenho problema em escrever mais tudo para mim tem uma forma de espessar e hoje neste momento e o diário que esta dando esta oportunidade se estão bem escritos ou não sei que estou em construção /.../” (SMS-DL, p. 21).

Ainda sobre posicionamentos, é interessante a escrita da leitora que, perplexa com a atitude do narrador, comenta o texto de Clarice, *A Solução*:

“/.../ Obs. Não gostei dessa afirmação: ‘De que os elefantes são criaturas extremamente sensíveis’”, está comparando Almira com um elefante’” (VEL-PT, p. 23).

Contra-pondo-se ao discurso crítico anterior, encontramos uma escrita organizada, lógica e disciplinada, como o discurso que ela veicula; mas, apesar da escrita organizada, traz somente paráfrases dos textos lidos. Em todas as produções, pedia para que o leitor opinasse sobre as leituras, o que parecia não ter sentido, haja vista a persistência desta escrita prestadora de contas, por dias a fio, desde o primeiro texto, em 08 de março de 2004.

Finalmente, depois de um mês de produção no diário, no mês de abril, temos o fechamento de um texto, em que vemos um sujeito apresentar-se: “Sou contra qualquer tipo de invasão, o diálogo ainda é a melhor forma de resolver os conflitos.” Estas poucas linhas de posicionamento, ao final das paráfrases, perduram por mais um período, até que o leitor, no mês seguinte, inverte o processo e a crítica antecede ou entremeia o comentário sobre o texto que a originou.

É interessante ainda comentar, que, ao qualificar a escrita deste diário como uma espécie de “prestação de contas”, podemos articular, com um dos textos que o produtor transcreve, de Laurindo Rabelo, o poema, *O tempo*: “Deus pede estrita conta de meu tempo./ É forçoso deste tempo já dar conta,/ Mas, oh! Como dar em tempo tanta conta,/ Eu, que gastei sem conta tanto tempo?”

Como coincidências não existem para as pesquisas, claro está que a “prestação de contas” detectada tem um primeiro fio preso a outras situações da vida do leitor/ escritor e estes fios vão se entrelaçando, até alcançar a expressão escrita. Confirmo, assim, a não-linearidade dos processos que envolvem a produção escrita, tanto do ponto de vista da forma, quanto do conteúdo. Explicar desta maneira pode sugerir certa contradição, já que nem mesmo os dois, forma e conteúdo, podem ser rigorosamente separados.

Importa também destacar que o fragmento transcrito a seguir mostra, em muitos momentos, o baixo poder dos ambientes escolares para sensibilizar o leitor e, outra vez, é a mídia que o arrebanha. Sobre o Santo Graal e o livro *O código da Vinci*, a leitora comenta: “Já estudei em literatura sobre o assunto, mas nunca entendi nem dei importância ao assunto, somente com a reportagem da revista que comecei a me interessar no assunto” (VEL-DL, p. 6-7).

Mais adiante, o que chama a atenção é o aparecimento de ironias, um processo, como nós sabemos, que envolve muita sofisticação de pensamento e, para conseguir seu intento, a autora articula noticiários e publicidade televisivos, a fim de contrapor à notícia da produção cultural brasileira.

O cineasta brasileiro Walter Salles está concorrendo ao prêmio máximo do Festival de Cannes, o principal evento da indústria cinematográfica na Europa. Ele compete com o filme ‘Diário de Motocicleta’ sobre a vida de Che Guevara. É uma boa notícia para o nosso país? Um país que se preocupa com o estado de saúde de Maradona, que se preocupa se os bingos vão fechar, que se preocupa com qual cerveja o Zeca Pagodinho vai ficar? Essa notícia do Salles, é ótima é com isso que devemos pensar. ‘O Brasil vai melhorar’. (VEL-DL, p. 9).

O recurso da ironia não se restringe ao texto anterior e a leitora dá conta de lançá-lo a outro contexto de produção, que funciona muito bem, mas que, à primeira vista, nos chega como um comentário sem grandes pretensões. Sabendo que uma das regras de seleção da leitura de notícias está imediatamente ligada ao interesse do leitor, qual a importância desta notícia, se ela foi eleita como interessante apenas pela leitora? Se nos pautássemos por esta impressão, não chegaríamos ao final do comentário, momento em que se situa a ironia. Vejamos:

Li uma reportagem curiosa numa revista, dizia assim que em Minnesota nos Estados Unidos fizeram uma pesquisa com 14 chimpanzés, filmaram eles durante quatro horas. Os chimpanzés apren-

diam com a mãe a “pescar” cupins, usando gravetos. As fêmeas aprenderam a catar mais cedo, com mais frequência, e conseguiam mais cupins por gravetada. Com essa reportagem está claro que as fêmeas são bem mais inteligentes que os machos. (VEL-DL, p. 10).

O recurso é tão sofisticado que não deixa clara a extrapolação da notícia restrita ao mundo dos chimpanzés e a sua ampliação ao mundo dos seres humanos, mas está justamente aí, nesta semente de dúvida, plantada no leitor, a inteligência da escrita.

Merece atenção de nossa parte a peculiaridade do diário que analiso a seguir, atentando para os aspectos formais dos textos presentes em seu desenvolvimento. Existe nele uma preocupação exacerbada em introduzir-se no que o leitor acredita que seja uma escrita acadêmica. Este diário é o único a apresentar, na segunda página, a transcrição adequada à formatação de um trabalho acadêmico, como uma folha de rosto: a escrita aparece toda alinhada à direita e procurando respeitar a redação indicada para este tipo de trabalho. Na página seguinte, lemos uma breve descrição sobre o comportamento do leitor que será encontrado lá dentro e, virando a página, teremos a seguinte introdução para o comentário do dia: “Aos dezesseis dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e quatro, tenho lido o texto ‘Reconhecimento de Nêmesis’ de autoria de Mário de Andrade, /.../” (ADR-DL, p. 2).

Podemos observar o nível de disciplina e modelagem transposto para a escrita e inferir que esta leitora pretende atender a um contexto formal, buscando aceitabilidade, conforme seu julgamento, sobre o que o contexto acadêmico determina. Advertida por várias vezes, quanto à liberdade de escrita, que deveria ser procurada, prossegue, ainda, insistindo com estas introduções comuns a textos documentais.

Somente depois de muito insistir no abandono de tal prática, pude, finalmente, deparar com uma escrita mais fluente e mais capaz de traduzir o seu sujeito; faz-se com tropeços, é verdade, mas, ainda que apresente

interferências que exijam cooperação do leitor do texto, sem dúvida, desponta a escrita de um “eu”. Vê-se no comentário seguinte, que traz a data descolada do texto, colocada à direita, no alto da página, despontar uma subjetividade.

Ao ler a matéria “Os Perigos da Vaidade” divulgada na revista “Isto é”, pude fazer relação com o filme “O Advogado do Diabo”, pois pode-se perceber entre ambas como a inocência pode ser corrompida através das promessas de poder, de riqueza ou até mesmo de amor. Com isso, ser poderoso traz certas vantagens, como ter conforto e um padrão de vida superior, no entanto, obter superioridade, muitas vezes, reside o perigo, pois isso nos ajuda a negar nossa verdadeira condição humana. Portanto, ao exigir que sejamos brilhantes, acatamos a cultura moderna alimentando nossa vaidade. No entanto, ao depararmos para a própria imagem, veremos uma sensação de vazio. (ADR-DL, p. 7).

Além disso, outra característica interessante, mas também comum a outros diários, refere-se ao uso de vocabulário muito especializado, da área da teoria da literatura, para comentar as leituras. Presa à cadeia de um discurso formal, prossegue utilizando um vocabulário que, à vezes, soa artificial em sua escrita, pelo fato de não pertencer ainda, com leveza, ao seu próprio. Foi o que pude perceber com o uso do termo “diegese”, por exemplo, criado por Gerard Genette, usado em situações de análise crítica, muito específicas. Este termo atravessa, de forma indiscriminada, vários diários. Revela-se, assim, a tentativa de apropriação do discurso teórico, conhecido pelos estudantes, nas disciplinas do curso de Letras que os leva a afirmar coisas do tipo: *No início do projeto citado meu comportamento enquanto leitora era muito imaturo, as leituras eram pantufas apenas na **diegese** do romance.* Não é possível saber exatamente a que a leitora faz referência (talvez à temática), mas o uso do termo *apenas*, antecedendo a palavra *diegese*, deixa claro que se trata de algo muito simples de ser analisado, exatamente o contrário do campo semântico abarcado pelo conceito.

3.2.3 Comunidades interpretativas

Aparecem também influenciando a leitura as transições de ambientes e, por consequência, o papel das **comunidades interpretativas**, permitindo registrar, com Fish, que o leitor está suscetível às mudanças, pela troca.

Só comecei a fazer parte do mundo da leitura, aos vinte e três anos, no meu primeiro emprego, quando passei a conviver com pessoas completamente diferentes das quais eu estava acostumada a conviver. Foi aí, que aos poucos, comecei a me interessar pelos livros, vivendo num ambiente em que todos sempre estão lendo ou comentando algo a respeito de algum livro lido. Naquela altura eu comecei a me sentir muito perdida por não fazer parte daquele mundo, que parecia ser tão interessante/.../. (ROG-RL).

A identidade profissional ligada à preocupação com a formação do professor-leitor aparece em muitos diários, conforme ilustra o fragmento exposto a seguir. Assim, a leitora comenta:

A relação entre um futuro professor de língua materna e a leitura, deve ser estreita, para que estas leituras possam dar uma boa estrutura ao que o professor pretende transmitir a seus alunos. E para que se possa convencer os alunos, de que a leitura é a base do conhecimento, o profissional deve ser o primeiro a colocar a leitura em prática. (TAT-RL).

Referindo-se ao ato de ler e às suas percepções sobre a leitura escolar o leitor registra, aproximando-se das teorias de formação do leitor:

A leitura de diversas modalidades de textos tem sido enfocada, em nosso círculo de leitura. Para uma grande maioria dos alunos ler é difícil. A leitura, que deveria ser uma atividade prazerosa, de busca de novos conhecimentos, é, para a maioria dos estudantes, cansativa e desconfortável que não traz nenhum prazer. A leitura possibilita um maior grau de compreensão do mundo, e tem me ajudado muito na análise de texto. (MAR-RL).

E, ainda, com relação à leitura sem aproveitamento, a de cumprimento do ritual, em sentido vazio, o leitor se posiciona:

A leitura não deve ser uma atividade obrigatória nas escolas. Deve-se achar um caminho no qual faça com que o aluno se interesse por ler sem que seja feita uma imposição, pois em vez do aluno tomar gosto pela leitura, acaba tomando ódio. Ao invés de lermos vários textos sem que prestamos a atenção devida que ele merece, por que não lermos, mas assimilando a mensagem que ele nos propõe? (JOR-RL).

Nota-se, a seguir, o registro de uma prática escolar descolada dos livros didáticos, que, no entanto, não se mostra profícua para o leitor que dela participou, pois a memória desta prática permite-lhe apenas fornecer uma descrição superficial, que o prende a comentários relacionados ao tamanho dos textos e à presença ou ausência de “figuras” nos mesmos. A causa para o acontecimento desta prática está na recusa às aulas cansativas e a consequência, na aplicação dos comentários em produções de textos dissertativos. É possível verificar uma boa intenção do professor, ao dividir com os alunos as escolhas dos textos, mas não vemos os desdobramentos esperados.

No 1º ano do Ensino Médio, a professora de língua portuguesa sempre levava textos para serem discutidos em sala de aula, esse trabalho era feito uma vez por semana. Os textos eram variados, pois eram escolhidos pelos próprios alunos e pela professora, alguns textos possuíam figuras outros não, uns textos eram longos, outros curtos, enfim tudo isso para não ficar aquela aula cansativa. Os comentários que eram feitos em sala serviam para ser aplicados nas dissertações que eram pedidos pela professora. (KEI-RL).

Todos, sem exceção, se sentem insatisfeitos com a escola, que de alguma forma falhou no auxílio para a formação de leitores, como exemplificado pela voz destes estudantes. O fragmento seguinte revela a importância das práticas de leitura, acompanhadas de mediação adequada, pois,

muitas vezes, as queixas dos leitores encaminham-se para as dificuldades sobre o como ler: “/.../apesar de anteriormente ter tido um pequeno contato com a leitura eu não sabia como ler e o que ler, ou seja, passei a ter uma visão bem crítica do que lia, as leituras passaram a ter objetivos maiores” (GER-RL).

Logo abaixo, a consciência sobre estar “em construção” pode revelar para muitos a presença de um mero clichê, mas, ligando as reflexões da leitora em sua cadeia argumentativa, vemos tratar-se de um pensamento que permeia suas afirmações. Perceber que as leituras sempre nos colocam objetivos maiores e que, por isto, o leitor nunca está pronto, remove, definitivamente, a expressão *em constante construção* de estar inserida na categoria de clichê e a coloca em compasso com as teorias que se debruçam sobre pesquisas ocupadas com a formação de leitores.

Então, partindo do princípio de minha trajetória como leitora em constante construção posso dizer que estou engatinhando nesta caminhada longa em busca do desenvolvimento de habilidades ligadas ao que considero um leitor ideal. Saber usar as palavras, produzir bons textos e saber fazer intertextos do que é lido com as questões em que estamos envolvidos na vida é uma das características de um leitor mais maduro, contudo o leitor nunca está pronto. (GER-RL).

Dentre todos os benefícios proporcionados pela leitura, vista como forma de ampliar conhecimentos sobre si mesmo e o mundo, emerge a crença no poder daquele que é leitor e que, por isto, tem condições de dominar o outro. Segundo esta leitora, nos livros está a possibilidade de se obterem meios, não apenas fortes, mas “fortíssimos” de influência sobre outras pessoas.

Por fim, minha concepção como leitora é insuficiente, porque gostaria de ter mais tempo para os livros, para que tivesse meios fortíssimos de influência sobre as demais pessoas, porque ler é uma forma de conhecer o mundo real e irreal que nos rodeia, é uma forma de conhecer a si próprio, além de que o profissional que

tem uma boa relação com os livros é de grande importância para o futuro de uma criança, pois a mesma vê o professor como exemplo e esse motivo influencia muito na vida pessoal e profissional de qualquer ser humano. (JOZ-RL).

E, como Clarice Lispector, a leitora acredita que: “*A palavra é meu domínio sobre o mundo*”.

A percepção com relação ao desenvolvimento dos participantes do círculo tornou-se bastante aguçada e a sensibilidade para com o trabalho do outro aparece registrada por muitos, como está exemplificado adiante.

Um projeto importante vem sendo desenvolvido/.../ é o “Círculo de leitura” que faz com que nós alunos tomemos gosto pela leitura e melhoramos nossa interpretação textual. Nota-se claramente a evolução dos alunos de minha classe em relação as leituras e interpretação de textos. Pessoas que tinham dificuldades nos anos anteriores, hoje conseguem desenvolver os textos com mais desenvoltura e produzirem textos muito melhores que antes, como é o caso de uma de nossas amigas que não citarei o nome no momento. Textos que pareciam de difícil entendimento, muitos deles se tornaram fáceis como, por exemplo, algumas obras de Machado de Assis. (JOR-RL).

3.2.4 Obstáculos da linguagem

Mostro, agora, um aspecto interessante que diz respeito ao emperramento da leitura, forçado pelos **obstáculos da linguagem**. Mario Vargas Llosa, ao nos contar sobre como usou a obra de Euclides da Cunha para escrever *A Guerra do Fim do Mundo*, dá-nos a ver sua experiência de leitura com *Os Sertões*. Apesar do interesse pela obra, Llosa não deixa de mencionar o esforço inicial necessário para “entrar dentro” da linguagem difícil de Euclides, conforme declara em texto por ele inscrito e por mim transcrito a seguir.

Ler *Os Sertões* e isso foi definitivo. O livro é tão rico, tão estimulante, que compensa o esforço que eu tive a princípio para entrar dentro da linguagem complicada de Euclides da Cunha. Para mim, *Os Sertões* é das melhores experiências que tive como leitor. Foi realmente o en-

contro com um livro muito importante, com uma experiência fundamental. Um deslumbramento, realmente, um dos grandes livros que já se escreveram na América Latina. E isso foi decisivo, isso me deu toda uma curiosidade e um interesse enorme pelo tema de Canudos e também pelo personagem de Euclides da Cunha/.../.¹⁶³

Dialogando, pelo avesso, com Llosa, uma das leitoras do círculo explícita que não consegue superar a dificuldade da leitura do livro de Euclides, mas encontra uma saída, com Danyel Pennac, apropriando-se da teoria do autor e dos direitos imprescritíveis do leitor: “Bom, algo quase impossível de ler é o tal “*Os Sertões*”, de Euclides da Cunha, mas como eu conheço os direitos do leitor **vou usar o direito de pular páginas**”¹⁶⁴ (IZA-DL, p. 3).

Apesar da “quase” impossibilidade de ler Euclides, notamos, assim, um esforço em conhecer a obra, ainda que seja um conhecimento considerado superficial, pois dentre os dez direitos do leitor, está o *direito de não ler* e a leitora não se utiliza desta prerrogativa.

Ainda importa registrar sobre as leituras do livro de Euclides, as contradições em que mergulha o leitor. Inicialmente, aparece nos diários a menção a *Os Sertões* cuja qualificação corresponde a “um belo e prazeroso livro que retrata bem a vida das pessoas oriundas dos sertões nordestinos” (JTO-DL, p. 6).

Mais adiante, encontramos uma comparação entre o livro e o filme, ambos estudados na disciplina de literatura brasileira, deixando explícita a dificuldade em penetrar na linguagem da obra impressa de Euclides – mais acessível às “classes cultas” – e a facilidade de penetração, oferecida pela transposição cinematográfica. “A obra escrita traz uma linguagem totalmente de difícil entendimento, voltada para as classes mais cultas, coisa que não acontece no filme que traz uma linguagem tipicamente cabocla, representando bem a fala do povo do sertão” (JTO-DL, p. 8).

¹⁶³ Boletim Informativo do Programa Nacional da Leitura e do Livro (PNLL).

¹⁶⁴ Grifo nosso.

Seguindo o percurso no diário do leitor, que chega ao final da leitura, vemos que o livro, anteriormente citado como belo e prazeroso, transforma-se numa narrativa longa e pouco acessível ao “leitor comum”. Neste caso, a adaptação para o cinema é capaz de satisfazer o leitor, que vê desaparecer o obstáculo criado pela linguagem e, assim, finaliza, sobre o livro: “/.../ confesso que não gostei. Além de muito longa a história, ainda é de difícil entendimento. O filme é muito mais interessante” (JTO-DL, p. 9).

Já para um leitor mais disposto, o fato de o texto ser pouco atrativo, em relação ao seu gosto, não é motivo de impedimento para prosseguir com comentários, conforme se vê a seguir. Assim, com relação ao gosto temos: o não gostar dos textos pelo fato de não entender, tendo como empecilho a linguagem, ou, ainda, o não gostar devido a critérios subjetivos, ligados ao tema, por exemplo. No primeiro caso, o leitor inexperiente estará diante de um obstáculo e tanto; já no segundo caso, observaremos o avanço pelas camadas do texto, pois o leitor saltará do nível temático (se este não lhe interessou) para outros níveis de análise, como se vê a seguir.

Hoje li o conto, “O jardim de caminhos que se bifurcam” de Jorge Luís Borges. Confesso que não gostei da história. Contudo, percebi uma coisa muito interessante: no círculo de leitura nós lemos um conto desse mesmo autor, Jorge Luís Borges, “A espera”, e pude observar que ambos os contos têm uma característica em comum: o leitor é quem vai escolher um final para o texto, pois o autor escreveu os contos de forma que o leitor, através das várias possibilidades, pudesse continuar os contos e optar por um final ou por vários. (MAB-DL, p. 1).

Além disso, o leitor disposto a seguir, não pauta suas leituras seguintes em preconceitos com relação ao autor, ao contrário, oportuniza o diálogo, não se deixando reduzir pelas impressões de um único texto.

No círculo de leitura li o texto ‘A Escrita do Deus’, de Jorge Luís Borges. Este texto, traz uma história muito legal, em que o per-

sonagem Tzinacan procura decifrar ‘A Escrita do Deus’ na pele do jaguar. Porém mais interessante do que a história é observar o estilo do autor dentro da obra. E foi isso que prendeu minha atenção. Borges costuma em seus textos, falar sobre a questão do infinito e do labirinto, e essas duas características estão bem explícitas neste texto. Por fim, comparando os textos de Borges, ‘O jardim de caminhos que se bifurcam’, e ‘A espera’, lidos em 2003 no círculo de leitura e em Teoria da literatura, com ‘A Escrita do Deus’, posso dizer que todos seguem a mesma linha de construção: a história é bem detalhada ao leitor e o final fica sempre aberto a várias possibilidades. Dessa forma, cada leitor pode continuar a história e imaginar o fim que quiser para ela já que, tratando-se do labirinto, existem infinitos caminhos a serem escolhidos. E cabe ao leitor escolher um e eliminar o outro e o caminho eliminado por um, pode ser escolhido por outro e assim infinitamente. (MAB-DL, p. 11-12).

Retomando a comparação anterior, feita pelo leitor, entre o filme sobre Canudos e o livro de Euclides, quero puxar um fio e levantar a discussão que envolve a afirmação sobre a presença nefasta, como acreditam alguns, da imagem na vida dos leitores, principalmente a televisão. É praticamente de “domínio público” entre professores, a crença de que a imagem é mais “fácil” de ser assimilada que o texto, em sentido puramente linguístico, e isto merece ser revisto, porque se trata de enxergar a recepção de textos de forma bastante reducionista. A facilidade ou dificuldade de leitura está relacionada ao encadeamento de muitos e diferentes elementos nos textos imagéticos, impressos, híbridos e por aí afora, o que será explorado mais adiante.

Convém também demonstrar a sensibilidade de alguns participantes do círculo, ao extrapolarem as práticas de leitura do seu curso e lançá-las para outros contextos, no intuito de verificar aspectos teóricos relacionados à formação do leitor.

O texto ‘A Bomba do Vaticano’, o jornalista aborda um assunto muito delicado, que é sobre o homossexualismo, mas neste texto voltado para os padres. Mário Sabino brinca com o assunto que

esta sendo cada vez mais questionado, cada vez mais argumentado nos jornais. E este assunto é muito delicado, pois os autores ficam do lado dos jornalistas e para os religiosos católicos esse texto é uma crítica de mal gosto contra a igreja. (ALG-PT, p. 15).

É muito interessante perceber o movimento da leitora, quando toma a iniciativa de levar o texto à outra leitora, com formação religiosa mais radical, e concluir que o contexto de leitura e a formação do indivíduo afetarão profundamente sua maneira de ler. Assim, a leitora observa:

Obs: eu pedi a uma amiga católica que faz parte de um grupo de oração para ler e ela me falou justamente o que eu comentei na última linha ‘é uma crítica de mal gosto contra a igreja’. Cada pessoa tem um ponto de vista sobre esse texto, dependendo da formação religiosa que ela tem não quer nem perceber os outros pontos de vista que também estão certos no texto. (ALG-PT, p. 15).

Tal observação permite a ela e a mim concluirmos que, quanto mais mergulhado nos dogmas, mais difícil é para o leitor desenvolver criticidade e ampliar o universo de leitura.

3.2.5 Prazer, identidade e contexto

Trata-se de algo interessante o comentário que se segue, relacionado ao **prazer da leitura**, pois a leitora nos dá a ver as sensações de prazer que experimenta, ao ter contato com o texto, *Rosas Silvestres*, de Clarice Lispector, eleito como uma escrita não absurda, em face da obra da escritora. Notadamente, uma sensibilidade à flor da pele despertada pelo conto, seduz a leitora e ela prova sensações que considera inexplicáveis, misteriosas, maravilhosas. Este bem-estar, este prazer do texto, este deleite, nos dizeres de Roland Barthes, quer-se mesmo inexplicável. Vê-se um efeito afetivo (ou mais que isso) do texto no sujeito; existe para a leitora, dragada pelo perfume das rosas silvestres, um sentido, mas sem significado, um desfrute.

Dos contos que li até então tem um que gostaria de decorá-lo para, que eu pudesse falar nestes encontros que tem todo ano. O conto é de Clarice Lispector, e chama-se ‘Rosas Silvestres’. Acho esse conto maravilhoso, ele desperta em mim sentimentos inexplicáveis, quando começo a ler me arrepia, me dá ondas de calor, outras vezes de frio. O conto parece ter um mistério (eu que acho). Até parece que não foi Lispector quem escreveu o conto, pois ela só escreve coisas meio absurdas. (VEL-DL, p. 19).

Talvez o mistério ao qual a leitora se refira seja exatamente a fenda erótica de que fala Barthes e nós, *voyers*, que, clandestinamente, observamos, sentimos prazer neste prazer relatado e invejamos a condição antipedagógica desta leitura.

O destaque para o trecho seguinte está na importância atribuída ao fato de ser veiculada em rede nacional uma notícia sobre a produção cultural do estado sul-mato-grossense, fazendo emergir outra vez a importância da **identidade**.

Apesar da informação errônea sobre Joel Pizzini, que não é poeta, mas cineasta, a leitora explicita a importância de ver sua região projetada no cenário nacional.

Estava assistindo ao Jornal Hoje, da rede Globo no dia 10 de outubro e vi uma reportagem sobre Manoel de Barros. Falava sobre o filme ‘Caramujo-Flor’, que Joel Pizzini um outro poeta, fez em sua homenagem. Neste filme metapoético, por meio de uma colagem quase aleatória de fragmentos sonoros, visuais, Pizzini propõe ao espectador um itinerário de leitura para a poesia de Manoel de Barros. Enfim achei importante uma reportagem sobre eles, numa rede de televisão que é assistida por milhões de Brasileiros. (VEL-DL, p. 20).

A valorização do seu lugar é compartilhada por outros participantes, nas situações em que, mais importante que a leitura de um livro, é o fato de este livro ter sido lançado na capital do estado: “No meu dia de leitor, li o livro “meu Pequeno Diamante” de Nilda Alves do Nascimento

to, o melhor de tudo que esse livro foi lançado em nossa Capital Campo Grande – MS” (IVG-DL, p. 10).

Também a temática do índio, comum ao estado, perpassa várias produções e é assunto amplamente tratado em muitos diários. Como é possível prever, os leitores destacam notícias dos jornais e se mostram bastante sensibilizados com a problemática que envolve o índio, na região.

3.2.6 A religiosidade

Também convém assinalar a presença do sagrado, da **religiosidade**, na produção escrita dos diários. Para qualquer dificuldade encontrada, tanto em situações acadêmicas, quanto em outras, extra-acadêmicas, a saída foi colocada sob a guarda de Deus, este proveniente de diversas religiões cristãs: evangélicas e católica. Sem exceção, todos os diários, num momento ou noutro, remetem a Deus, conforme se exemplifica.

Ainda em relação ao concurso, pude ler também a Legislação que rege os policias militares do estado do Mato Grosso do sul, seu estatuto e algo como a parte especial do Código penal Brasileiro e parte Geral do Código processo penal, tudo para a realização do concurso que, infelizmente, não obtive nota suficiente para estar classificado dentro do número de vagas oferecidas. Mas como tudo acredito que vem da vontade de Deus, tenho que me conformar com o que foi merecido, pois, apesar disto, aprendi sobre cultura e a formação do Estado onde nasci e me criei. (JTO-DL, p. 12).

Esta onipresença torna explícita a forte influência do religioso nesta região e suas possíveis consequências para algumas tendências de leitura, muitas vezes, pautadas em “pré-conceitos”. O estudo do Prof. Nilton, no capítulo I, como vimos, registra a influência da religião, especialmente da Igreja Católica, na colonização do estado do Mato Grosso do Sul e da cidade de Fátima do Sul, corroborando para nossas afirmações sobre o peso dos aspectos culturais e de suas consequências para a formação de leitores.

O sujeito-leitor, contraditoriamente, desenvolve senso crítico, através das práticas da leitura e, em alguns momentos, revelando os embates entre o sagrado e o profano, escorrega nos preconceitos difundidos culturalmente, lendo, por um único viés, questões de extrema complexidade: “Enfim, é um problema muito sério para a sociedade, uma sociedade que está quase achando o aborto uma coisa normal, assim como acham normal drogas, casamento gays, etc.”. (VEL-DL, p.24).

De volta aos lados esquerdo e direito da cidade, cruzando num ir e vir a ponte sobre o rio Dourado, outra leitora, comentando sobre o texto de jornal *A prostituta é uma trabalhadora?* completa, no contradito: “No meu ponto de vista ela é, pois muitas têm que sacrificar o corpo para dar o que comer e sustentar uma família, mas muitas fazem por prazer e mesmo para ganhar dinheiro na vida fácil, sem se importar com o corpo” (SEU-DL, p. 12).

Paradoxalmente, o sujeito se debate entre as teias em que se vê preso, e sobre o vídeo *Diálogos impertinentes*, um debate em torno do feminino e do feminismo, outra leitora se posiciona: “/.../as mulheres precisam “lutar” para que assim consigam a igualdade dentro da sociedade perante os homens” (LEL-PT, p. 27).

Em seguida, comentando o texto *Diário de uma criança que não nasceu*, a mesma leitora derrama ataques às mulheres, responsabilizando-as unicamente por situações-problema em que possam estar envolvidas¹⁶⁵.

/.../só Deus tem o direito e o poder de gerar a vida e de tirar, somente ‘Ele’ e ninguém mais. /.../as mulheres vêem a vida como algo qualquer, não preserva a vida não previne-se, e depois quando se encontra numa situação indesejada, ‘uma gravidez’, se julga no direito de tirar a vida de um inocente./.../ partilhei aqui minha opinião, não aceito o aborto”. (LEL-PT, p. 23).

¹⁶⁵ Sobre o percurso das discussões acerca do feminino, do feminismo e algumas de suas implicações para a leitura da cultura brasileira, ver o estudo desta autora “*Rita Lee - letras e acordos: inscrições do feminino na cultura*” (2000).

Desprezando outros pontos de vista de leitura, observamos a contradição, inclusive em nível de vocabulário, pois não é possível partilhar opiniões radicais. O verbo “partilhar” espera mais discussão, mais troca, sem que, necessariamente, isso possa convergir para uma transformação do pensamento. Em todo caso, temas extremamente complexos merecem atenção igualmente complexa.

Outro comportamento notado nos diários refere-se à repetição de expressões introdutórias nos textos, ao longo de, praticamente, toda a produção. Tal peculiaridade percebida, em um deles, está marcada pela frase: *no meu dia de leitor*. Notamos, através deste procedimento, um esforço empreendido no sentido de se constituir um sujeito-leitor, apesar de se tratar, na verdade, de uma leitora, que insiste na manutenção do termo leitor, no gênero masculino. Transcrevemos o primeiro texto do diário, para efeito de comparação, em relação ao desenvolvimento desta leitora.

/.../ sempre tive uma grande dificuldade, e com esse círculo estou aprendendo muito apesar de ser muito tímida e não dar opinião mas as minhas idéias sempre bate com a da turma. Hoje tenhamos que agradecer muito por esse círculo de leitura, pois temos a oportunidade de interpretar e desenvolver texto através das leituras e está me ajudando muito. (IVG-DL, p. 1).

O texto anterior transcrito, de setembro de 2003, mostra-nos um circular de ideias que progridem pouco, embora a leitora demonstre a atenção e a percepção voltada para o seu entorno e para o momento em que divide as leituras com os outros participantes. Mais de um ano depois, em novembro de 2004, a leitora apresenta a seguinte reflexão:

No meu dia de leitor eu li uma crítica que fala sobre ‘Todos os povos do passado e do presente’, autor desconhecido. Os povos têm dificuldades de aceitar comportamentos, crença e costumes que contrariam os da sua própria cultura. Nós apreciamos e até aceitamos com mais facilidade costumes que sejam parecidos com os nossos, pois vemos o mundo através de óculos formado pela

cultura em que fomos criado e tomamos a nossa própria como padrão para julgar todas as outras. A tendência hoje é buscar um maior entendimento dessas diferenças o que pode ser possível por meio do conhecimento da comunicação e de troca de experiência. (IVG-DL, p. 19).

Comparando este segundo texto ao primeiro, verificamos uma reflexão mais sofisticada, uma análise que extrapola o próprio universo, abarcando, com ele, outras compreensões. Notemos que as ideias mostram progressão e um pensamento conclusivo diante da exposição, reconhecendo que a troca de experiências é fundamental nos tempos em que vivemos para que se articule um entendimento entre as diferenças. Não seria exagero aproximar tal pensamento de teorias já expostas ao longo deste estudo, como em Yunes e Guattarri. O texto ainda apresenta pontos que necessitam de mais trabalho, contudo, o esforço a que a leitora se submete gera transformações significativas também na sua escrita.

3.2.7 O roubo de livros

Aspecto interessante encontrado nas histórias de leitura refere-se ao roubo ou desejo de **roubo de livros**: “O livro que eu me lembro foi de Estudos Sociais, na 4ª série que falava da guerra do Brasil e Paraguai, fiz de tudo para ficar com este livro, mas a professora não deixou e meu pai passava uma educação tradicional” (CLA-RL). Quer dizer, embora a professora impeça o leitor de ter o livro desejado, ele confessa que isto não seria obstáculo para roubá-lo; na verdade, o impedimento revelou-se na honestidade exigida, através da educação tradicional transmitida pelo pai. Vejamos outro fragmento:

O gigante preguiçoso” que foi o último livro que dispus na biblioteca encontra-se comigo até o devido momento, porque, foi tão fascinante que não o devolvi. Depois desse episódio, não emprestei mais livros na biblioteca, porque só me emprestavam se

eu devolvesse o outro, foram muitas as cobranças e bilhetinhos que mandavam para meus pais, o que os deixavam furiosos. Dessa maneira, para escapar desse problema, escondi o livro e falei para meus pais que já o tinha entregue e que a secretária da biblioteca provavelmente não tinha desmarcado, depois de um tempo os bilhetinhos deixaram de chegar, não sei qual o motivo da suspensão dos mesmo, penso que a secretária cansou de escrever e desistiu da cobrança, já que o livro não iria ser entregue. (JOZ-RL).

Nos dois casos relatados, poderíamos justificar o roubo de livros como sendo “coisas de criança” apenas, porque, como nós vimos, os leitores contam estes fatos ligados à infância. Alberto Manguel, porém, ressalta: Podemos relutar em justificar os roubos de *Libri*, mas o desejo subjacente, o anseio de ser, ao menos por um momento, o único capaz de chamar um livro de **meu**, é comum a mais homens e mulheres honestos do que talvez estejamos dispostos a reconhecer¹⁶⁶.

3.2.8 Erotismo e pornografia

Outro momento interessante, dos encontros do círculo, deu-se, com a chegada de um texto, pelas mãos de uma das leitoras, o que nos permitiu recolher dados sobre aspectos relacionados ao **erotismo** e à **pornografia**.

O texto intitulado *Foder*, com suposta autoria atribuída a um autor modernista, Farias de Carvalho, foi causador de uma clara segmentação – como qualquer um de nós poderia prever –, no grupo, entre “conservadores” e “liberais”, ordem e caos (mas a votação para que fosse feita a leitura do texto foi unânime). Para os primeiros, claro, houve o discurso moralizador e, para os outros, os excessos de exposição; no decorrer da conversa, em mesma proporção, os discursos levantavam-se, de um lado e de outro, com exposições excessivas e moralizações.

¹⁶⁶ MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**, 1997, p. 277. Grifo do autor.

Hoje, partindo de Rita Lee, com *Amor e Sexo*, passando pelas *Intimidades* de Luiza Coelho e chegando à teoria, em *O Erotismo*, de George Bataille, temos muito material de discussão sobre as fronteiras entre o erótico e o pornográfico, se é que existem.

Tudo isso à parte, o que me interessou na entrada deste texto foi a possibilidade de poder jogar com as linguagens, trazendo, por exemplo, *O amor natural*, de Drummond e um texto teórico, bastante acessível, chamado *Vaginas Entrelinhas*, de Oda¹⁶⁷, que lia Drummond, à luz de Houaiss e Antônio Cândido. Uma das principais críticas ao poema de Farias referia-se ao vocabulário, conforme exemplificado a seguir, comparando com os poemas de Drummond: “/.../ o autor fala de um mesmo assunto, mas não sendo obsceno e também, ele não usa nomes populares que faz com que o sexo torne algo vulgar, grosseiro e feio” (LEL-PT, p. 22).

Com relação ao vocabulário, este nem sempre foi sinal de literariedade, pois em Drummond, por exemplo, a palavra “bunda” aparece utilizada por várias vezes e não consta que seja um termo poético, erudito. E, ainda, sobre a percepção em torno da discussão temática registro:

Todas as discussões do CIL sempre foram produtivas, não foi diferente quando tivemos a oportunidade de falar sobre o texto ‘Foder’. No desenvolver das discussões centradas em sexualidade e sexo, foram surgindo marcas pessoais de: falta de informação, preconceitos, vergonha e conservadorismo. Isto ficou claro quando poucas pessoas assumiram terem assistido ou terem curiosidade em ver filmes ‘eróticos’. (GER-DL, p. 13).

O exercício de aproximação, pela temática, e o distanciamento, pela linguagem, entre os textos possibilitou aos estudantes aguçar a percepção sobre o fazer literário, sem construir posicionamentos dicotômicos; pensamos em níveis de literariedade, em maior ou menor grau em alguns pontos. Não deixamos de mencionar, claro, o papel do

¹⁶⁷ ODA, Lucas K. S. *Vaginas entrelinhas*, 2004.

leitor na construção destes sentidos todos e, a partir do diálogo, entre estes textos, alcançamos leituras mais equilibradas. Assim, encontramos também:

/.../Poderia se escrever muito sobre este tema, porém o que se quer esclarecer é que o ‘amor’ (sexo) nada mais é que o desdobramento previsível pelo qual a poesia de Drummond passou. Foi de maneira geral bem aceito este texto, pois assume uma linguagem elevada para tratar de um tema tido como baixo, um “amor bem natural. (VEL-PT, p. 31).

3.2.9 Previsibilidade do leitor

Seguindo para a **previsibilidade do leitor**, cabe aqui, uma demora maior nos textos imagéticos. Como diz Chartier¹⁶⁸, a leitura também se faz pela resistência e, ao longo deste estudo há exemplos de muitas leituras nessa linha, apesar de perceber ser tarefa impossível mapear todos os pontos de desvio e resistência pelos quais passa a leitura do sujeito, em contato com os diferentes textos. Como não só de desvio e resistência vive o leitor, vale a pena transcrever exemplos de alguns caminhos escolhidos durante a recepção de textos de quadros e verificarmos traços do leitor ideal, previsível, que emerge diante de alguns textos ou opções de leitura. Foi observado que, no que diz respeito à “leitura” de obras de arte, ao centrar o interesse, prioritariamente, na temática, os leitores demonstram previsibilidade. Nesta prática, os leitores de posse de um livro de pinturas, expressivas a partir do século XIII, podiam fazer escolhas, conforme sua sensibilidade indicasse.

Deram-se as opções: *A adoração dos reis magos*, de Giotto di Bondone (séc XIII), foi uma das opções feitas pela leitora que assim se justificou: *teria condições de explicar detalhes do quadro*. Já que possuía muito conhecimen-

¹⁶⁸ CHARTIER, Roger. **A história cultural**, 2002.

to bíblico, pelo fato de ser evangélica, a cena, que lhe era bastante familiar, no texto impresso, alcançou-lhe rapidamente um sentido, transposta para a imagem.

Também *A tempestade*, de Giorgione (séc. XV), teve, como elemento primordial para a escolha desta outra leitora, a figura da mulher amamentando, além da divergência entre os especialistas em caracterizar a mulher como uma cigana ou como a Virgem-Maria. Existe nos comentários da leitora, o rápido apontar de alguns elementos do quadro, importantes para a leitura das imagens, mas não desenvolve suas impressões: “... Os pilares quebrados, o relâmpago numa cidade deserta o jogo de luz e cor uma mulher com bebe” (SUS-PT, p. 20).

Outro quadro comentado foi *As vaidades da vida humana*, de Harmen Steenwyck (séc. XVII), e a leitora comenta: “Considerarei interessante ver a figura de um livro em meio aos objetos considerados de vaidade pelo pintor” (SUS-PT, p. 20). Esta leitora faz uma interpretação muito adequada sobre a temática do quadro, no entanto, não se sensibiliza com elementos importantes da obra ligados aos efeitos da imagem, como luzes e contornos, entre outros.

Está incluído nas escolhas o *Efeito de outono em Argenteuil*, de Claude Monet (séc. XIX), sobre o qual a leitora limitou-se a dizer de seu gosto em relação a obras impressionistas.

A obra *A Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci (séc. XV) desponta como um interesse do leitor em desvendar a importância do quadro. Também, de maneira previsível, sendo policial militar, comentou sobre *Os Fuzilamentos de 03 de Maio de 1808*, de Francisco de Goya (séc. XVIII).

Embora nesta experiência de leitura elementos como luzes e sombras, cores, perspectivas e contornos tenham sido explorados nas conversas do “círculo”, percebemos que não se tornaram relevantes a ponto de refletirem de forma mais contundente, nas produções de textos sobre os quadros.

Há, entretanto, a exceção do leitor da *Mona Lisa* que abriu a leitura, levando-a para a internet, pesquisando sobre o quadro lido e trazendo de volta à produção de texto. Assim, retorna ele:

A ‘Monalisa’ esta dentro do Renascimento por algumas características como uso do claro-escuro, realismo, início do uso da tinta a óleo, perspectiva no fundo (picos agudos, estradas sinuosas, águas ao longe. As linhas convergentes atrás da cabeça de ‘Monalisa’ se chamam ‘perspectiva’ com um único ponto de fuga). (JTO-PT, p. 21).

Estes leitores apresentaram tendência a ler as pinturas como figurações e não como representações, aproximando-as de seus interesses mais imediatos (o que deve ser valorizado). Em alguns textos de literatura, esta tendência vinha sendo substituída pelo olhar mais aguçado voltado a outros elementos tais como: pontuação, opção das palavras e da ordem frasal, neologismos, distribuição da paragrafação, etc.

A partir desta experiência, é possível perceber que elementos específicos que figuram em determinados suportes de leitura, justamente o que denota as transposições de linguagem, de uns para outros, devem ser explicitados, a fim de que o leitor se sensibilize para tais diferenças, como é o caso da música, do cinema, do teatro e da própria literatura. Neste caso, ao mudar o suporte (mesmo não se tratando de quadros em suas dimensões reais), o leitor retrocedeu para uma leitura mais inicial, um primeiro nível, conforme os distribui Maria H. Martins.

Analogamente, outros três textos que envolvem imagens suscitam reflexão: os filmes *Encontrando Forrester* e *As Horas* e, ainda, três desenhos de Caulos. Sobre o primeiro, foram encontrados comentários tímidos relativos à linguagem específica do cinema, que tem, na câmera, um valioso instrumento de construção e de condução da narrativa. Para a maior parte dos leitores, este instrumento passou despercebido, mas foi possível registrar:

/.../No desenrolar do enredo percebemos que o diretor utiliza recursos como close das câmeras para prender o espectador, isto

fica evidente logo no início quando percebemos closes focando a janela de um prédio na periferia, ali morava um célebre escritor chamado Willians que seria um importante amigo do Jamal e juntos iriam vivenciar grandes emoções./.../. (GER-PT, p. 23).

Já o filme *As Horas* – depois de superada a dificuldade de compreensão, já que o filme apresenta mais sofisticação, em relação ao anterior, no que diz respeito à não-linearidade narrativa – gerou mais comentários em torno das temáticas percebidas; a preocupação em entender e em explicar a “homossexualidade” das personagens aparece registrada em todas as produções.

Por último, é nos desenhos de Caulos que se pode verificar a dificuldade maior de desvendamento. Todos os leitores ficaram por minutos a fio, observando atentamente os desenhos, cujo sentido não lhes aflorava. Depois de algumas provocações minhas, o sentido ia apontando, aos poucos, dentro do previsto. Apesar disso, houve a leitora que, desconfiada, não se satisfiz com as discussões, o que tornou possível registramos um comentário bastante interessante: “Para concluir estas observações, a princípio parece-me tratar de testes psicológicos para avaliar o nível de atenção, observação, concentração e percepção do leitor. Espero ter alcançado o objetivo destes textos ou testes avaliativos” (NIL-PT, p. 11).

3.2.10 Jogos de interpretação, de análise e sensibilidade

Ao longo deste capítulo, certamente, pude distinguir entre os jogos da **interpretação** e da **análise** em diversos momentos, quando ainda não os tinha em foco. Convém, no entanto, dedicar um espaço a esta observação, demonstrando a interessante passagem que leva o leitor de um ponto ao outro. Os fragmentos a seguir, referem-se ao texto *A terceira margem do rio*, de Guimarães Rosa. A interpretação inicia-se com o texto de Marina Colassanti, *A moça tecelã*: “/.../ Isso porque antes do casório é um sonho encantado, depois de se casar a história muda e começam as

cobranças e brigas fazendo com que o mundo encantado se desencante” (ROL-PT, p. 5).

A partir dele, a leitora, com uma espécie de fixação interpretativa, prossegue com o seu desencanto e alcança a “terceira margem”:

Já pelo título desse conto, falando de uma terceira margem, quando só conhecemos duas margens no rio, podemos imaginar que vai ser uma história fantástica, inacreditável. /.../ Pela minha leitura do texto, a razão de tudo foi a infelicidade do casamento. /.../. (ROL PT, p. 7).

E outra leitora corrobora: “/.../ Talvez ele fez isso pois tinha uma outra mulher e outros filhos/.../” (VEL-PT, p. 9). E mais uma: “Pela minha leitura do texto, a razão de tudo foi a infelicidade do casamento. /.../” (CEL-PT, p. 7).

Em seguida, um leitor salta do terreno da interpretação para o da análise:

/.../Esta história é um enigma de onde cada um tem uma forma diferente de tirar suas conclusões, envolve muitos mistérios, e o principal mistério é o motivo que poderia ter feito este homem passar o resto de sua vida dentro de sua canoa no meio do rio e poucas vezes à margem do rio. (MMA-PT, p. 9).

Finalmente, com maior profundidade, tem-se uma análise mais próxima da crítica literária:

/.../Por fim, pode-se afirmar que, o autor aborda a percepção dos problemas vitais que existem no interior do ser humano, atingindo assim, a universalidade psicológica e é, por isso, que o texto demonstra ter vários sentidos, dando permissão a vários tipos de hipóteses. (DIS-PT, p. 9).

Merece ainda um rápido comentário a recepção de dois gêneros de textos específicos: a crônica de humor e os textos de informação de revistas especializadas, pois estes tendem a ser lidos com bastante ingenuidade.

Os leitores dão credibilidade excessiva a textos como os da revista *Nova Escola* e, ao ler crônicas de humor, percebemos boiarem na superfície, apesar das reflexões.

Por isso, encontramos, com relação às crônicas, uma infinidade de produções parafrásicas, que nada diziam de mais sobre os textos, a não ser a crônica *Os Índios de Berlim*, de João Ubaldo, pelos motivos temáticos que já mencionamos, e outros parcos comentários mais críticos sobre uma ou duas das crônicas lidas. Com relação a este segundo aspecto, é possível perceber que, ao mesmo tempo em que a linguagem do humor facilita a compreensão e a interpretação (a maior parte dos leitores afirma tratar-se de um gênero fácil), ela embaça a visão para outros pontos, pois o gênero parece aos leitores ter “apenas” a intenção do humor, sem maiores pretensões, como as críticas, por exemplo.

Com relação aos textos de revistas especializadas, como a citada, muitos são, ainda, inquestionáveis, nas produções dos leitores, levando-os a afirmar, por exemplo, que a escola brasileira apresenta problemas como a de qualquer outro país e não é o fato de o Brasil ser um país “terceiro-mundista” que o faz ter problemas com a educação.

Finalmente, trago a **sensibilidade**, um elemento que aflora com muita timidez, e fica (num nível consciente) reservado aos iniciantes, àquelas que, diante da dificuldade de compreensão, só lhes resta ler pelo sensível. Infelizmente, nos espaços acadêmicos há uma distância abismal entre ler com a sensibilidade e ler com o “saber”. Os leitores julgam a sensibilidade como algo menor, o que não significa dizer que consigam ler sem ela; já vimos que não (num nível inconsciente todos a usam). Assim, o que transcrevo, a seguir, trata-se de fragmentos portadores de uma sensibilidade assumida, porque a leitura, o sentido, está para além do texto lido, na humanidade de todos nós. “/.../Todos nós temos algo em comum, já sofreremos por algum motivo, mesmo que tenhamos vidas completamente diferentes, mas o coração é algo que nos faz iguais” (CEL-PT, p. 10).

E o contador de histórias é lembrado, porque, enquanto fala das suas narrativas, fala sobre as das outras pessoas. “O texto ‘Oralidade, afeto e cidadania’ de Francisco Gregório Filho é um texto que nos faz recordar momentos que vivemos /.../ Muitas vezes a voz do olhar fala mais que a da boca” (VEL-PT, p. 25).

Referindo-se ao mesmo texto, outra leitora lança-se ao encanto de sonhar:

/.../ remete-nos a recordações de pura união familiar e chego a imaginar todos reunidos em volta da fogueira, comendo pipoca enquanto o avô conta as belas histórias. É muito interessante quando leio ou ouço alguém contar o relacionamento familiar, fico me imaginando com esta vida de pura união, mas nada acontece sem que Deus permita. (CLH-PT, p. 5).

Mas, se o sonho é tão distante, se a saída é tão difícil, melhor, como a personagem velha do conto de Clarice, A menor mulher do mundo, confiar ao Senhor os destinos: *Deus sabe o que faz*¹⁶⁹.

3.2.11 Até aqui, alguns fechamentos das conversas...

Diante de tudo o que expus até este ponto, fica claro que olhar o sujeito-leitor sem associá-lo à trama do tecido cultural é condená-lo à morte, sem perspectivas de ressurreição. Não há como pensar a sua formação dissociada dos aspectos levantados anteriormente, pois não vejo outra maneira de proporcionar-lhe o encontro com os espectros. Somente quando convidado a refletir sobre si e sobre o seu entorno, o leitor tem meios para conjurar seus fantasmas e para reclamar suas heranças.

Neste sentido, podemos verificar que o “Círculo de Leitura” mostra-se como estratégia eficaz para explorar o universo da cultura, porque

¹⁶⁹ LISPECTOR, Clarice. A menor mulher do mundo. In: _____. **Laços de Família**, 1998.

ele proporciona formas mais coerentes, pensando na contemporaneidade, para lidar com os fantasmas — nossos e dos outros. O “Círculo de Leitura”, partindo da oralidade para a leitura-escrita de múltiplas linguagens, oportuniza o letramento cultural e este é o que impulsiona o indivíduo a formar aquilo a que podemos chamar “IDENTIDADE” e é o que proporciona a existência de uma assinatura, de um “ESTE SOU EU”. Não que o exorcismo seja um ritual fácil, porque, como vimos, estamos propensos a muitas contradições, todavia, é um ritual (não o vazio de sentido) necessário para que o futuro chegue. E, aqui, exatamente neste ponto, encontramos o momento ideal para retirar de seus túmulos os espectros de Marx:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nesta linguagem emprestada. /.../.¹⁷⁰

A questão é que a linguagem e o discurso tomados de empréstimo pouco servem a este espírito ansioso pela inovação, se, antes de qualquer outra coisa, suas próprias linguagens e seus próprios discursos não encontrarem os sentidos de seu tempo, de sua experiência, de sua identidade. Assim, a estes espíritos do passado que ainda nos oprimem – como o pensamento calcado no paradigma tradicional –, para usar o vocabulário

¹⁷⁰ MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**, 1978, p. 329.

do próprio Marx, podemos associar os discursos dos quais não conseguimos nos livrar, embaraçosos, contraditórios, que estão pairando sobre as nossas cabeças: são eles os aspectos negativos da herança, conforme já a cotoquei anteriormente em minhas reflexões.

Deste modo, considero de grande proveito ainda, com relação a este aspecto negativo, a continuidade do pensamento de Marx, quando ele nos diz, em outras palavras, que não devemos ter o trabalho de conjurar fantasmas para continuar-lhes a trajetória em que não acreditamos. Portanto,

/.../de maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.¹⁷¹

A distância do percurso desta tradução é o que deve ser revisto. Cada retomada de discursos ancestrais deve ser acompanhada de avanços capazes de reduzir mais e mais o esforço da tradução da qual nos fala Marx¹⁷². Assim, é imprescindível a retomada do discurso para a promoção de avanços e não para a manutenção de um estado de coisas e de rituais esvaziados de sentido. Foi o que procurei mostrar (desvelar ou revelar) neste estudo, que, certamente, não termina aqui.

Valéria Pereira

¹⁷¹ MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**, 1978, p. 329.

¹⁷² Em sentido literal, conforme Marx.

IV – FONTES E REFERÊNCIAS UTILIZADAS E CONSULTADAS

Relação dos textos do “círculo de leitura” do ano 2003:

A BOMBA do Vaticano, reportagem da revista *Veja* de 09/04/2003.

AZEVEDO, Álvares de. O último beijo de amor. In: *Noite na Taverna* - São Paulo: Ática, 1992. Cap 7.

BORGES, Jorge Luis. A Espera. In: *O Aleph*. Flávio José Cardozo (Trad.). 7. ed. São Paulo: Globo, 1989.

COLASANTI, Marina. A moça tecelã. In: *Histórias de Amor*. v. 10. São Paulo: Ática, 1998.

DALDRY, Stephen. *As Horas*. Filme. Drama. Paramount, 2002. 1 DVD (115 min).

ELIACHAR, Leon. O segredo da propaganda. In: *O homem ao zero*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1968.

IMAGEM de Chapeuzinho Vermelho passeando na floresta. *Revista Isto É Gente* de 7 out. 2002. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>.

LISPECTOR, Clarice. Menino a bico de pena. In: *A legião estrangeira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MACHADO, Antônio de Alcântara. Gaetaninho. In: *Brás, Bexiga e Barra Funda*. São Paulo: Ática, 1996.

PONTE PRETA, Stanislaw. Prova Falsa. In: *Histórias Divertidas*. v. 13. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Para Gostar de Ler).

RIBEIRO, João Ubaldo. Os índios de Berlim. In: *Um brasileiro em Berlim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ROSA, Guimarães. A terceira margem do rio. In: *Contos*. v. 10. São Paulo: Ática, 1988. (Coleção Para Gostar de Ler).

VERÍSSIMO, Luís Fernando. A História mais ou menos. In: *O nariz e outras crônicas*. v. 14. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Para Gostar de Ler).

_____. O estranho procedimento de Dona Dolores. In: *Histórias Divertidas*. v. 13. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Para Gostar de Ler).

Relação dos textos do ano 2004:

ALVES, Rubem. Sobre os perigos da leitura. *Folha on-line*, São Paulo, 16 dez 2003.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesias*. Por Fernando Py (dados biobibliográficos, apresentação, bibliografia) e Pedro Lyra (seleção e notas). 2. ed. 3. imp. Rio de Janeiro: Agir, 2002. (Coleção Nossos Clássicos)

ANDRADE, Mário de. Reconhecimento de Nêmesis. In: *Mário de Andrade - poesia. Por Dantas Motta*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

BARROS, Manoel de. A volta (voz interior) fragmento. In: *Livro de Pré-Coisas: roteiro para uma excursão poética no pantanal*. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.

BARROS, Oslon. *A prostituta é uma trabalhadora?* Diário do Mato Grosso do Sul, 30 abr. 2004.

BORGES, Jorge Luis. A escrita do Deus. In: *O Aleph*. Flávio José Cardozo (trad.) 7. ed. São Paulo: Globo, 1989.

BUARQUE, Chico. Umas e Outras. In: *Convite para ouvir Chico Buarque*. Série Aplauso: [s.n.], 1996. 1 CD, faixa 4.

CARVALHO, Ronald de. *Foder*. Disponível em: <www.umacoisaeoutra.com.br>.

CAULOS. Imagens – automatismos. Caulos. *Só dói quando eu respiro*. Porto Alegre, 1976.

CUMMING, Robert. *Para entender a arte*. LANDO, Isa Mara (Trad.). São Paulo: Ática, 1996.

DIÁRIO de uma criança que não nasceu. Disponível em: <www.momento.com.br/exibe_texto.pfp?id=>>.

FERNANDES, Millôr. Odisseu e a Odisséia ou Ulisses e a Ulisséia. In: *100 fábulas fabulosas*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GARNER, James Finn. João e Maria. In: *Mais contos de fadas Politicamente corretos: uma versão adaptada aos novos tempos*. Trad. Bernardo Jablonski e Maria Clara Gueiros Jablonski. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

GREGÓRIO FILHO, Francisco. Oralidade, afeto e cidadania. In: YUNES, Eliana (Org.). *Pensar a leitura: complexidade*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola, 2002.

LISPECTOR, Clarice. A solução. In: *A legião estrangeira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

O FEMININO. Série diálogos impertinentes. Realização: Jornal Folha de São Paulo, SESC - SP e PUC-SP. Debatedores: Marta Suplicy e Renato Janine Ribeiro. Video, 1997. 1 Videocassete (30min), VHS, som., Color.

ODA, Lucas K. S. *Vaginas entrelinhas*: Disponível em: <www.unicamp.br/andrade>.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Respeitem as mulheres*. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 15 ago. 1998.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego*. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24204>.

QUEIRÓS, Eça de. Os Maias (fragmento). In: *Eça de Queirós - Trechos escolhidos. Por João Gaspar Simões*. Publicados sob a direção de Alceu Amoroso Lima, Roberto Alvim Corrêa e Jorge de Sena. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975.

SCHUMACHER, Cristina. Mitos e desculpas para o aprendizado do inglês. In: *Guia de pronúncia do inglês para brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

TREM da vida. Disponível em: <www.mensagensvirtuais.xpg.com.br/mensagem-O-trem-da-vida>.

TREVISAN, Dalton. Conto n. 137. In: *Pico na Veia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

_____. Conto n. 181. In: *Pico na Veia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

VAN SANT, Gus. *Encontrando Forrester*. Filme. Drama. Columbia Tristar, 2000. 1 Videocassete (136 min).

NO CAPÍTULO II

Fontes primárias

ABAIXO-ASSINADO para criação do município e comarca de Vila Brasil. [196?]

BRASIL. Decreto-lei n°. 5.941, de 28 de outubro de 1943. Dispõe sobre a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

LIVRO TOMBO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE VILA BRASIL. 02 de setembro de 1963 – [197?].

MATO GROSSO (Estado). Projeto de Lei, de 18 de outubro de 1957. Cria o distrito de paz de Vila Brasil, município de Dourados.

MATO GROSSO (Estado). Lei nº.2.057, de 11 de dezembro de 1963. Cria o município de Vila Brasil.

MATO GROSSO (Estado). Projeto de Lei nº.182/65, de 27 de agosto de 1965. Dispõe sobre nova denominação do município de Vila Brasil.

VILA BRASIL (município). Lei nº.1, de 17 de maio de 1965. Dispõe sobre a mudança de nome do município.

VILA BRASIL (município). Lei nº. 6, de 16 de junho de 1965. Homologa a modificação do nome do município.

Fontes Orais - Entrevistas:

OLIVEIRA, Dulce. *Estórias e relatos sobre Fátima do Sul*. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Nilton Paulo Ponciano, Fátima do Sul, 03 ago. 1999.

OLIVEIRA, Belmiro de. *Estórias e relatos sobre Fátima do Sul*. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Nilton Paulo Ponciano, Fátima do Sul, 04 ago.1999.

SOARES, Diva Pires. *Estórias e relatos sobre Fátima do Sul*. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Nilton Paulo Ponciano, Fátima do Sul, 08 ago.1999.

ARAÚJO, Lair Nunes de. *Estórias e relatos sobre Fátima do Sul*. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Nilton Paulo Ponciano, Vicentina, 23 ago.1999.

ARAÚJO, Ivo de. *Estórias e relatos sobre Fátima do Sul*. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Nilton Paulo Ponciano, Vicentina, 24 ago.1999.

RODRIGUES, Antonio Vicente. *Estórias e relatos sobre Fátima do Sul*. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Nilton Paulo Ponciano, Fátima do Sul, 14 ago.2000.

OLIVEIRA, Josefa Ferreira de. *Estórias e relatos sobre Fátima do Sul*. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Nilton Paulo Ponciano, Fátima do Sul, 28 ago.2001.

AMADORI, Amadeu. *Estórias e relatos sobre Fátima do Sul*. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Nilton Paulo Ponciano, Deodápolis, 18 ago. 2002.

Obs.: todos os depoimentos colhidos nesta pesquisa encontram-se arquivados no Centro de Documentação da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

Fontes Secundárias:

ESTATUTO da Primeira Igreja Evangélica Batista de Dourados – Mato Grosso. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 17 fev. 1952.

DESOCUPAÇÃO de todos os lotes da Colônia Federal adquiridos por terceiros. *O Progresso*, Dourados, p. 4, 2 mar. 1952.

A COLÔNIA Federal: um núcleo de riqueza, trabalho e patriotismo dentro de Dourados. **O Progresso**, Dourados, p. 1, 21 abr. 1952.

UMA DEMONSTRAÇÃO de civismo e brasilidade. *O Progresso*, Dourados, p. 1, 11 jan. 1953.

NÃO faltará terra para quem quer trabalhar: numa atitude elevada e humana o Sr. Lloyd Ubatuba promete colocar na Colônia todos que estiverem nas condições exigidas por lei. *O Progresso*, Dourados, p. 3, 8 fev. 1953.

EXPRESSIVA carta do Sr. Lloyd Ubatuba. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 22 mar. 1953.

NOVO administrador da CAND *O Progresso*, Dourados, p. 2, 29 mar. 1953.

DUZENTOS mil cruzeiros para a Cooperativa da CAND. *O Progresso*, Dourados, p. 3, 8 nov. 1953.

A COLÔNIA Agrícola Nacional de Dourados através de um valioso relatório. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 1 ago. 1954.

A COLÔNIA Agrícola Nacional de Dourados através de um valioso relatório: continuação do número passado. *O Progresso*, Dourados, p. 4, 8 ago. 1954.

DANIEL, J. Paróquia de São Pedro Apóstolo. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 3 abr. 1955.

CARMELLO, A. Vila Brasil. *O Progresso*, Dourados, p. 5, 30 out. 1955.

CHEGARAM no dia 12 deste mês, com avião da Real, as Irmãs Vicentinas para o Hospital da Colônia. *O Progresso*, Dourados, p. 3, 11 de dez. 1955.

DANIEL, J. Profundas modificações nos tios da Igreja. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 5 fev. 1956.

DE Dourados a Vila Brasil. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 5 fev. 1956.

DANIEL, J. A presença da Igreja na Colônia Federal. *O Progresso*, Dourados, p. 3, 18 mar. 1956.

_____. A crise da Igreja Anglicana. *O Progresso*, Dourados, p. 3, 10 jun. 1956.

CARMELLO, A. Lembrando Vila Brasil e Vila Glória. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 1 ago. 1956.

SANTAS missões na Paróquia da Nossa Senhora da Glória. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 1 ago. 1956.

BAGIOS, A. Missões: um filme em três dimensões. *O Progresso*, Dourados, p. 4, 21 out. 1956.

CIDADE prodígio. *Jornal de Dourados*, Dourados, p. 4, 26 jan. 1958.

GRANDES transformações sofrerá o Núcleo Colonial de Dourados: em pouco tempo a emancipação do Colônia Agrícola Nacional de Dourados terá uma cooperativa que dará orientação aos futuros proprietários agricultores da região. *Jornal de Dourados*, Dourados, p. 3, 9 fev. 1958.

NOTA oficial do PTB de Vila Brasil. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 4. mar. 1962.

MÃE, Mãe Cristã e o Estado. *O Progresso*, Dourados, p. 3, 13 ma. 1962.

BUSATO, J. P. Mais um aniversário de Vila Brasil. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 15 jul. 1962.

A FAMÍLIA como sociedade maravilhosa. *O Progresso*, Dourados, p. 3, 20 . jan. 1963.

VEREADORES enviam manifesto aos deputados de Dourados para asseverar suas posições com referência aos limites do município de Dourados. *O Progresso*, Dourados, p. 4, 23 ju. 1963.

DEPUTADOS de Dourados expedem nota oficial sobre criação dos municípios de Vila Brasil e Vila Glória. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 23 jun. 1963.

SHEEN, F. “Libertação” sexual. *O Progresso*, Dourados, p. 3, 1 set. 1963.

LIMITES da paróquia de Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil. *O Progresso*, Dourados, p. 5, 1 set. 1963.

SHEEN, F. Juízos temerários. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 15 set. 1963.

ASSIM falou o governador do estado Dr. Fernando C. da Costa, em Vila Brasil, por ocasião da entrega dos títulos pelo presidente da República. *O Progresso*, Dourados, p. 4, 6 out. 1963.

CELEBRADA a primeira missa em português. *O Progresso*, Dourados, p. 5, 19 jul. 1964.

O SENADOR Filinto Muller sentirá saudades de Dourados e Vila Brasil. *O Progresso*, Dourados, p. 1, 10 dez. 1964.

OS PADRES e o dinheiro. *O Progresso*, Dourados, p. 2, 16 dez. 1964.

HOUVE fraudes nas eleições de Vila Brasil. *O Progresso*, Dourados, p. 1, 12 maio 1965.

UM NOME para a fabulosa Vila. *O Progresso*, Dourados, p. 5, 26 maio 1965.

O NÚCLEO colonial de Dourados é área da União: prefeituras de Vila Brasil, Jatey e Glória de Dourados estão ilegais – Busca-se uma solução para o problema – Mais setecentos títulos novos serão entregues aos colonos – confiança no INDA. *O Progresso*, Dourados, p. 4, 2 jun. 1965.

NOVO NOME para Vila Brasil: Fátima do Sul. *O Progresso*, Dourados, p. 1, 19 jun. 1965.

EM PLENO funcionamento a prefeitura de Fátima do Sul. *O Progresso*, Dourados, p. 4, 26 jun. 1965.

PREFEITO Antonio Gabriel Moreira revoluciona a administração em Fátima do Sul. *O Progresso*, Dourados, p. 5, 17 jul. 1965.

ILEGAL a mudança do nome de Vila Brasil. *O Progresso*, Dourados, p. 3, 24 jul. 1965.

VIDA autônoma do município só se integra com a emancipação do núcleo. *O Progresso*, Dourados, p. 1, 1 de setembro de 1965.

INFORMATIVO REGIONAL SUL. Fátima do Sul, 09 jul. 1999. p.7-8.

NO PRINCÍPIO era a selva – 25 anos de missões palotinas no Mato Grosso. *Revista Rainha*, Porto Alegre, 1979. Suplemento especial.

CINQUENTA anos dos palotinos no Mato Grosso do Sul – uma história construída com o povo. *Revista Rainha*, Porto Alegre, 2004. Suplemento especial.

EM TODO O LIVRO

ALBERTI, V. *Ouvir contar*: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AROSTEGUI, Julio. *Pesquisa histórica*: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.

ALVES, José Helder Pinheiro. Abordagem do poema: roteiro de um desencontro. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (Org.). *O livro didático de português*: múltiplos olhares. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesias*. PY, Fernando (dados biobibliográficos)

cos, apresentação, bibliografia); LYRA, Pedro (seleção e notas). 2. ed. 3. imp. Rio de Janeiro: Agir, 2002. (Coleção Nossos Clássicos)

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 2. ed. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1977 (1881).

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. (Trad.) J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BIASOTTO, Wilson Valentin. *Até aqui o Laquicho vai bem: os causos de Liberato Leite de Farias*. Campo Grande: UFMS, 1988.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Trad. André Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Jorge Luis. A escrita do Deus. In: *O Aleph*. Trad. Flávio José Cardozo. 7. ed. São Paulo: Globo, 1989.

BOURTIER, J.; LUIA, D. (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. (Trad.). Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

BRAIT, Beth. PCN'S, Gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN'S*. Roxane Rojo (Org.). Campinas: Mercado de Letras, 2000. (Coleção As Faces da Linguística Aplicada)

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BURKE, P. *O que é história cultural?* (Trad.). Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. (Trad.). Nilo Odália. São Paulo: Editora UNIESP, 1991.

CAMARGO, Zeca. *Música normal*. Postado em 11 dez. 2008, às 16h34. Disponível em: <<http://www.colunas.g1.com.br/zecacamargo>>.

CAPILÉ, C. C. *História de Fátima do Sul*. Dourados: Gráfica Caiuás, 2000.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. (Trad.). Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger; ARIÈS, Philippe (Org.). *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, 2002. Difel Lisboa/Bertrand Brasil, 2002.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino do português. In: SIGNORINI, Inês. *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

COSTA, D. O. da. Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Aldeia Panambi. In: *Fronteiras – Revista de História*. Campo Grande, ano 2, n 4, 1999, p. 9-38.

DAUSTER, Tânia. “Os Universitários”: modo de vida e práticas leitoras. In: XI SIMPÓSIO INTERAMERICANO DE INVESTIGACIÓN ETNOGRÁFICA EM EDUCACIÓN. Buenos Aires: 20 al 24 mar. 2006.

_____. “Mundo Acadêmico”: professores universitários, práticas de leitura e escrita, o livro e a diversidade social. In: IX CONGRESO INTERNACIONAL DE PROMOCIÓN DE LA LECTURA Y EL LIBRO. Buenos Aires: 21, 22 y 23 abr. 2006.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional*. (Trad.). Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. (Trad.). Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FISH, Stanley. Como reconhecer um poema ao vê-lo. In: *Revista Palavra*, Rio de Janeiro, n. 1. Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (Trad.). Raquel Ramalhe. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, A. de C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GREENPEACE, Campanha Publicitária. *Revista Isto É Gente*, São Paulo, ano 25, fev. 2002.

GREGORIO FILHO, Francisco. Oralidade, afeto e cidadania. In: YUNES, Eliana (Org.). *Pensar a leitura: complexidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC; São Paulo: Loyola, 2002.

GRESSLER, L. A.; VASCONCELOS, L. M. *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. Dourados: Gráfica L. Gressler, 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HELLER, A. *O cotidiano e a História*. (Trad.). Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IBANHES, Brígido. *Silvino Jacques, o último dos bandoleiros*. Campo Grande, UFMS, 1997.

- LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. (Trad.). Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.
- LIBANIO, J. B. *As lógicas da cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- LIMA, L. C. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LISPECTOR, Clarice. A menor mulher do mundo. In: *Laços de família*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998.
- _____. *A Paixão Segundo GH*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.
- MAFFESOLI, Michel. Um desenho geral da pós-modernidade. *Revista Acadêmica*. Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. São Paulo, v. 3, n. 5, 1. sem., p. 4-11, 2000.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MAINWARING, S. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. (Trad.). Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARIN, J. R. *O acontecer e 'desacontecer' da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. 2000. 566 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis.
- MARTINS, J. de S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 664.
- MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos)
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção José Arthur Giannotti; Tradução José Carlos Bruni et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)
- MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MIRANDA, Neusa Salim. A educação da oralidade ou cala a boca não morreu. In: *Revista da ANPOLL*. n. 18. p. 159, maio de 2008.

_____. *A reflexão metalinguística do ensino fundamental*. Caderno do Formador. CE-ALE/FAE/UFMG. 2006.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. (Trad.). Neil R. da Silva. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

OLIVEIRA, B. C. de; JUSTINO, V. O. Projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontro e desencontro na malha fundiária. *Revista de Geografia*, Campo Grande, n.5, p. 10-14, 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.

PAIVA, A. R. *Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

PENNAC, Daniel. *Como um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? *Revista USP*, n.15, p. 72-75, set./out. 1992.

PEREIRA, Valéria Cristina Ribeiro. *Rita Lee - letras e acordes: inscrições do feminino na cultura*. 2000. 128p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Uma metáfora da cultura: a formação do leitor a partir de um “círculo de leitura”*. 2009. 197p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PONCIANO, Nilton Paulo. *Um olhar nos crimes de sedução: a mulher da família de Fátima do Sul (1967-1977)*. 2000. 166p Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de História – Universidade Estadual do Centro-Oeste em convênio com a Universidade Estadual Paulista, Guarapuava. 2000.

_____. *Frenteira, religião, cidade: o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul - MS (1943-1965)*. Tese (Doutorado em História) - do Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

PROGRAMA Nacional da Leitura e do Livro. *Informativo do Boletim*, n. 137. Disponível em: <<http://www.pnll.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

REIS, J. C. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. *A história entre a filosofia e a ciência*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? (Trad.). Maria Helena Rouanet. In: FOREST, Felipe (Org.). *Literature et identité nationale (1871/1914)*. Paris: Bordas, 1991.

RESENDE, Beatriz. A politização do saber. *Revista Veredas*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 37, p. 36-37, 01 jan. 1999. Centro Cultural Banco do Brasil: Impresso, 1999.

REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. (Trad.). Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-Francois (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1989.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

_____. Alfabetização, leitura e sociedade de massa. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTOS, A. M. S. P. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIGNORINI, Inês. Construindo com a escrita outras “cenas de fala”. In: _____. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOUZA, Eneida Maria de. Sujeito e identidade cultural. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Niterói, v.1, p. 34, ABRALIC, 1991.

TFOUNI, Leda Verdiani. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, Inês. *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. (Trad.). Alda Baltar Auxiliadora Kneipp. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus lógico-philosophicus*. São Paulo: Ed. USP, 1995.

YUNES, Eliana. Função do leitor: a construção da singularidade. In: _____ (Org.). *Pensar a leitura: complexidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC; São Paulo: Loyola, 2002.

_____. Círculos de leitura: teorizando a prática. *Revista Teoria e Prática*, São Paulo, n. 14, ALB: Mercado Aberto, 1999.

